

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A GLOBALIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA
A SEGURANÇA HUMANA: UMA ANÁLISE DA
NIGÉRIA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Gabriela Caroline Behling

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

A GLOBALIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A SEGURANÇA HUMANA: UMA ANÁLISE DA NIGÉRIA

Gabriela Caroline Behling

Monografia realizada como requisito parcial para obtenção do grau de **bacharel em Relações Internacionais** pelo curso de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria.

Orientadora: Danielle Jacon Ayres Pinto

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências Econômicas
Curso de Relações Internacionais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia

**A GLOBALIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A
SEGURANÇA HUMANA: UMA ANÁLISE DA NIGÉRIA**

elaborada por
Gabriela Caroline Behling

como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Relações
Internacionais

Comissão Examinadora

Danielle Jacon Ayres Pinto, Me.
(Presidente/Orientadora)
(UFSM)

Arthur Coelho Dornelles Junior, Dr.
(UFSM)

José Renato Ferraz da Silveira, Dr.
(UFSM)

Santa Maria, 11 de dezembro de 2015

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer minha mãe e professora da vida, Suzane, que sempre soube como e o que dizer, formando a pessoa que sou hoje. Me espelho na tua sabedoria e espero ser tão boa filha quanto tu és mãe.

Também gostaria de agradecer minha família, a qual me ensinou o que é sentir saudade, mas também me proporcionou imensas gargalhadas em seus encontros e apoio na vida.

Aos colegas e amigos, obrigada pelos preciosos momentos que compartilhamos. Me sinto muito honrada por poder fazer parte da vida de vocês.

Por fim, gostaria de agradecer meus professores, em especial minha orientadora Danielle, pelo conhecimento e imenso crescimento que tive nesses últimos quatro anos. O quanto evolui como pessoa e profissional é graças a vocês. Minha eterna gratidão a vocês por fazerem a diferença na minha vida.

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Relações Internacionais
Universidade Federal de Santa Maria

A GLOBALIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A SEGURANÇA HUMANA: UMA ANÁLISE DA NIGÉRIA

AUTORA: GABRIELA CAROLINE BEHLING

ORIENTADORA: DANIELLE JACON AYRES PINTO

Santa Maria, 11 de dezembro de 2015

A globalização é um processo político, cultural, tecnológico e, acima de tudo, econômico que vem se desenvolvendo desde muito tempo, sendo acompanhado pela evolução e difusão do modo de produção capitalista e, mais especificamente a partir do fim da Guerra Fria, da ocidentalização, assim como pelo encurtamento das distâncias e aceleração dos processos. Tendo como proposta inicial a distribuição da riqueza e modernização e desenvolvimento econômico, é possível observar que a globalização tem aumentado as desigualdades e tem tido impacto direto na segurança humana. Este conceito foi, após um longo processo de aprofundamento e ampliação do próprio conceito de segurança, primeiramente abordado no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 1994, no qual foi identificadas duas perspectivas da segurança humana: a segurança contra ameaças crônicas como a fome, as doenças e a repressão; e a proteção de mudanças súbitas e nocivas nos padrões da vida cotidiana provocadas pelas guerras. Através de um estudo de caso da Nigéria, a proposta do presente trabalho é analisar como o processo de globalização e suas consequências se relacionam com a insegurança humana.

Palavras-chave: globalização, segurança humana, Nigéria.

ABSTRACT

Monograph
International Relations
Universidade Federal de Santa Maria

GLOBALIZATION AND ITS CONSEQUENCES FOR HUMAN SECURITY: AN ANALYSIS OF NIGERIA

AUTHOR: GABRIELA CAROLINE BEHLING

TEACHER: DANIELLE JACON AYRES PINTO

Santa Maria, December 11th, 2015

The globalization is a political, cultural, technological but, most of all, economic process that has been developing since a long time, being accompanied by the evolution and spread of the capitalist mode of production and, more specifically after the end of the Cold War, of the westernization, as well as by the shortening of distances and acceleration of processes. With the initial proposal of distribution of wealth and modernization and economic development, it is clear to see that globalization has increased inequality and has had a direct impact on human security. This concept was, after a long process of deepening and broadening of the security concept itself, first approached by the 1994 United Nations Development Programme, in which was identified two perspectives of human security: the security from chronic threats such as hunger, disease and repression; and the protection from sudden and harmful changes in the patterns of daily life caused by wars. Through a case study of Nigeria, the purpose of this study is to analyze how the process of globalization and its consequences relate to human insecurity.

Keywords: globalization, human security, Nigeria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Como a riqueza do mundo é compartilhada entre a sua população?

Figura 2 – Localização da Nigéria no continente africano

Figura 3 – Mapa da Nigéria

Figura 4 – Delta do rio Níger

Figura 5 – Índice dos Estados Frágeis: Fragilidade no mundo 2015

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estamos quase lá?

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A GLOBALIZAÇÃO E SUA PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO E CRESCIMENTO	12
1.1 A globalização e sua construção teórica	12
1.2 A proposta do processo de globalização	17
1.3 Os efeitos da globalização	18
1.3.1 Os efeitos da globalização econômica.....	22
2 A SEGURANÇA HUMANA E A CONSTRUÇÃO DE UM ARCABOUÇO TEÓRICO	34
2.1 O conceito de segurança	34
2.2 A evolução da segurança	37
2.2.1 O conceito de segurança e sua dinâmica no pós-Guerra Fria.....	42
2.2.2 A segurança humana e suas delimitações.....	45
3 A NIGÉRIA E A PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA	58
3.1 A Nigéria colonial, sua independência e o atual cenário nacional	60
3.2 Princípios da conflitualidade africana	62
3.2.1 Neopatrimonialismo.....	64
3.2.2 Recursos.....	71
3.2.3 Soberania.....	79
3.2.4 Etnia e religião.....	83
3.2.5 Conclusão da seção.....	91
3.3 A globalização na Nigéria e a conseqüente insegurança humana	92
CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

Todo o processo de globalização e sua evolução são acompanhados pelo desenvolvimento e modernização do mundo, iniciando no século XV com as grandes expedições marítimas facilitadas com as novas tecnologias de navegação, como a bússola por exemplo. Sua aceleração, no entanto, se deu a partir da segunda metade do século XX com o aprimoramento dos meios de comunicação e de locomoção, transformando profundamente o modo como vivemos e criando o que Octavio Ianni chama de ‘aldeia global’, além de também acelerar, intensificar e interseccionar as mudanças a alcance global. Apesar de se remeter a tanto tempo, a globalização, como processo político, tecnológico, cultural e econômico, tanto no que diz respeito à definição do conceito como nas suas consequências, positivas ou negativas, desperta ainda hoje debates bastante significativos para a compreensão do cenário internacional. Suas discussões envolvem, por exemplo, a perda de soberania dos Estados para as organizações e corporações internacionais; a desterritorialização das coisas, gentes e ideias; a interdependência das nações; e a difusão de informações, tecnologias e culturas, entre outros tópicos que serão abordados no presente trabalho (IANNI, 1995).

Por ser um processo principalmente econômico, a globalização é acompanhada pela difusão do sistema de produção capitalista, o qual se intensificou à medida que a hegemonia norte-americana foi se consolidando sobre a soviética e, finalmente, com o fim da Guerra Fria no início da década de 1990. A difusão do capitalismo juntamente com as ideologias ocidentais de democracia e de liberalização econômica – esta particularmente através de instituições como o FMI e o Banco Mundial, além do Consenso de Washington –, foi facilitada pelas fronteiras cada vez mais porosas dos Estados. Nesse contexto de globalização, – além de teorias como a da dependência surgirem para explicar o novo cenário internacional – a Declaração do Milênio e seus objetivos, os quais estão diretamente relacionados com a segurança humana, foram estabelecidos no ano de 2000 tanto como um efeito do seu processo como um mecanismo para o controle das suas consequências, tendo a mesma este ano de 2015 como prazo para o cumprimento dessas metas.

Em um mundo no qual uma minoria tem poder sobre a maioria da riqueza mundial - tendência que está aumentando cada vez mais, resultando na maior desigualdade entre os países –, é inevitável questionar as propostas iniciais da globalização e suas efetividades, assim como suas consequências para a segurança das pessoas. A segurança humana, de modo

similar ao conceito de globalização, também é amplamente discutida, tendo o desenvolvimento do seu arcabouço teórico iniciado à medida que o conceito de segurança era ampliado e aprofundado e novos assuntos e temas eram abordados e securitizados – fazendo referência à securitização de Buzan –, além do objeto de referência dos estudos de segurança internacional mudar do Estado para comunidades e indivíduos. Assim, foi também com o fim da Guerra Fria que assuntos que antes eram eclipsados pelo conflito ideológico entre as duas superpotências passaram a ganhar cada vez mais espaço nos debates entre os tradicionalistas e os aprofundadores-ampliadores, estando entre eles a economia, o meio ambiente e a segurança humana, através de escolas como o construtivismo e a Escola de Copenhague. Este último assunto, por sua vez, foi primeiramente abordado no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 1994, identificando como perspectivas da segurança humana tanto a segurança contra ameaças crônicas como a fome, as doenças e a repressão, como a proteção de mudanças súbitas e nocivas nos padrões da vida cotidiana provocadas pelas guerras.

As guerras, mais especificamente, são de tal importância para a compreensão da insegurança humana à medida que elas causam o ápice da mesma, a morte, ao mesmo tempo em que devastam as sociedades e vidas dos envolvidos direta ou indiretamente nelas, provocando pobreza, fome, doenças e refugiados. No continente africano esses aspectos são comuns desde a sua colonização – processo pelo qual a periferia mundial estabeleceu suas relações com o capitalismo e o qual agravou as distorções sociais e econômicas em relação aos Estados do centro – e perduram até hoje em razão dos inúmeros conflitos de inúmeras causas, sendo também perpetuados pelos processos globais, constituindo-se a África assim um objeto de estudo fundamental quando se diz respeito às inseguranças provocadas pela globalização.

O objetivo do presente trabalho é expor de que maneiras a globalização, que inicialmente continha uma promessa de benefícios globais, acaba por ter consequências negativas para, principalmente, países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, devido ao seu tratamento desigual no comércio internacional, afetando a segurança humana e, mais especificamente no estudo de caso, como a globalização afeta os princípios da conflitualidade africana na Nigéria, a fim de traçar o atual cenário internacional e identificar as falhas que o processo de globalização possui. A escolha desse país para o estudo de caso foi feita pelo fato dele ser o país mais rico do continente africano – constituindo o que era a proposta inicial da globalização: tornar os países mais ricos –, principalmente em razão do mercado petrolífero, mas, ao mesmo tempo, apresentar baixa representatividade no governo, conflitos por recursos naturais, grupos extremistas e, de forma geral, pelo fato da maior parte da população viver na pobreza, sem acesso às necessidades básicas de um ser humano.

Primeiramente será abordada a globalização, suas definições e consequências, positivas e negativas, estas últimas com ênfase econômica, a fim de construir um quadro do atual cenário internacional no que diz respeito à situação dos países subdesenvolvidos, em desenvolvimento e desenvolvidos. Em seguida, é exposto a evolução do conceito de segurança para o de segurança humana e tudo que é considerado como tal. Por fim, através da abordagem da base teórica dos princípios da conflitualidade africana descritos no livro de Paul Williams 'War & Conflict in Africa', neopatrimonialismo, recursos, soberania, etnia e religião, é feito um estudo de caso da Nigéria e seus conflitos e condições exacerbados pela globalização que afetam a segurança humana. Optou-se por realizar um estudo de caso para, nas palavras de Yin, lidar com condições contextuais pertinentes ao fenômeno estudado neste trabalho (YIN, 2001).

1 A GLOBALIZAÇÃO E SUA PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO E CRESCIMENTO

A globalização está presente desde muito tempo e, hoje, mais do que nunca, está reestruturando profundamente o modo como vivemos. A modernização tecnológica e a quebra do que uma vez eram tabus sociais sejam talvez as consequências mais evidentes da sua aceleração. Enquanto entramos em contato com pessoas ao redor do mundo inteiro, com suas ideias e pontos de vista através da revolução que é a internet, conhecemos realidades diferentes.

A modernidade, porém, traz consigo também novos desafios e problemas, principalmente na área econômica, que está necessariamente interligada com a política e a social. Em razão disso, há diversas teorias da globalização que oferecem subsídios para a compreensão de distintos aspectos da sociedade global em formação, a fim de contornar as problemáticas da atualidade, como a pobreza e as crises econômicas (IANNI, 2013). Para melhor compreender as consequências que a globalização trouxe consigo, iremos inicialmente expor como era o seu processo antes da sua aceleração, a qual resultou na modernização que conhecemos hoje, para depois fazer um balanço dos seus aspectos positivos e negativos.

1.1 A globalização e sua construção teórica

É um equívoco considerar a globalização um acontecimento recente do século XX e traduzi-la como sinônimo da hegemonia mundial dos Estados Unidos na era atual. Ela “é um processo que se iniciou há mais de cinco séculos, se aprofundou com a expansão do capitalismo e finalmente se consolidou na era atual ao englobar todo o sistema econômico mundial” (ALCOFORADO, 2003, p. 22). O autor Fernando Antonio Gonçalves Alcoforado, ao abordar a globalização da economia mundial em sua tese de doutorado, divide a globalização em períodos ou fases: a primeira fase data de 1450 a 1850, tendo como principal característica o expansionismo mercantilista; a segunda fase foi de 1850 a 1950 e é industrial, imperialista e colonialista; a terceira aconteceu entre 1950 até 1989 e foi marcada pela descolonização, Guerra Fria e reestruturação produtiva; e por último, a quarta fase iniciou-se em 1989 e perdura até hoje, na qual é possível observar o declínio do Estado Nação e a reestruturação do sistema interestatal (ALCOFORADO, 2003).

Como coloca Ianni em seu livro “Teorias da Globalização”, para Wallerstein e Braudel, a história se constitui em um conjunto ou sucessão de sistemas econômicos mundiais (IANNI, 2013). A economia-mundo capitalista se encontra em expansão há mais de cinco séculos, nos remetendo até o século XV quando desbravadores europeus partiram em busca de novas rotas comerciais e terras para colonização. Nesse caso, supremacia marítima era quase um sinônimo de primazia mercantil (MAGNOLI; SERAPIÃO JR, 2006). Alcoforado afirma que naquela época, globalização significava principalmente comércio de longa distância – devagar pelos padrões de então –, de metais preciosos, cereais e bens de consumo caros, bem como um sistema internacional de pagamentos em evolução, baseado em letras de câmbio entre banqueiros e comerciantes em pontos distantes do sistema (ALCOFORADO, 2003). Passou então a predominar o pensamento de que “os mares não separam, aproximam” (MAGNOLI; SERAPIÃO JR, 2006, p. 17). Alcoforado ressalta ainda que, politicamente, essa “primeira fase da globalização se fez quase toda ela sob a égide das monarquias absolutistas que concentravam enorme poder e mobilizavam os recursos econômicos, militares e burocráticos, para manterem e expandirem seus impérios coloniais” (ALCOFORADO, 2003, p. 30). Já a doutrina econômica nessa fase foi o mercantilismo, adotado pela maioria das monarquias para estimular o desenvolvimento da economia dos reinos (ALCOFORADO, 2003). Ou seja, todo o universo econômico destinava-se a um só fim: acumular riqueza.

Já no início desse comércio mundial, o continente africano – foco para o estudo de caso desse trabalho –, ao contrário do leste e sudeste asiáticos localizados junto às grandes rotas oceânicas, encontrava-se em desvantagem: a África árabe ao norte do deserto do Saara ocupava uma faixa de terra a beira do Mediterrâneo e o Vale do Rio Nilo, mantendo assim relações comerciais mais ou menos intensas com os portos europeus; já ao sul, encontrava-se a África negra, isolada do mundo pelo deserto e pela floresta tropical, formando um outro planeta econômico totalmente a parte, voltado para si mesmo (SCHILLING, s/d). Além disso, de acordo com o mapa mundial atual, “em virtude do traçado de suas fronteiras políticas, 15 países africanos não dispõem de saídas marítimas e estão conectados a portos estrangeiros por ferrovias e rodovias precárias” (MAGNOLI, SERAPIÃO JR, 2006, p. 16).

É possível afirmar que o processo de globalização, de fato, nunca se interrompeu, ocorrendo apenas momentos de menor intensidade ou contração. Um desses momentos foi entre 1950-1989, no qual a expansão da globalização foi limitada pela Guerra Fria e pelos processos de descolonização e libertação nacional em diversos países. A disputa pela hegemonia mundial entre os dois grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial se deu através de uma guerra ideológica entre o liberalismo norte-americano e o comunismo

soviético e de uma competição armamentista e tecnológica que teve o seu ápice na crise dos mísseis em Cuba em 1962. A incapacidade da União Soviética de competir no plano econômico e tecnológico com os Estados Unidos e de dar sustentação ao bloco de países socialistas levou ao seu fim em 1991 (ALCOFORADO, 2003).

O declínio da União Soviética e a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica marca esse momento que representa uma divisa entre o velho e o novo contexto internacional em função de inúmeros fatores. Entre eles, está a também hegemonia da economia-mundo capitalista, não havendo naquele momento nenhuma outra barreira para antepor-se à globalização (ALCOFORADO, 2003). Halliday associa o processo do fim da Guerra fria com o aceleração da globalização:

The end of strategic and ideological rivalry was accompanied by, and in some measure served itself to accelerate, a separate process associated with the erosion of barriers between states, termed “globalization”. Globalization and the end of the Cold War were not identical processes: the former reflected the lessening of barriers – economic, political, cultural – between states within the western world, the latter was primarily a strategic and ideological shift.¹ (HALLIDAY, 2005, p. 132)

De forma geral, “a grande mudança que define a era econômica do fim do século é que o mundo se tornou crescentemente e hegemonicamente capitalista, interligado em um sistema de relações de comércio e investimentos” (MACEWAN, 1994, p. 15-16). É nesse período que o caráter internacional do capitalismo se torna evidente, quando ele adquire todas as características de um modo de produção global (IANNI, 2013).

O capitalismo – que, segundo Marx se diferencia de todas as formas anteriores de produção em razão da sua tendência universal (MARX, 1971-1976) –, entretanto e como já mencionado, também não se trata de um fenômeno recente. Segundo Wallerstein, o capitalismo é um moderno sistema-mundo o qual se originou no século XVI na Europa e constitui-se por uma rede de processos de produção integrados, unificados em uma simples divisão do trabalho, sendo seu imperativo básico a incessante acumulação de capital que é centralizada via acumulação-primitiva, a concentração de capital e os mecanismos de troca desiguais (WALLERSTEIN, 1984). Essa teoria do sistema-mundo pressupõe que o sistema capitalista é regido por uma série de leis de movimento que levam à exploração das

¹[tradução nossa] O fim da rivalidade estratégica e ideológica foi acompanhado por, e em alguma medida serviu para acelerar, um processo separado associado com a erosão das barreiras entre os Estados, denominado “globalização”. A globalização e o fim da Guerra Fria não foram processos idênticos: o primeiro refletiu a diminuição das barreiras – econômicas, políticas e culturais – entre Estados dentro do mundo ocidental, a última foi principalmente uma mudança estratégica e ideológica.

economias periféricas pelas economias centrais, ou seja, sua própria lógica leva ao desenvolvimento desigual entre as diferentes regiões envolvidas num dado momento (JATOBÁ, 2013). Assim, “a divisão do trabalho característica do sistema capitalista não apenas requer a desigualdade entre as regiões para funcionar adequadamente de acordo com sua lógica de acumulação, como também favorece o aumento dessas desigualdades regionais” (JATOBÁ, 2013, p. 67). Esse aspecto veremos mais adiante e aprofundado com a teoria da dependência.

Wallerstein ainda acrescenta que o sistema econômico mundial tem se expandido historicamente em consequência de suas necessidades internas e tem incorporado novas zonas dentro da divisão de trabalho da economia mundial (WALLERSTEIN, 1984). Essas zonas que foram incorporadas tinham muitos diferentes tipos de estruturas políticas e econômicas no momento da incorporação, ou seja, nem sempre elas estavam preparadas para fazer parte desse sistema econômico mundial, o que acarretava em malefícios para esses países em favor das grandes economias. Pode-se dizer que, de fato, os países do terceiro mundo estabeleceram as suas relações com o capitalismo através da dominação colonial.

Já Arrighi afirma que o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele, de fato, é o Estado, ou seja, o capitalismo só triunfa quando coloca o Estado a seu serviço, isto é, quando a burguesia assume a hegemonia do poder político (ARRIGHI, 2010). Essa fusão entre o Estado e o capital foi, segundo o autor, a responsável pela emergência de camadas mais favorecidas, capitalistas, sobre outras. Assim, os grupos dominantes desempenharam, ao mesmo tempo, o papel de líderes dos processos de formação do Estado e de acumulação do capital.

Segundo Ianni:

Ainda que desenvolvendo-se de maneira desigual, combinada e contraditória, o capitalismo expande-se pelas mais diferentes nações e nacionalidades, bem como culturas e civilizações, dinamizado pelos processos de concentração e centralização, concretizando a globalização. (IANNI, 2013, p. 178)

Mas o que, de fato, é a globalização? Sabe-se que se globalizam “as instituições, os princípios jurídicos-políticos, os padrões socioculturais e os ideais que constituem as condições e os produtos civilizatórios do capitalismo” (IANNI, 2013, p. 58). A globalização não é um processo singular, mas um conjunto complexo de processos. É político, tecnológico e cultural, tanto quanto econômico. Assim, não apenas bens e capitais são trocados através das fronteiras, mas também ideias, informações e pessoas (HAMPSON, 2008). Osler Hampson ressalta, que a globalização não se traduz somente na intensificação das ligações comerciais e

econômicas, mas também no aceleração do ritmo das mudanças econômicas e sociais (HAMPSON, 2008). Hoje em dia, tudo acontece e se dissemina de forma muito rápida, sejam tendências de moda, revoluções políticas ou crises econômicas.

Segundo Ianni, “a globalização envolve relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica de alcance global, próprios das condições e horizontes que se abrem com a generalização do capitalismo” (IANNI, 2013, p. 209). Já Anthony Giddens conceitua globalização como “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância” (GIDDENS, 1991, p. 69-70). Exemplo disso são as revoluções americana e francesa que contaminaram e tiveram consequências em outros tantos lugares ao redor do mundo.

Para Joseph Stiglitz, globalização é:

a integração mais estreita dos países e dos povos do mundo que tem sido ocasionada pela enorme redução de custos de transporte e de comunicações e a derrubada de barreiras artificiais aos fluxos de produtos, serviços, capital, conhecimento e (em menor escala) de pessoas através de fronteiras. (STIGLITZ, 2003, p. 36)

Este autor ainda ressalta que para alguns defensores da globalização, ela significa progresso. Para tanto, “os países em desenvolvimento devem aceita-la se quiserem crescer e combater a miséria de maneira eficaz” (STIGLITZ, 2003, p. 31). Como veremos adiante, para muitos no mundo em desenvolvimento, a globalização não trouxe os benefícios econômicos prometidos. Por fim, Martin Albrow coloca o conceito de forma simplista: “globalização diz respeito a todos os processos por meio dos quais os povos do mundo são incorporados em uma única sociedade mundial, a sociedade global” (ALBROW, 1990, p. 9). Há, assim, a reformulação das relações entre os Estados e os povos (HAMPSON, 2008).

Segundo Ianni, “a tese da modernização do mundo sempre leva consigo a tese de sua ocidentalização, compreendendo principalmente os padrões, valores e instituições predominantes na Europa Ocidental e nos EUA”, como se só na civilização ocidental tivesse aparecido fenômenos culturais dotados de um desenvolvimento universal (IANNI, 2013, p. 99). Isso acontece em razão das sociedades mais desenvolvidas, dominantes ou hegemônicas serem tomadas como parâmetro do que pode ser o mundo (IANNI, 2013). Mais especificamente, Stiglitz ressalta ainda que o programa de globalização é liderado pelo Ocidente, garantindo assim para si uma participação maior nos benefícios, à custa do mundo em desenvolvimento (STIGLITZ, 2003). Entretanto, “a globalização está se tornando cada vez mais descentralizada, não submetida ao controle de nenhum grupo de nação e menos

ainda das grandes empresas” (GIDDENS, 2007, p. 26).

Anthony Giddens afirma que apesar do processo de globalização ser conduzido pelo ocidente e de carregar a forte marca do poder político e econômico americano, os Estados Unidos são afetados tanto quanto outros países. Além disso, ele não afeta unicamente os grandes sistemas, como por exemplo a ordem financeira internacional, mas influencia também aspectos íntimos e pessoais da nossa vida, como os valores familiares e a igualdade das mulheres (GIDDENS, 2007). Antes de medir as consequências da globalização, no entanto, é relevante analisar a sua proposta inicial.

1.2 A proposta do processo de globalização

Ainda quando a globalização se encontrava no seu início no século XV, já era possível observar processos que involuntariamente a acompanhavam, sendo assim possível fazer uma prospecção dos seus possíveis efeitos e consequências.

Como visto anteriormente, a globalização muitas vezes é sinônimo de queda nos custos de transporte e desenvolvimento dos meios de comunicação, dois aspectos que vem evoluindo desde muito tempo e que se atualizam, hoje principalmente, muito rapidamente. Analistas que observaram o desenvolvimento da ciência e tecnologia ao longo dos anos e mais recentemente, concluíram que as mesmas poderiam exercer um papel para a redução ou eliminação das desigualdades sociais entre os grupos, classes ou povos, além de tornar a vida mais segura e previsível (IANNI, 2013).

Segundo Ianni, a globalização ainda tinha como objetivo, mais especificamente no período da Guerra Fria, fortalecer as economias dos países dominantes e desenvolver as dos que compunham o terceiro mundo, a fim de reduzir ou controlar as tensões sociais potencialmente revolucionárias em países subdesenvolvidos; criar e desenvolver mercados convenientes para as economias dos países dominantes ou desenvolvidos; e dinamizar o capitalismo como um todo, fortalecendo-o em face do mundo socialista (IANNI, 2013). Além disso, houve durante a última década do século XX repetidas promessas de redução dos índices de pobreza (STIGLITZ, 2003). Tudo isso seria possível em razão da dissolução das barreiras políticas, econômicas e culturais que se segue, mais uma vez, da queda nos custos de transporte e do desenvolvimento dos meios de comunicação. De forma geral, o benefício chave da globalização seria a difusão da riqueza, aumentando as taxas de crescimento econômico e os padrões de vida na maior, mas não em toda, parte do mundo em

desenvolvimento, assim como nos países desenvolvidos (WEF, 2013).

Como veremos a seguir, muito do que a globalização propôs de fato ocorreu, muitas vezes melhor do que esperado, ao mesmo tempo em que não houve evolução ou até mesmo ocorrendo um retrocesso em outros aspectos.

1.3 Os efeitos da globalização

Os efeitos que a globalização teve e que podem ser observados hoje são diversos, tanto positivos quanto negativos. Atualmente tudo tende a transcender o local, nacional e regional, ampliando-se para todos os cantos do mundo. Há, de forma geral, uma aceleração e generalização das relações, processos e estruturas capitalistas que atravessam territórios e fronteiras, culturas e civilizações, unindo a espécie humana (IANNI, 2013).

Em razão de toda a tecnologia existente hoje, que se renova mais rápido do que podemos acompanhar, é possível observar a maior capacidade de interação com pessoas de vários lugares do mundo, ao mesmo tempo em que há uma crítica pelos relacionamentos com pessoas próximas a nós fisicamente serem comprometidos em razão de passarmos cada vez mais imersos na internet. No mundo cosmopolita de hoje, mais pessoas mais do que nunca estão regularmente em contato com outros que pensam de maneira diferente delas. A globalização e a sua interação global reduziram “a sensação de isolamento que muitas das nações em desenvolvimento sentiam um século atrás, e deu acesso a um conhecimento que estava além do alcance de muitas pessoas nesses países” (STIGLITZ, 2003, p. 30). Informações são transmitidas simultaneamente, estando ao alcance de quase toda a população. Há, também, uma maior liberdade de ação à medida que velhos tabus são quebrados. Assuntos como a modificação da família tradicional e a igualdade de gêneros são cada vez mais difundidos nas sociedades. Essa revolução das comunicações ajudou, assim, a criar uma maior conscientização dos cidadãos e a despertar um espírito crítico.

Com a aceleração do capitalismo houve uma transformação do antigo comércio literário e artístico em um moderno mercado financeiro que coincide com a conversão dos cidadãos em consumidores (PAZ, 1993). Hoje, “tudo tende a ser mercantilizado, produzido e consumido como mercadoria” (IANNI, 2013, p. 126). Susan Sontag aborda esse aspecto, demonstrando o que nos tornamos: escravos do consumo e da tecnologia.

Uma sociedade capitalista exige uma cultura baseada em imagens. Necessita fornecer quantidades muito grandes de divertimentos a fim de estimular o consumo

e anestesiar os danos causados pelo fato de pertencermos a determinada classe, raça ou sexo. E necessita igualmente reunir quantidades ilimitadas de informação, explorar os recursos naturais de modo eficiente, aumentar a produtividade, manter a ordem, fazer a guerra e proporcionar empregos aos burocratas. (SONTAG, 1981, p. 171)

O uso das novas tecnologias resultou também em um aumento da exploração do homem pelo homem, “o que significa dizer que a modernização do sistema capitalista, de um lado, gera uma riqueza extremamente polarizada e, de outro, incrementa os grupos de exclusão social” (ALCOFORADO, 2003, p. 73).

Outra questão que está em debate devido à recente aceleração da globalização é o papel do Estado-nação e a sua soberania. Afirma-se que “o declínio do Estado-nação está configurado na perda de sua capacidade de constituir uma economia nacional confinada territorialmente e em tê-la sob seu controle”, assim como sua capacidade de influenciar eventos (ALCOFORADO, 2003, p. 52). Ainda, segundo Ianni, mesmo que “o Estado-nação permaneça, ou mesmo se recrie, está mudando de figura no âmbito das configurações e movimentos da sociedade global”, alcançando diversos significados (IANNI, 2013, p. 41). Pode se dizer que o Estado-nação se encontra hoje à mercê do capital financeiro internacional e das empresas multinacionais, já que os governos nacionais, suas agências, organizações que tradicionalmente administram e orientam os movimentos do capital, enfim, todas as instâncias ditas nacionais, veem reduzidas suas capacidades de controlar esses movimentos (IANNI, 2013). Essa “incapacidade dos Estados nacionais para responder a um meio global problemático resultará na delegação de tarefas e recursos aos fóruns e às agências internacionais e supranacionais” (CAMILLERI; FALK, 1992, p. 252), já que riscos ecológicos, flutuações da economia global ou mudanças tecnológicas não respeitam as fronteiras das nações (GIDDENS, 2007).

Já o eclipse da soberania dos Estados se dá em função da emergência de novos atores no sistema internacional, como empresas multinacionais e transnacionais, assim como organizações governamentais e não-governamentais. Alcoforado afirma que o conceito de soberania entrou em crise tanto teórica, com o prevalecer das teorias constitucionalistas com sua tese do Estado misto, da separação dos poderes e da supremacia da lei, quanto praticamente, com a crise do Estado moderno, o qual não é mais capaz de se apresentar como centro único e autônomo de poder, sujeito exclusivo da política e único protagonista na arena internacional (ALCOFORADO, 2003). Uma era globalizante na qual nos encontramos hoje, exige respostas globais, isso sendo válido para a área política quanto a qualquer outra

(GIDDENS, 2007). Assim, “a globalização tem sido acompanhada pela criação de novas instituições que têm se juntado às já existentes com o objetivo de trabalharem através das fronteiras” (STIGLITZ, 2003, p. 36).

Por outro lado, a crescente mundialização do capital ao impor como exigência a liberalização da economia mundial, criou uma necessidade de assegurar uma coordenação global no que diz respeito às políticas econômicas, o que levou os países a integrarem blocos econômicos regionais e intercontinentais. Atualmente, a União Europeia constitui o modelo de integração que mais deu certo. Essa integração é, ao mesmo tempo, uma reação ao processo de globalização, pois é só assim que o Estado-nação tem condições de fazer frente às grandes corporações transnacionais, e sua expressão mais avançada (ALCOFORADO, 2003).

Pode-se dizer que a nova divisão internacional do trabalho concretiza a globalização do capitalismo, a qual também é intensificada pela dispersão territorial das atividades industriais, dinamizadas pelas técnicas da eletrônica. Como visto anteriormente, a ciência e tecnologia deveriam contribuir para a melhora da situação de classes e povos, mas, em geral, preservam, recriam ou aprofundam as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais (IANNI, 2013). Isso se deve ao fato de geralmente a reprodução do capital acontecer “sob o controle das corporações transnacionais, muitas vezes apoiadas e estimuladas por governos nacionais e organizações multilaterais” (IANNI, 2013, p. 196). Marx já explanou essa contradição em discurso pronunciado na festa de aniversário do *People's Paper* em 1856:

Hoje em dia, tudo parece levar no seu seio a sua própria contradição. Vemos que as máquinas, dotadas da propriedade maravilhosa de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riqueza recém-descobertas se convertem, por artes de um estranho malefício, em fontes de privações. Os triunfos da arte parecem adquiridos ao preço de qualidades morais. O domínio do homem sobre a natureza é cada vez maior; mas, ao mesmo tempo, o homem se transforma em escravo de outros homens ou da sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece só poder brilhar sobre o fundo tenebroso da ignorância. Todos os nossos inventos e progressos parecem dotar de vida intelectual as forças materiais, enquanto reduzem a vida humana ao nível de uma força bruta. Este antagonismo entre a indústria moderna e a ciência, de um lado, e a miséria e a decadência, de outro, este antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais da nossa época é um fato palpável, esmagador e incontrolável. (MARX; ENGELS, 1977, p. 298-299)

A globalização também é responsável pelo ressurgimento de identidades culturais locais em várias partes do mundo como uma “reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas” (HALL, 1992, p. 85), ou seja, como uma reação da maior difusão de culturas ao redor do mundo e da tentativa de imposição pelo ocidente de seus costumes e tradições. Segundo Giddens, os “nacionalismos locais brotam como uma resposta a tendências globalizantes, à medida que o domínio de estados nacionais mais antigos enfraquece” (GIDDENS, 2007, p. 23). Os fundamentalistas – que, segundo esse mesmo autor, “reclamam um retorno aos textos ou escrituras básicos, a serem lidos de maneira literal, e propõe que as doutrinas derivadas de tal leitura sejam aplicadas à vida social, econômica ou política” (GIDDENS, 2007, p. 58) – são o exemplo mais visível e radical do movimento anti-globalização, contribuindo também para o seu fortalecimento, além da invasão cultural, os problemas econômicos e políticos. Assim, faz hoje parte da globalização o embate entre uma perspectiva cosmopolita e o fundamentalismo (GIDDENS, 2007). Uma dessas organizações fundamentalistas islâmicas é o Boko Haram – que será aprofundado mais adiante –, criado na Nigéria em 2002 e que se opõe à ocidentalização da sociedade nigeriana e à concentração da riqueza do país entre os membros da uma pequena elite política.

Em razão de toda a modernização, estamos hoje diante de algo que nunca existiu antes: uma sociedade cosmopolita global, uma sociedade propensa à mudança. Segundo Alcoforado, está em curso a formação “do homem cosmopolita, aquele que se sentirá em casa em qualquer parte da terra” (ALCOFORADO, p. 55). Anthony Giddens já afirmou que “a globalização tem algo a ver com a tese de que agora vivemos todos num único mundo” (GIDDENS, 2007, p. 18). Há um desenraizamento das pessoas e coisas, assim como uma maior perspectiva para realizações e possibilidades à medida que várias coisas se tornam mais acessíveis para a população. Sonhar mais e mais alto se tornou rotina em comparação ao século passado.

Apesar disso, é possível observar hoje também a guerra contra a globalização. Joseph Stiglitz afirma que manifestações e protestos no mundo em desenvolvimento contra as políticas e ações de instituições defensoras da globalização não são recentes, mas que o que é novo é a onda de protestos que está acontecendo nos países desenvolvidos (STIGLITZ, 2003). Hoje, “praticamente todas as reuniões importantes do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio servem de cenário para conflitos e tumultos” (STIGLITZ, 2003, p. 29). Depois dos clamores das populações miseráveis da África e dos países em desenvolvimento em outras partes do mundo terem sido ignorados

totalmente pelo Ocidente durante décadas (STIGLITZ, 2003), hoje há uma preocupação com o fato de a globalização não estar facilitando a vida daqueles que mais precisam dos benefícios por ela prometidos, o que é demonstrado pela criação da Declaração do Milênio que será abordada mais a frente.

Muitos dos aspectos da globalização foram bem-vindos em todos os lugares. No entanto, “são os aspectos econômicos mais estreitamente definidos da globalização que têm sido objeto de controvérsias”, daí a razão deles serem abordados mais a fundo em seguida (STIGLITZ, 2003, p. 36).

1.3.1 Os efeitos da globalização econômica

Osler Hampson aborda a oposição dos entusiastas da globalização e seus críticos (HAMPSON, 2008). Para os primeiros, a quebra das barreiras nacionais ao comércio e à propagação de mercados globais são processos que ajudam a aumentar a renda do mundo e contribuem para a propagação da riqueza, já que as antigas divisões entre as economias avançadas do norte e o sul periférico estão quebrando e abrindo caminho para uma arquitetura cada vez mais complexa do poder econômico. Já para os críticos da globalização, embora alguns países do Sul ganharam com a globalização, muitos não têm ganhado nada, e as desigualdades de renda entre os países mais ricos e os mais pobres do mundo estão aumentando, visto que os fluxos comerciais e de investimento estão se intensificando entre os países que podem competir na economia global, deixando para trás aqueles que não podem, como a África subsaariana, por exemplo. Assim, é possível observar que “a grande maioria da população mundial se distancia cada vez mais dos padrões de riqueza do Ocidente” (ALCOFORADO, 2003, p. 74). Além disso, há também um aumento na desigualdade de renda dentro dos países entre as classes sociais e entre as regiões. Como as diferenças de renda e desigualdades sociais e econômicas se ampliam, assim também se ampliam as perspectivas para a violência e os conflitos civis (HAMPSON, 2008).

Stiglitz ainda coloca que “a abertura do comércio internacional ajudou vários países a crescer muito mais rapidamente do que teriam crescido sem essa abertura” (STIGLITZ, 2003, p. 30). Além disso, segundo esse autor, “graças à globalização, a expectativa de vida em todo o mundo aumentou bastante, e o padrão de vida melhorou muito” (STIGLITZ, 2003, p. 30).

Mas, como coloca Ianni:

Ainda que os processos de globalização e modernização desenvolvam-se simultânea e reciprocamente pelo mundo afora, também produzem desenvolvimentos desiguais, desencontrados, contraditórios. No mesmo curso da integração e homogeneização, desenvolve-se a fragmentação e a contradição. Ao encontrar outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo culturas e civilizações, logo se constituem as mais surpreendentes diversidades. (IANNI, 2013, P. 112)

Alcoforado explica esses desenvolvimentos contraditórios:

O crescimento econômico dos países capitalistas avançados resultou do incessante processo de acumulação do capital e do progresso técnico que se realizou ao longo de cinco séculos às custas de desigualdades sociais e regionais de renda entre seus habitantes e às custas de outros países por eles explorados. Reside na exploração do homem pelo homem o incremento das desigualdades sociais no interior desses países e nas práticas imperialistas ou coloniais a origem das desigualdades econômicas entre os países capitalistas centrais, periféricos e semiperiféricos (ALCOFORADO, 2003, p. 72).

Ou seja, as ações colonialistas e imperialistas, as quais sempre constituíram e destruíram fronteiras, hegemonias e soberanias, são o principal fator inibidor do desenvolvimento e gerador da dependência política, econômica, financeira e tecnológica dos países semiperiféricos e periféricos da economia capitalista mundial em relação aos países mais desenvolvidos. Além disso, “há uma longa história de contratos injustos para os quais os governos ocidentais, por meio de sua força e influência, têm feito com que as nações mais pobres cumpram” (STIGLITZ, 2003, p. 106). O atraso econômico dos países semiperiféricos e periféricos do sistema capitalista mundial resulta, assim, do progresso alcançado pelos países capitalistas mais desenvolvidos (ALCOFORADO, 2003).

Esse aspecto é abordado da melhor maneira através da teoria da dependência, a qual surgiu no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960 como uma crítica à teoria da modernização² e tinha como preocupação fundamental “o problema de explicar por que os países da América Latina e de outras regiões do Terceiro Mundo não se desenvolviam como outros países” (JATOBÁ, 2013, p. 63). Para Duarte e Gracioli, ela

se propunha a tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de

² A teoria da modernização afirmava que “os países subdesenvolvidos não logravam alcançar o desenvolvimento devido a determinadas características e processos domésticos, os quais supostamente dificultavam a transição das sociedades tradicionais desses países para a modernidade”. (JATOBÁ, 2013, p. 64)

alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras (DUARTE; GRACIOLLI, s/ d).

Ou seja, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento fazem parte de uma única estrutura, um único processo: o sistema e a expansão do capital internacional. Como coloca Santos, essa teoria busca, dentro do entendimento do processo de integração da economia mundial, “compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (SANTOS, 2000, p. 26). O subdesenvolvimento passa, assim, a ser visto como um produto do desenvolvimento capitalista mundial “e do estabelecimento de uma divisão internacional do trabalho que modelou as economias periféricas de acordo com as necessidades do capitalismo mundial” (MUÑOZ, 1978, p. 97). O desenvolvimento ou subdesenvolvimento de um país, aliás, tem mais a ver com a sua localização hierárquica na divisão do trabalho mundial do que com a própria taxa de desenvolvimento interno (BERGESEN, 1982). Do mesmo modo que foi exposto pela teoria do sistema-mundo, também a teoria da dependência afirma que a estrutura das relações econômicas vigentes entre os países do centro e da periferia tende a reproduzir as condições de subdesenvolvimento e, mais ainda, a aumentar a assimetria entre os países desenvolvidos e os periféricos (JATOBÁ, 2013).

Como também colocam Duarte e Graciolli em seu artigo *A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina*, do ponto de vista estritamente econômico, a teoria entendia que as relações estruturais de dependência estavam para além do campo das relações mercantis, se configurando também no movimento internacional de capitais, em especial na figura dos investimentos diretos estrangeiros e na dependência tecnológica (DUARTE; GRACIOLLI, s/ d). Já que, segundo Stiglitz, os países em desenvolvimento dependem fortemente dos empreendimentos estrangeiros, os investimentos diretos desempenham um papel fundamental para o acesso aos mercados e às novas tecnologias que os acompanham (STIGLITZ, 2003), constituindo, assim, recursos utilizados pelas economias centrais para manter e fortalecer as relações de dependência (SILVA, s/d).

“A esses fatores somava-se o imperialismo, que, na medida em que permeava toda a economia e sociedade dependentes, representava um fator constitutivo de suas estruturas socioeconômicas” (DUARTE; GRACIOLLI, s/d, p. 3), ou seja, a evolução do capitalismo industrial só foi possível na metrópole na medida em que contou com os baixos custos das matérias-primas e da mão-de-obra dos satélites, constituindo o sistema centro-periferia. Era a

conjunção desses distintos mecanismos que integravam, de forma subordinada, a economia latino-americana, assim como tantas outras, à economia internacional. Como bem coloca Enzo Faletto, “o problema do subdesenvolvimento econômico não é só um problema de crescimento econômico, mas, fundamentalmente, um problema de integração de uma economia nacional” (FALETTO, 1981, p. 13). Resumindo, segundo a teoria da dependência,

O subdesenvolvimento resulta de complexas relações econômicas internacionais constituídas historicamente, as quais impedem a existência de um desenvolvimento autônomo; ele é um produto das dinâmicas empreendidas pelas forças produtivas globais, em especial das economias centrais do capitalismo, que constringem as escolhas daqueles países e resultam em uma estrutura de dominação, em que cabe aos países periféricos um papel subordinado no capitalismo mundial. (JATOBÁ, 2013, p. 63)

Segundo Luciano Tomassini, os mecanismos através dos quais se produz a relação de dependência incluem a existência de interesses comuns, alianças políticas e estratégias convergentes entre os segmentos capitalistas dos países industrializados e os mesmos setores dos países em desenvolvimento (TOMASSINI, 1989). Segundo Silva, “o esquema mundial centro-periferia tende à sua reprodução no sistema nacional” (SILVA, s/d, s/ p), já que o setor industrial nacional tem como interesse “preservar as estruturas do capitalismo transnacional que os beneficia” (MUÑOZ, 1978, p. 98). Ou seja, o capitalismo tem gerado também desigualdades entre as localidades de uma mesma região ou país em função da “tendência do capital em se concentrar em localidades e regiões que reúnam as melhores condições para maximizar seus lucros”, aumentando a disparidade entre as classes sociais (ALCOFORADO, 2003, p. 73). A figura 1, retirada do *Outlook on the Global Agenda 2015*, mostra como a riqueza do mundo é compartilhada entre a sua população e a sua conseqüente desigualdade, sendo riqueza definida como o valor de mercados dos ativos financeiros mais os ativos não-financeiros possuídos por um adulto, menos as dívidas. Enquanto apenas 0,7% da população mundial possui 41% da riqueza mundial, 7,7% possui 42,3%, 22,9% possui 13,7% e 68,7% da população possui apenas 3% da riqueza.

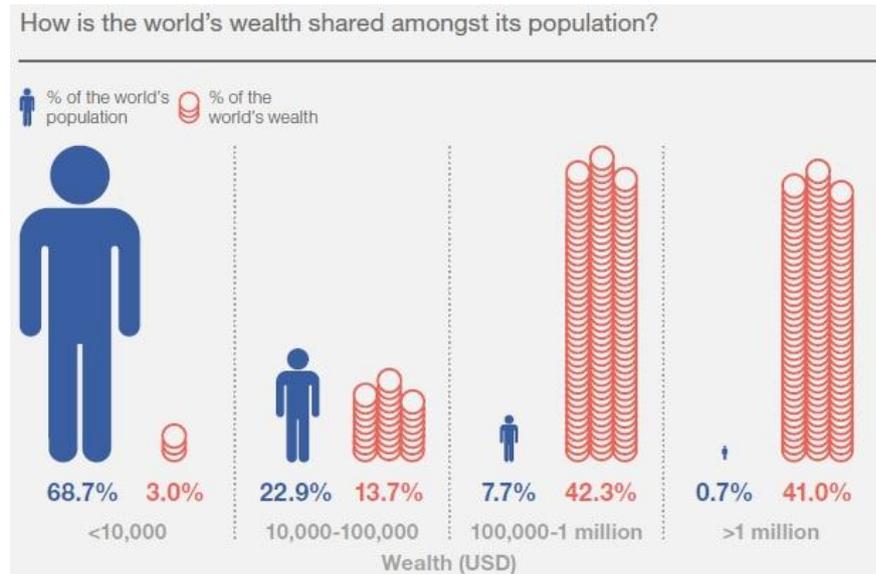


Figura 1 – Como a riqueza do mundo é compartilhada entre a sua população?

Fonte: Outlook on the Global Agenda 2015

As disparidades econômicas existentes atualmente entre os países capitalistas desenvolvidos e os demais são consequência de vários fatores, como por exemplo: 1) o nível elevado de renda e riqueza resultante do processo de acumulação de capital realizado pelos países capitalistas desenvolvidos ao longo da história; 2) a existência de modos de produção pré-capitalistas em alguns países semiperiféricos e periféricos; 3) o atraso ou inviabilidade do processo de industrialização; 4) a ação colonialista e imperialista implementada há séculos pelas grandes potências capitalistas ao transformarem os recursos e mercados dos países semiperiféricos e periféricos em extensões de suas economias (ALCOFORADO, 2003).

A colonização resultou também no não-desenvolvimento do progresso técnico nos países semiperiféricos e periféricos, pois, como coloca Alcoforado, quando estes

possuíam o status de colônia, se tornavam dependentes de tecnologia oriunda da metrópole e, mais tarde, quando se tornaram formalmente independentes, não dispunham de capitais e não reuniam condições estruturais para promover o desenvolvimento científico e tecnológico (ALCOFORADO, 2003, p. 73),

sendo essa outra das tantas razões para o atraso econômico dos países da periferia. Na África mais especificamente, em virtude do traçado de suas fronteiras políticas realizadas pelos colonizadores sem levar em consideração os povos que ali viviam, “15 países africanos não dispõem de saídas marítimas e estão conectados a portos estrangeiros por ferrovias e rodovias precárias”, fatores essenciais para o crescimento econômico (MAGNOLI, SERAPIÃO JR,

2006, p. 17).

O Consenso de Washington, ao possuir a austeridade fiscal, a privatização e a liberalização do mercado como os três pilares das suas recomendações, se constitui uma ferramenta para os propósitos da globalização. Ele é o resultado da reunião realizada nessa cidade em 1989, a qual contou com a participação de economistas, funcionários do FMI, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano (MENDES, s/d). A intenção desse encontro era avaliar as reformas econômicas dos países latino-americanos, o que resultou em 10 recomendações de caráter neoliberal, que desloca as possibilidades de soberania para as organizações, corporações e outras entidades de âmbito global. Essas ideias, desenvolvidas para lidar com problemas específicos aos países da América Latina, que passaram por uma crise na década de 1980³, mais tarde foram consideradas aplicáveis a diversos países do mundo. Além disso, os proponentes do Consenso acreditavam na economia de cascata, ou seja, acreditavam que os benefícios do crescimento da economia acabariam por alcançar os pobres em um momento ou outro (STIGLITZ, 2003).

Essas políticas econômicas estabelecidas, vistas como a única forma certa para o crescimento e desenvolvimento, muitas vezes não eram apropriadas para nações nos estágios iniciais de desenvolvimento ou de transição, já que elas acabavam por forçar as mesmas a se abrirem “a produtos importados, que concorreriam com as mercadorias produzidas internamente por determinados setores da economia” (STIGLITZ, 2003, p. 43). Além disso, segundo Stiglitz, o principal problema era que muitas das medidas se tornaram fins em si mesmo, em vez de serem os meios para alcançar um crescimento mais imparcial e sustentável (STIGLITZ, 2003). Com isso, “tais políticas eram postas em prática em excesso e depressa demais, acabando por excluir outras políticas que se faziam necessárias” no contexto político e social (STIGLITZ, 2003, p. 85). O autor ressalta ainda que os resultados das políticas impostas pelo Consenso de Washington têm, para a maioria dos países, causado um desenvolvimento lento e, onde de fato ocorreu um crescimento, os benefícios não têm sido repartidos igualmente (STIGLITZ, 2003).

³ A crise na América Latina evidenciava o esgotamento do modelo desenvolvimentista e o desgaste interno e internacional dos regimes militares através dos enormes déficits, do desemprego em massa e da inflação descontrolada. Após uma curta explosão de crescimento no início da década de 1990 após a adoção das medidas do FMI, estabeleceu-se a estagnação e a recessão. Além disso, os pobres não foram beneficiados por esse curto crescimento, já que ele não foi acompanhado pela diminuição da desigualdade. Em alguns casos, a miséria até mesmo aumentou, o que é demonstrado pelas favelas urbanas (Stiglitz, 2003). Para aprofundar a leitura: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 45, no. 2, 2002, p. 135-146.

O Consenso de Washington acabou por influenciar o comportamento de agências internacionais, que passaram a criar regras para a concessão de crédito (MENDES, s/d). É neste contexto em “que se dá a desestatização, a desregulação, a privatização, a abertura de mercados e a monitorização das políticas econômicas nacionais pelas tecnocracias do FMI e do Banco Mundial, entre outras organizações multilaterais e transnacionais” (IANNI, 2013, p. 58), as quais que, convenientemente, “são controladas não só pelos países industrializados mais ricos do mundo, mas também pelos interesses comerciais e financeiros desses países” (STIGLITZ, 2003, p. 46). Segundo Stiglitz, isso acaba sendo refletido nas políticas das instituições, as quais também são conduzidas por representantes das nações industrializadas, o que é levado a concluir que as instituições não são representativas das nações a que servem e acabam por propor adoções de abordagens padronizadas. Persiste aqui a mentalidade colonial, o fardo do homem branco e a suposição de que ele sabe o que é melhor para os países em desenvolvimento (STIGLITZ, 2003).

O Fundo Monetário Internacional existe desde 1944 com a finalidade de assegurar a estabilidade econômica, mas contribui hoje de forma significativa para a ampliação da desigualdade entre os países. É irônico a forma como muitas das políticas impostas pelo FMI, em especial quanto à liberalização prematura do mercado de capitais, contribui para a instabilidade global (STIGLITZ, 2003). Segundo Stiglitz, hoje, o Fundo distribui “recursos somente se o país que estiver precisando do empréstimo se sujeite às opiniões do FMI a respeito da política econômica adequada, o que, quase sempre, envolve políticas contraditórias que geram recessão ou coisa pior” (STIGLITZ, 2003, p. 67). Assim, a liberalização não é, em geral, acompanhada do crescimento prometido, mas de mais miséria ainda. Essa condicionalidade para que o Fundo ajude o país necessitado muitas vezes vão “além da economia, entrando em áreas que, por direito, pertencem ao domínio da política” (STIGLITZ, 2003, p. 74). É claro que, teoricamente, os termos dos contratos de empréstimo são sempre negociáveis. No entanto, as negociações do FMI costumam ser unilaterais tendo em vista que todo o poder está nas suas mãos, já que “muitos dos países que buscam a ajuda dele se veem desesperadamente necessitados de dinheiro” (STIGLITZ, 2003, p. 71).

Essa imposição de medidas neoliberalizantes é possível observar na atualidade no caso da Grécia e da Troika, a qual é uma cooperação do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da Comissão Europeia. Houve por parte do governo grego uma certa rebeldia contra as medidas de austeridade e uma luta para resgatar os direitos sociais e a democracia a fim de coloca-los acima dos interesses dos mercados financeiros. O novo governo de esquerda eleito em janeiro desse ano, responsável por essas medidas

anticapitalistas, tinha como intenção renegociar a dívida grega e rejeitar o acordo que a representava, o “Programa de Assistência Econômica e Financeira”, e que dá à chamada Troika o direito de intervir na política econômica do país. Houve uma prorrogação do prazo de vencimento da dívida grega de 4 meses, a qual expirou em 30 de junho deste ano, tornando-se a Grécia, assim, o primeiro país desenvolvido a não pagar uma dívida ao FMI (MARTINS, 2015). Em consulta popular após o calote, a maioria dos gregos votou “não” para as novas medidas de austeridade impostas por credores internacionais, o que resultou em um plano de resgate com a zona do euro.

Há, de certa forma, uma hipocrisia dos países ocidentais. Os países ricos do Ocidente e as instituições representativas de seus interesses forçam as nações pobres a eliminar as barreiras comerciais, mas eles próprios mantêm as suas a fim de proteger aqueles setores nos quais a concorrência dos países em desenvolvimento poderia representar uma ameaça à sua economia e impedindo, assim, que esses países exportassem seus produtos agrícolas, privando-os da renda tão desesperadamente necessária obtida por meio das exportações (STIGLITZ, 2003).

Não há dúvida de que a globalização traz benefícios frequentes. A explicação para a contínua miséria na qual se encontra grande parte da população está na concentração dos benefícios, assim como há a concentração de renda nos países mais desenvolvidos e nas elites econômicas que intensifica a desigualdade. Além da globalização não lograr êxito em reduzir a pobreza da forma prometida, também não teve sucesso em garantir a estabilidade, demonstrado pelas crises que têm ameaçado as economias e a estabilidade de todos os países em desenvolvimento, como as crises na Ásia e na América Latina (STIGLITZ, 2003).

Na África, as grandes aspirações após a independência colonial não foram, em sua maioria, concretizadas. Em vez disso, Stiglitz ressalta, “o continente mergulha cada vez mais fundo na miséria, à medida que a renda da população cai e, conseqüentemente, o padrão de vida piora” (STIGLITZ, 2003, p. 32).

Stiglitz conclui que

em muitas situações, os benefícios da globalização têm sido menores do que seus defensores apregoaram, e o preço pago tem sido maior, já que o meio ambiente foi destruído e os processos políticos, corrompidos, além de o ritmo acelerado das mudanças não ter dado aos países tempo suficiente para uma adaptação cultural. (STIGLITZ, 2003, p. 35)

Para esse mesmo autor,

a globalização em si não é nem boa nem ruim. Ela tem o poder de fazer um enorme bem e, para os países do Leste Asiático que aderiram à globalização em seus próprios termos, dentro do seu próprio ritmo, ela tem representado um grande benefício, apesar do baque provocado pela crise de 1997. Mas em muitas partes do mundo, não trouxe benefícios comparáveis. Para muitos, a globalização assemelha-se mais a um desastre iminente. (STIGLITZ, 2003, p. 48)

Stiglitz acredita que a globalização deve ser reformulada, “gerenciada de maneira adequada e imparcial, com todos os países tendo o direito de opinar sobre as políticas que os afetam”, a fim de criar uma nova economia global na qual os frutos do crescimento sejam compartilhados com mais igualdade (STIGLITZ, 2003, p. 49).

A Declaração do Milênio, documento aprovado em reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em setembro de 2000 em Nova York, constitui tanto um efeito da globalização como também um mecanismo para a diminuição dos mesmos ou, como consta no próprio documento, para “ir ao encontro das necessidades reais das pessoas de todo o mundo” (NAÇÕES UNIDAS, 2000). Em um tópico sobre os valores e princípios da declaração, há o reconhecimento dos desafios que dizem respeito à globalização:

Pensamos que o principal desafio que nos depara hoje é conseguir que a globalização venha a ser uma força positiva para todos os povos do mundo, uma vez que, se é certo que a globalização oferece grandes possibilidades, atualmente os seus benefícios, assim como os seus custos, são distribuídos de forma muito desigual. Reconhecemos que os países em desenvolvimento e os países com economias em transição enfrentam sérias dificuldades para fazer frente a este problema fundamental. Assim, consideramos que, só através de esforços amplos e sustentados para criar um futuro comum, baseado na nossa condição humana comum, em toda a sua diversidade, pode a globalização ser completamente equitativa e favorecer a inclusão. Estes esforços devem incluir a adoção de políticas e medidas, a nível mundial, que correspondam às necessidades dos países em desenvolvimento e das economias em transição e que sejam formuladas e aplicadas com a sua participação efetiva. (DECLARAÇÃO DO MILÊNIO, 2000, p. 2)

No que diz respeito ao desenvolvimento e à erradicação da pobreza, o documento demonstra a preocupação com os obstáculos que os países em desenvolvimento enfrentam para mobilizar os recursos necessários para financiar o seu desenvolvimento. Além disso, é solicitado aos países industrializados que adotem uma política de acesso, livre de direitos aduaneiros e de cotas, no que se refere a todas as exportações dos países menos avançados, que apliquem o programa de redução da dívida dos países mais pobres muito endividados e que acordem em cancelar todas as dívidas públicas bilaterais contraídas por esses países, em

troca de eles demonstrarem a sua firme determinação de reduzir a pobreza, entre outros pontos (NAÇÕES UNIDAS, 2000).

São traçados com o documento também objetivos a serem alcançados até o fim do ano de 2015, como reduzir para a metade a percentagem de habitantes do planeta com rendimentos inferiores a um dólar por dia e a das pessoas que passam fome, assim como reduzir para metade a percentagem de pessoas que não tem acesso a água potável ou carecem de meios para o obter; velar para que as crianças de todo o mundo possam concluir um ciclo completo de ensino primário; reduzir a mortalidade materna em três quartos e a mortalidade de crianças com menos de 5 anos em dois terços; deter e começar a reverter a tendência do HIV/AIDS, da malária e de outras doenças graves que afligem a humanidade (NAÇÕES UNIDAS, 2000).

Há, no documento, uma sessão referente ao compromisso de responder às necessidades especiais da África, demonstrando os desafios particulares do continente no mundo globalizado, entre eles a consolidação da democracia, a luta por uma paz duradoura, a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável, todos com o fim de integrar a África na economia mundial. Algumas medidas buscadas para o enfrentamento desses desafios são o cancelamento da dívida, a melhoria do acesso aos mercados, o aumento da ajuda oficial ao desenvolvimento e o aumento dos fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos, assim como as transferências de tecnologias (NAÇÕES UNIDAS, 2000).

Em seu artigo *Own the Goals: What the Millennium Development Goals Have Accomplished*, John McArthur cita algumas críticas ao documento (MCARTHUR, 2013). Entre elas está que várias questões, tais como a igualdade de gênero e a sustentabilidade ambiental, são definidas muito restritivamente. Além disso, a ênfase do documento em questões de desenvolvimento humano, como a educação e a saúde, às vezes minimiza a importância em investimentos em energia e infraestrutura que suportam o crescimento econômico e a criação de empregos. Houve também resistências à declaração, dos EUA e do governo Bush, por acreditarem que a mesma se traduzia em quotas de ajuda ditadas pelas Nações Unidas, mas, ao mesmo tempo, apoiando suas metas e realizando esforços nesse sentido; e do Banco Mundial, o qual por ser uma instituição dominada por economistas, está propenso a priorizar reformas econômicas sobre investimentos em setores sociais (MCARTHUR, 2013). O país e a instituição, no entanto, estão revendo suas posições, atraídos pelo comprovado sucesso do quadro das metas da Declaração do Milênio.

Em artigo do jornal *The Guardian* de setembro de 2013 são abordados os progressos que têm sido feitos para a consolidação dos objetivos estabelecidos na Declaração do Milênio,

além do mesmo ter atraído a atenção e recursos para questões que estavam esquecidas, promovendo uma cooperação entre organizações públicas, privadas e não-governamentais (HARRIS; PROVOST, 2013). A tabela 1 esses progressos.

Are we nearly there yet?		
Target	Then	Now
Poverty: halve the proportion of people living in extreme poverty	1990 46.7%	2010 22%
Hunger: halve the proportion of hungry people	1990 18.6%	2010-12 12.5%
Education: ensure all children can complete primary school	1990 81.9%	2011 91.2%
Gender equality: end gender disparities in schools*	1990 0.88	2011 0.97
Child mortality: cut under-5 mortality rate (per 1,000 live births) by two thirds	1990 87	2012 50
Maternal mortality: cut maternal mortality rate (per 100,000 live births) by three quarters	1990 400	2010 210
HIV and Aids: halt and begin to reverse the spread of HIV and Aids **	2001 0.08	2011 0.06
Water: halve the proportion of people without access to safe drinking water	1990 24%	2011 11%
Sanitation: halve the proportion of people without access to basic sanitation	1990 51%	2011 36%

* Gender parity index (ratio of girls to boys)
** Incidence of new cases (per 100 people)

Tabela 1 – Estamos quase lá?

Fonte: The Guardian

Como é possível observar, 4 de 9 metas-chave retratadas já foram alcançadas, algumas antes do previsto. Os objetivos de diminuir para a metade a proporção de pessoas que vivem em pobreza extrema e que não possuem acesso a água potável, acabar com as disparidades de gênero nas escolas e deter e começar a inverter a propagação de HIV e AIDS já foram alcançados, enquanto que os objetivos que dizem respeito a diminuir para a metade a proporção de pessoas que passam fome e que não tem acesso a saneamento básico, assegurar que todas as crianças possam concluir a escola primária, reduzir em dois terços a taxa de

mortalidade de crianças menores de 5 anos e reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna ainda deixam a desejar. No entanto, levando em consideração o critério de linha de pobreza do Banco Mundial em seu Relatório de Desenvolvimento Mundial de 1990 que considera pobreza extrema a situação de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia, o incremento dessa renda para dois dólares por dia que pode justificar o cumprimento dessa meta do milênio ainda não é uma situação adequada para qualquer ser humano viver.

O artigo ressalta também que os dados necessários para medir os progressos desses objetivos são irregulares e defasados temporalmente. Mais de 40 países em desenvolvimento carecem de dados suficientes para acompanhar o desempenho sobre a pobreza extrema e a fome, e países com os índices mais altos de mortalidade materna, malária e tuberculose muitas vezes tem os dados menos confiáveis sobre estas questões (HARRIS; PROVOST, 2013).

Fica clara a necessidade de esforços conjuntos para a redução das disparidades entre os países e classes sociais, a fim de garantir uma segurança humana a todos ao redor do mundo, pois se deixados à mercê das forças da globalização, sua situação sem dúvida tende a se degradar. As Nações Unidas estão agora em processo de definir objetivos de desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos como parte de uma nova agenda para terminar o trabalho dos objetivos de desenvolvimento do milênio (UNDP, s/d), além de abordar emergentes realidades globais. Essa agenda será adotada pelos Estados-membros na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável a ser realizada em setembro de 2015. Entre os objetivos propostos está acabar com a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares; promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável; o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos; tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos; e proteger, restaurar e promover o uso sustentável de ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação e deter e reverter a degradação da terra, além de travar a perda da biodiversidade (UNDP, s/d). Assim como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁴, também os esforços para os novos objetivos devem ser coordenados com recursos que deem sustentação ao processo (UNDP, s/ d).

⁴ Em termos práticos, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram lançados em março de 2002, na Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Financiamento para o Desenvolvimento em Monterrey, no México. Os participantes, incluindo chefes de Estado, ministros das finanças e dos negócios estrangeiros, concordaram que os países desenvolvidos deveriam intervir com mecanismos de apoio e ajuda financeira adequada para ajudar países pobres comprometidos com uma boa governança a atingir os objetivos de desenvolvimento do milênio. Outros compromissos financeiros foram feitos na Cúpula do G-8 em 2005 em Gleneagles na Escócia. Entre eles, líderes se comprometeram em aumentar a ajuda global em U\$50 bilhões até 2010 e definir as bases para maiores compromissos a serem estabelecidos em 2015 (MCARTHUR, 2013).

A globalização coloca novos perigos para a segurança humana quando padrões do comércio mundial, produção e finanças se transformam em novos relacionamentos que, se não regulamentados, pode empobrecer ainda mais os pobres do mundo, com consequências sociais e políticas desastrosas (HAMPSON, 2008). A ampliação do conceito de segurança para as novas preocupações que dizem respeito à segurança humana será abordada a seguir.

2 A SEGURANÇA HUMANA E A CONSTRUÇÃO DE UM ARCABOUÇO TEÓRICO

Na década de 1990, com o fim da Guerra Fria e a intensificação da globalização, a ordem internacional é profundamente alterada e, com ela, o conceito de segurança. Sem o conflito entre as duas superpotências, a perspectiva militar decai e novas problemáticas passam a ganhar destaque, levando à intensificação do debate entre tradicionalistas e os chamados aprofundadores-ampliadores da segurança. Os eventos e debates que levaram à concepção da área de segurança humana serão analisados no decorrer do capítulo.

2.1 O conceito de segurança

Ao escrever um capítulo sobre segurança, é essencial abordar o que ela é e o que propõe, apesar de haver muitas contestações ao redor de qualquer aspecto desse conceito. Buzan e Hansen afirmam que “segurança é sempre um ‘conceito hifenizado’, está sempre ligada a um objeto de referência específico, a localidades internas e externas, a um ou mais setores e a um modo particular de pensar sobre política” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 37). Os mesmos autores constataam que os estudos de segurança internacional são uma área na qual questões acerca tanto do que deveria ser estudado quanto do papel dos estudiosos em relação ao aparato de segurança do Estado são fonte contínua de tensão e debate. Assim, segurança é muitas vezes referida como um conceito essencialmente contestado, sobre o qual, por definição, não pode haver consenso quanto ao seu significado (WILLIAMS, 2008). Ela é, também, inevitavelmente política, ou seja, desempenha um papel vital na decisão de quem recebe o quê, quando e como na política mundial (LASSWELL, 1936). Dessa forma, segundo Buzan, segurança é um poderoso instrumento político ao reivindicar atenção para itens prioritários na competição pela atenção do governo, além de ajudar a estabelecer uma

consciência da importância das questões assim classificadas na mente da população em geral (BUZAN, 1991). Já outros teóricos de política e de relações internacionais explicaram que os “conceitos de segurança são, em um nível mais profundo, soluções específicas para uma extensa lista de questões importantes que dizem respeito à identidade do *Self* e do Outro, às fronteiras (territoriais e sociais), à autoridade, à legitimidade e à soberania” (BUZAN; HANSEN, 2012).

Em seu livro *A evolução dos Estudos de Segurança Internacional*, Barry Buzan e Lene Hansen apresentam cinco forças motrizes por trás dessa evolução que podem “explicar de modo mais adequado os maiores movimentos conceituais, tanto as continuidades quanto as transformações”, variando na medida que a prioridade de um tópico diminui e quando tópicos totalmente novos tornam-se parte de debates contínuos (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 78).

A primeira força motriz diz respeito à política das grandes potências, sendo a análise de segurança durante a Guerra Fria quase sinônimo de estudo das relações americano-soviéticas e de um sistema bipolar com inimizade entre as duas superpotências. Essa ordem foi especialmente estabilizada e prolongada na medida que a Europa Ocidental e o Japão não buscaram reafirmar uma capacidade militar como as grandes potências tradicionais. Outros fenômenos também apareceram na agenda de pesquisa, como a questão da segurança no Terceiro Mundo, mas eram vistos como estruturados (quando não determinados) pela bipolaridade. Com o colapso da URSS houve não somente uma reconsideração da polaridade do sistema internacional, mas também das relações entre as grandes potências, tendo a China a partir desse momento um lugar central como o único par concorrente dos EUA. Outro marco a partir do qual muitos analistas de segurança definiram uma nova era foram os ataques de 11 de setembro. Quaisquer que sejam as potências que tenham um papel mais destacado no sistema internacional, as particularidades dos Estados Unidos como Estado e sociedade, por ter sido o seu modelo ocidental de Estado o qual formou o núcleo dos estudos de segurança, ainda permanecem uma das forças motrizes centrais desses estudos. Assim, para os autores Buzan e Hansen, a força motriz da política das grandes potências abrange a distribuição de poder entre os Estados líderes (a polaridade no sistema internacional), os padrões de amizade e inimizade entre as grandes potências, o grau de envolvimento e intervencionismo das grandes potências e suas disposições societais específicas para os níveis de segurança (BUZAN; HANSEN, 2012).

Além da sua importância na globalização, o contínuo desenvolvimento de novas tecnologias também aqui é de extrema importância, constituindo outra força motriz – a do imperativo tecnológico –, a qual ressalta a necessidade de avaliar seus impactos nas ameaças,

vulnerabilidades e estabilidades (ou não) das relações estratégicas (BUZAN; HANSEN, 2012). Tanto a bomba atômica em meados dos anos 1940 como a tecnologia nuclear durante a Guerra Fria tiveram grande impacto nos debates de segurança. Hoje, as fontes de ameaças para as grandes potências se encontram no espaço sideral e cibernético. A tecnologia como um todo acaba por ter impacto não só sobre o aspecto militar, mas também sobre o desenvolvimento econômico, político e cultural (BUZAN; HANSEN, 2012). Como colocam Buzan e Hansen, “depois de chegar ao mundo, a tecnologia cria pressões por si só” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 99).

A terceira força motriz, sem a qual é impossível imaginar o nascimento e evolução dos estudos de segurança internacional, são os eventos-chave. Eles “podem aparecer de várias formas e podem mudar não apenas as relações entre as potências, mas os paradigmas acadêmicos utilizados para compreender essas relações” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 99). Uma forma desses eventos são as crises específicas, como a Crise dos Mísseis de Cuba em 1962 e os ataques terroristas contra os EUA em 11 de setembro de 2001. Já outros “assumem a forma de processos constantes que se desdobram ao longo do tempo e mudam o conhecimento, o entendimento e a consciência que sustentam as práticas existentes”, como o crescimento das preocupações ambientais, as quais, com o tempo e com uma importância cada vez maior, conquistou um lugar nos debates políticos e na literatura dos estudos de segurança internacional (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 99). Como coloca Hansen, o que faz do evento o que ele é, é o reconhecimento (ou não) por parte de políticos, instituições, da mídia e do público de que algo é de tal importância que deveria ser dada uma resposta, mesmo que por meios militares (HANSEN, 2006). Cabe aqui a controvérsia sobre porque eventos que matam ou mutilam grandes quantidades de pessoas no Terceiro Mundo, como a fome, doenças e guerra civil, geralmente não chegam a ser concebidos como eventos de segurança no Ocidente (BUZAN; HANSEN, 2012).

A quarta força motriz diz respeito à dinâmica interna dos debates acadêmicos, já que o desenvolvimento dos estudos de segurança é conflituoso justamente devido à ausência de consenso sobre qual modelo científico deveria ser adotado e à natureza política desse campo. Segundo Buzan e Hansen, existem quatro dimensões dentro dessa força motriz em específico (BUZAN; HANSEN, 2012). Primeiro, são os debates sobre epistemologia, metodologia e a escolha do enfoque da pesquisa que conduzem os estudos de segurança. Segundo, os debates acadêmicos nesses estudos são influenciados pelo desenvolvimento em outras áreas acadêmicas, da mesma forma que eles exportam avanços significativos para outras disciplinas. Terceiro, é uma característica dos debates acadêmicos nos estudos de segurança e

que reflete sua natureza política, a posição política e normativa dos estudiosos de segurança, justamente pelo fato da área ter sido formada em torno de questões políticas consideradas como urgentes. E em quarto lugar, os estudos de segurança internacional também sofrem o impacto da metavisão que os estudiosos mantêm sobre como uma área deveria se desenvolver (BUZAN; HANSEN, 2012).

A quinta e última força motriz que os autores Buzan e Hansen acreditam estar relacionada com a evolução dos estudos de segurança é a sua institucionalização, ou seja, estruturas e identidades institucionais, que envolve não apenas a alocação de recursos e a inserção de certo processo de reprodução, mas também a dinâmica burocrática das organizações (BUZAN; HANSEN, 2012). Segundo Williams, a institucionalização aponta para o que se considera legítimo, tanto uma disciplina acadêmica ou uma área como uma forma de conhecimento, baseando-se em e (re)produzindo estruturas de conhecimento, confiança e poder simbólico (WILLIAMS, 1997). A institucionalização pode ser vista como sendo composta por quatro elementos que se entrelaçam: as estruturas organizacionais, dentro das quais os estudos de segurança são conduzidos e por elas apoiados, sendo a principal delas a instituição acadêmica; o financiamento, geralmente de governos e fundações, já que sem ele as organizações dificilmente poderiam funcionar; a disseminação do conhecimento, sendo meios para isso a publicação acadêmica e as conferências nas quais os pesquisadores se encontram; e redes de pesquisa (BUZAN; HANSEN, 2012).

Uma síntese da evolução do conceito de segurança, desde a Segunda Guerra Mundial até o fim da Guerra Fria, será desenhada na próxima seção.

2.2 A evolução da segurança

A evolução dos estudos de segurança internacional diz respeito ao foco do campo que se altera na medida que prioridades políticas e concepções mudam. Há uma literatura dos Estudos de Segurança Internacional, por exemplo, que precedem a Segunda Guerra Mundial e que pode ser amplamente caracterizada como estudos de guerra, grande estratégia e estratégia militar, além de geopolítica (BUZAN; HANSEN, 2012). No entanto, uma literatura mais específica sobre segurança se desenvolveu após 1945, com debates sobre como proteger o Estado contra ameaças externas e internas após a carnificina da Segunda Guerra Mundial, além dos Estados procurarem proteger indivíduos, a partir de então, através do

estabelecimento de uma série de convenções internacionais⁵, as quais levaram ao estabelecimento de novas normas, sendo elas de muita importância ao fornecerem uma base jurídica para desafiar práticas estatais que se afastam dessas normas (BUZAN, HANSEN, 2012; MALIK, 2015). Essa literatura distingue-se da anterior segundo Barry Buzan e Lene Hansen de 3 maneiras. Em primeiro lugar, seu conceito chave era segurança em vez de defesa ou guerra, o que ampliou o estudo para um conjunto maior de questões políticas; em segundo lugar, essa literatura passou a tratar dos novos problemas tanto da Guerra Fria quanto das armas nucleares; e em terceiro, os estudos de segurança internacional desse período eram um empreendimento muito mais civil do que os do período anterior, de cunho mais militar e estratégico, cedendo assim espaço para especialistas civis que tratavam do assunto, desde físicos e economistas até sociólogos e psicólogos (BUZAN; HANSEN, 2012).

Segundo esses mesmos autores, há quatro questões que estruturam os debates de segurança desde o final dos anos 1940. Primeiro, o Estado é privilegiado como o objeto de referência em uma percepção realista dos estudos estratégicos. Como segurança diz respeito a constituir algo que precisa ser assegurado, ou seja, a nação, o Estado, o indivíduo, o grupo étnico, o meio ambiente ou o próprio planeta, nesse momento assegurar o Estado era visto como a melhor maneira de proteger os outros objetos de referência⁶. Segundo, são inclusas nos debates tanto ameaças internas quanto externas, já que a segurança nacional migrara durante a Guerra Fria de uma preocupação com problemas econômicos internos para ameaças externas advindas de potências ideologicamente opostas e hostis. Terceiro, apesar de os estudos de segurança internacional terem sido fundados durante a Guerra Fria e por isso dizerem respeito às capacidades militares, tornando-se segurança nacional quase sinônimo de segurança militar, outras capacidades também eram levadas em conta. Esses pontos, no entanto, só seriam incorporados nos debates porque impactavam no uso, ameaça e controle da força, logo, na segurança militar, e não porque deviam ser considerados como questões de segurança por si sós. E quarto, a segurança é inseparavelmente ligada à dinâmica de ameaças, perigos e urgência (BUZAN; HANSEN, 2012).

⁵ Entre elas estão a Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1948, a Convenção para a Prevenção e Punição do Crime do Genocídio adotada em 1951, as Convenções de Genebra elaboradas em 1949 e a Declaração de Proteção de Mulheres e Crianças em Situações de Emergência e Conflitos Armados adotada pelas Nações Unidas em 1974 (MALIK, 2015).

⁶ Essa percepção pode ser relacionada com a interpretação de Hobbes do Estado soberano. Nela, o indivíduo enfrentava o problema do estado da natureza, no qual não havia autoridade para assegurar a sobrevivência. Daí a necessidade de uma instituição soberana, o Estado, que garantisse a segurança. Como colocam Buzan e Hansen, no contrato entre o indivíduo e o Estado, o indivíduo dá ao Estado o direito de proteger e de definir a segurança individual em troca de um reconhecimento de sua autoridade soberana (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 56).

Ao ganhar destaque durante a Guerra Fria, a abordagem dominante dentro dos estudos de segurança pode ser grosseiramente resumida como uma defensora do realismo político preocupada com os quatro Ss (em inglês) de states, strategy, science e status quo (Estados, estratégia, ciência e status quo)⁷ (WILLIAMS, 2008). Esses estudos definiram-se nesse período, assim, por meio de uma agenda consideravelmente militar, com pontos que giravam em torno de armas nucleares e uma premissa amplamente introjetada de que a União Soviética representava profunda ameaça militar e ideológica para o Ocidente, sendo irrelevante o papel das instituições supranacionais (BUZAN; HANSEN, 2012). Em 1983, Buzan escreveu em *People, States and Fear*, livro em que enfraquece dois dos quatro Ss citados anteriormente⁸, que segurança era um “conceito subdesenvolvido” e “difícilmente encaminhado em termos que não fossem os interesses das políticas de atores ou grupos específicos, sendo que a discussão possui uma forte ênfase militar” (BUZAN, 1983, p. 3). Ao dizer respeito a temas políticos cruciais, a segurança, nesse período, dizia respeito ao Estado, autoridade, legitimidade, política e soberania, sendo ela conquistada na medida em que se fortalece a capacidade militar e se busca a maximização do poder (BUZAN; HANSEN, 2012; OLIVEIRA, 2009). Assim, a visão tradicionalista define segurança como a capacidade do Estado de proteger suas fronteiras e sua soberania, assim como sua habilidade de agir para esse propósito (STEFANACHI, 2013). Em resumo, características específicas da Guerra Fria, como bipolaridade, armamentos nucleares e dissuasão no contexto de uma oscilação entre confronto e *détente*, “desempenharam um papel integral no modo como se conceitualizava e se institucionalizava a segurança” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 248).

Durante o seu desenvolvimento, os estudos de segurança internacional não trataram todos os eventos como igualmente importantes. Durante a Guerra Fria, por exemplo, havia uma preocupação excessiva com a bipolaridade e com a dissuasão nuclear, enquanto se

⁷ A abordagem era focada nos Estados pois eles eram considerados tanto os mais importantes agentes como referentes da segurança na política internacional. Tratava da estratégia, já que o núcleo das preocupações intelectuais e práticas giravam em torno da elaboração de melhores meios de empregar a ameaça e o uso da força militar. Dizia respeito à ciência pois, para contar como um conhecimento autêntico e objetivo, ao invés de ser reconhecido como mera opinião, era esperado que os analistas adotassem métodos que imitassem ciências naturais como a física e a química, pois só assim os analistas poderiam esperar construir um banco confiável de conhecimento sobre política internacional na qual basear políticas específicas. E, por fim, os estudos de segurança tradicionais refletiam uma preocupação com a preservação do status quo porque as grandes potências e a maioria dos acadêmicos que trabalharam dentro deles entendiam as políticas de segurança como a prevenção de mudanças radicais e revolucionárias dentro da sociedade internacional (WILLIAMS, 2008).

⁸ Buzan argumentou que a segurança não dizia respeito apenas aos Estados, mas é relacionada a todas as coletividades humanas; nem poderia ser confinada a um inerente e inadequado foco na força militar. Ao invés disso, Buzan desenvolveu um quadro no qual ele argumentou que a segurança de coletividades humanas (e não só dos Estados) era afetada por fatores em cinco setores, sendo eles o militar, político, econômico, societal e ambiental (WILLIAMS, 2008). Era o início da ampliação do conceito de segurança.

tratava de assuntos de segurança do Terceiro Mundo apenas até o ponto em que eles tinham impacto nas relações das superpotências (BUZAN; HANSEN, 2012). Como colocam Buzan e Hansen, “questões que diziam respeito a guerras locais e internas, para não mencionar assuntos de segurança não militares, simplesmente não constavam das principais correntes da área” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 48). Assim como na globalização, nesse aspecto também é possível observar uma predominância do ocidente, ou um “Ocidente-centrismo” como utilizam os autores já mencionados, já que os estudos de segurança internacional são, de nascença, uma disciplina anglo-americana baseada em uma concepção ocidental de Estado e na ideia norte-americana de que seu país era o modelo para o futuro da humanidade. Essa concepção tem, assim, sua relevância política e empírica limitada para grande parte do mundo não ocidental, “onde o desenho das fronteiras coloniais, desrespeitando comunidades e alianças locais, produziu um conjunto radicalmente diferente de estruturas políticas, econômicas e culturais” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 49). Esses padrões históricos de colonização humana e persistentes heranças coloniais têm também demasiadas vezes marginalizado grande número de povos de processos de desenvolvimento social, econômico e político (HAMPSON, 2008).

Desde a década de 1970, ainda na Guerra Fria mas com uma melhora nas relações entre as superpotências, emergiram em vários círculos acadêmicos novas propostas e formulações alternativas para explicar a política internacional e que questionavam o conceito tradicional de segurança, a fim de ampliar a sua agenda para além do enfoque político-militar, as seguranças econômica e ambiental tornando-se assim partes estabelecidas da agenda durante os últimos anos do conflito (OLIVEIRA, 2009; BUZAN; HANSEN, 2012). Surge nesse contexto a teoria da interdependência de Robert O. Keohane e Joseph S. Nye. Segundo a mesma, o Estado não é o único ator das Relações Internacionais, o que leva os atores transnacionais a adquirirem mais destaque. Ainda segundo essa teoria, a força não é o instrumento político de maior importância, passando a manipulação econômica e o uso das organizações internacionais a terem grande relevância para a resolução de conflitos internacionais marcados por novas ameaças. Como consequência, a segurança no seu aspecto militar não é mais o objetivo principal da política internacional, mas sim o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, 2009).

É de grande destaque também na década de 1970 os estudos de paz e as proposições de Johan Galtung⁹, para o qual para que a segurança seja durável, ela deve ser equiparada a

⁹ Mais sobre os estudos de Galtung, ver: GALTUNG, J. Peace: Research, education, action. Essays in peace

uma estrutura de paz estável ou positiva. A paz positiva implica a redução da violência estrutural, ou seja, das condições que impedem o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos, como a pobreza, a desigualdade social, os regimes autoritários, etc. Para Galtung, existem cinco grandes manifestações da violência: a violência direta; a privação de necessidades básicas; a privação de liberdade; a alienação – sendo a segunda, terceira e quarta manifestação daquilo que Galtung chama de violência estrutural –; e a última é a violência contra o meio ambiente (OLIVEIRA, 2009).

Em resumo, uma série de eventos-chave que se seguiram ao fim da Guerra Fria podem explicar as várias mudanças ocorridas nos estudos de segurança. A diminuição da probabilidade de confrontação nuclear entre as superpotências criou um quadro para a inclusão de ameaças não-militares nos círculos acadêmicos e de decisão política. A democratização na Europa Oriental e em outros lugares forneceu um impulso adicional para um aumento da preocupação com a vida humana e o bem-estar. A lenta erosão das ideias westfalianas de soberania, combinada com o impacto da globalização, o encolhimento das distâncias geográficas e as fronteiras estatais mais porosas, contribuíram para a luta contra o estreito núcleo baseado no Estado da disciplina. Juntamente com isso, a liberalização da economia global intensificou as inseguranças econômicas de regiões que já eram indigentes, sendo consequência disso a extensão de normas internacionais para áreas como os direitos humanos, desenvolvimento, alívio da pobreza e combate à doença (MALIK, 2015).

No entanto, é importante ressaltar que nem o fim da Guerra Fria nem os ataques terroristas de 2001, que contribuíram para a desilusão com o conceito de segurança humana e permitiram que a tradição realista continuasse a reivindicar sucesso, significam que tudo muda, mas que esses eventos representam uma série de questões significativas para os estudos de segurança internacional (BUZAN; HANSEN, 2012; MALIK, 2015).

As abordagens ampliadoras e aprofundadoras que resultaram durante os anos 1990 na incorporação das vertentes de segurança societal (ou identitária), humana, alimentar, dentre outras, nos debates de segurança, tiveram seu início já na década de 1980, abrindo caminho para o crescimento dessas abordagens mais tarde, e, mais especificamente, para a formulação do conceito de segurança humana (OLIVEIRA, 2009; BUZAN; HANSEN, 2012). Ou seja, questões que antes eram encobertas pelo conflito Leste-Oeste tornam-se as novas pautas da agenda internacional a partir de década de 1990.

2.2.1 O conceito de segurança e sua dinâmica no pós-Guerra Fria

Assim como houve uma mudança abrupta no processo de globalização no pós-Guerra Fria, também as ciências sociais e os estudos de segurança internacional são postas diante de um novo desafio epistemológico, no qual muitos de seus conceitos, categorias e interpretações são postos em causa em razão da necessidade de adaptação ao novo cenário internacional (IANNI, 2013). Como colocam Buzan e Hansen:

A era pós-Guerra Fria se definia pelo fato de que a bipolaridade, no sentido material e ideológico, desaparecia na medida que a União Soviética iniciava sua mudança de identidade para um formato ideológico e militar menos ameaçador ao Ocidente, implodindo, mais tarde, e levando consigo a principal razão que legitimava a massiva competição militar. (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 246)

A partir dos anos 1980, o foco dos estudos estratégicos – o confronto entre as duas superpotências – começou a desaparecer, trazendo à tona questões que durante muito tempo haviam sido dominadas pela rivalidade entre as superpotências e o temor da guerra nuclear (BUZAN; HANSEN, 2012). Entre os novos problemas do cenário internacional estão os problemas ambientais, as epidemias, o desemprego, o narcotráfico, a fome, os conflitos étnicos e religiosos, o terrorismo, os refugiados, a violação dos direitos humanos, dentre outros (OLIVEIRA, 2008). É evidente que o fim da Guerra Fria traria questões fundamentais sobre a capacidade do enfoque tradicionalista sobreviver, visto que os estudos estratégicos haviam se desenvolvido a partir da rivalidade nuclear das superpotências (BUZAN; HANSEN, 2012). Desde então, houve uma intensificação na divisão entre os tradicionalistas e os que desejavam estender e aprofundar o significado de segurança ao tratar menos sobre segurança militar do que havia sido o caso durante a Guerra Fria com a decrescente urgência nuclear (BUZAN; HANSEN, 2012). Entretanto, do mesmo modo que “algumas grandes parcelas da agenda militar da Guerra Fria em boa parte sumiram do interesse, algumas permanecerem robustas”, com uma grande preocupação, durante os anos 1990, com o estabelecimento de qual seria a nova polaridade do sistema (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 246). Para muitos, nenhum país possuía uma posição militar ou ideológica que chegasse perto de substituir a União Soviética (BUZAN; HANSEN, 2012). Nos anos 1990, a China surgiria como uma possível candidata para esse papel.

Para os tradicionalistas dos estudos de segurança, no período pós-Guerra Fria, o

Estado continuou como o objeto de referência, assim como os militares continuaram ocupando o centro do cenário. A literatura de proliferação nuclear, já grande durante a Guerra Fria, tornou-se ainda mais destacada, e a visão de que “o Estado era considerado a melhor defesa contra a insegurança externa e doméstica” permaneceu para esses estudiosos (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 253).

Apesar do fim da rivalidade entre as superpotências e consequentemente da corrida armamentista entre ambas, nesse período as armas nucleares e as tecnologias a elas associadas continuaram a dominar a agenda dos tradicionalistas, tendo forte ênfase as preocupações com a proliferação nuclear e, ainda em menor escala, o terrorismo, cuja discussão era “conduzida por preocupações sobre a possível conjuntura de motivações políticas extremistas e métodos que utilizariam” armas de destruição em massa (ADM) (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 278). Durante a Guerra Fria, muitos incidentes terroristas estavam inseridos em duradouros conflitos domésticos e locais, mas, durante os anos 1990, eles assumiram um significado maior porque tinham impacto direto nos Estados Unidos e/ou porque sugeriam a existência de redes terroristas transnacionais (BUZAN; HANSEN, 2012).

Mesmo após o fim do conflito, os EUA mantiveram um enorme orçamento militar e imensos gastos em pesquisa e desenvolvimento militar, o que pode ser explicado pelo desejo dos EUA de manter a unipolaridade e uma ampla separação tecnológica entre si e todas as outras potências militares. As novas tecnologias transformaram não somente o gerenciamento no campo de batalha, mas também a conduta na guerra. O evento que demonstra essa transformação foi a Guerra do Golfo de 1990-91, na qual houve armamentos de precisão, equipamentos de guerra computadorizados, bombardeios a distância e, o que foi mais perceptível à população, transmissões da CNN em tempo real (BUZAN; HANSEN, 2012). Surgiu a Guerra de Botões, uma forma desincorporada de guerra, na qual nem os soldados nem as populações civis estavam à vista, levando à “constituição da morte e da destruição como algo que não ocorre realmente ou não acontece com seres humanos reais” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 333).

Uma visão tradicionalista que surgiu com o fim da Guerra Fria foi a da formação de “dois mundos”, uma zona democrática de paz entre os Estados capitalistas centrais e uma zona de conflito na periferia, de forma que “a nova ordem mundial se encontrava apenas no centro, enquanto a periferia se mantinha sujeita às velhas regras realistas do jogo” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 259). Dessa forma, “o término da Guerra Fria não foi tratado apenas como a conclusão de um conflito específico, mas também, possivelmente, como o fim das guerras entre as grandes potências em geral”, já que a unipolaridade não deixava opositores

aos EUA (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 262). Com isso, no entanto, surgiu a preocupação com a migração de possíveis ameaças da zona de conflito para a zona de paz, o que, por sua vez, provocou um aumento de intervenções militares pelo ocidente no Terceiro Mundo a fim de limitar os conflitos.

O declínio nas preocupações de segurança militar abriu caminho para a expansão da agenda de segurança que já era visível durante os anos 1980, na medida que a segurança regional e os eventos não ocidentais ganhavam mais preponderância (BUZAN; HANSEN, 2012). Isso se justifica pelo fato de ser possível observar nesse período uma migração das atividades externas para as internas, o que é evidenciado “pelo recrudescimento dos conflitos étnicos ou civis¹⁰, além das subseqüentes séries de intervenções militares” pelo ocidente em nome dos direitos humanos, o que também despertou o debate em torno de sua legitimidade (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 251). Assim, é possível observar nesse período uma mudança no discurso de “guerra” para “intervenção humanitária”. Esse maior interesse nos conflitos domésticos se liga intimamente às preocupações com os Estados fracos e falidos, nas quais a África se integra.

A ausência do conflito bipolar e da rivalidade político-militar que ele envolvia fez com que as atenções se voltassem para outros aspectos ou, como colocam Buzan e Hansen, “a situação hegemônica decadente de uma perspectiva pode ser identificada por sua necessidade de definir o que era previamente considerado senso comum ou natural”, ou seja, há uma busca por parte dos tradicionalistas de reafirmar o Estado como objeto de referência e o aspecto militar como preponderante nas discussões (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 252). Dessa forma, algumas obras começaram a desafiar as premissas estadocêntricas, abrindo caminho para estudos sobre a importância das ideias, da cultura e de objetos de referência para a segurança que não fossem o estado (BUZAN; HANSEN, 2012).

Também a globalização foi responsável por um afastamento parcial do Estado do epicentro das implementações e formulações políticas, o que deu lugar para a transformação do indivíduo como objeto de referência tanto do desenvolvimento como da segurança (STEFANACHI, 2013). Como colocam Fuentes e Aravena, a redefinição do objeto de

¹⁰ Essa ideia é trabalhada na teoria do Choque de Civilizações de Huntington, segundo a qual as identidades culturais e religiosas dos povos serão a principal fonte de conflito no mundo pós-Guerra Fria, visto que, segundo o autor, na atualidade, a coesão, a desintegração e o conflito são baseados nessas identidades. A intensificação da globalização vem proporcionando uma interação cada vez maior entre os povos, de modo que estimula a cooperação quando ela é conveniente, ao mesmo tempo em que gera dissídios sobre a infinidade de temas que fazem parte da agenda internacional contemporânea, tornando-se a diversidade cultural um desafio para a política mundial (DIAS, 2008). Mais sobre a teoria em: HUNTINGTON, Samuel P. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. 1996.

referência de segurança ao enfatizar a proteção do indivíduo é determinado por uma série de fatores, dentre os mais visíveis estão: o fim da Guerra Fria (e do confronto ideológico), o impacto da globalização, a presença cada vez mais clara de atores transnacionais, a redefinição das relações de poder e a emergência de ameaças não-militares, assim como o crescente número de conflitos intra-nacionais (FUENTES; ARAVENA, 2005).

Aravena resume os elementos substantivos na questão da segurança internacional na fase do pós-Guerra Fria e da globalização: em primeiro lugar, a segurança internacional está além das questões militares; segundo, a segurança internacional é transnacional, global e interdependente; terceiro, a segurança internacional é produzida por uma pluralidade de atores, ou seja, o Estado não é o ator exclusivo; e quarto, a segurança internacional no século XXI amplia a agenda e a demanda por uma maior cooperação e associação (ARAVENA, 2002).

A perspectiva dos debates ampliadores do objeto de referência e aprofundadores para além da agenda político-militar e a formulação do conceito de segurança humana será analisada a seguir.

2.2.2 A segurança humana e suas delimitações

As abordagens ampliadoras-aprofundadoras já estavam presentes durante os anos 1980, mas foi o fim da Guerra Fria que inaugurou um espaço analítico e político que beneficiou o seu crescimento, já que não havia mais um único conflito abrangente do qual todas as abordagens dos estudos de segurança deveriam tratar, o que também era reflexo da mudança geral da ênfase de questões militares estado-cêntricas para as não-militares (BUZAN; HANSEN, 2012; STEFANACHI, 2013). Jessica Tuchman Mathews argumentou já em 1989 que a segurança como um conceito deveria ser repensado porque desenvolvimentos globais sugerem a necessidade de ampliação da definição de segurança nacional para incluir questões ambientais, demográficas e de recursos (MATHEWS, 1998). Como veremos mais adiante, a maioria das novas ameaças que adquiriram mais destaque no quadro da globalização e identificadas por aqueles que escolheram a redefinição de segurança, estão relacionadas à saúde e riqueza dos indivíduos, aos problemas sociais, às fontes domésticas de instabilidade assim como aos custos sociais implícitos (STEFANACHI, 2013).

Para os ampliadores-aprofundadores, “a estreiteza da agenda estadocêntrica militar era

analítica, política e normativamente problemática” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 287).
Fatores como

o crescimento de conflitos interestatais, o medo da imigração por parte das sociedades ocidentais, o meio ambiente em decadência e a aceleração da epidemia de HIV/AIDS demonstravam que o tradicionalismo não estava apto a lidar com os desafios da época pós-Guerra Fria. (Buzan; Hansen, 2012, p. 287)

Para Buzan e Hansen

os aprofundadores-ampliadores defendiam, em níveis e combinações diferentes, que se favorecesse o aprofundamento do objeto de referência para além do Estado, ampliando o conceito de segurança para incluir outros setores que não somente o militar, dando a mesma ênfase a ameaças domésticas e transfronteiriças e permitindo a transformação da lógica realista e conflituosa da Segurança Internacional. (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 288-289)

Além disso, discursos de mídia e de políticas em muitos países e contextos globais articulavam uma agenda de segurança mais ampla, o que forneceu um maior apoio às abordagens ampliadora-aprofundadoras (BUZAN; HANSEN, 2012). No entanto, há uma desigualdade na profundidade das pesquisas sobre as muitas áreas que passaram a ser consideradas como aspectos de segurança. Enquanto que o meio ambiente conquistou com certa facilidade um espaço nos debates, outros problemas como a violência dirigida ao gênero estão apenas começando a receber o tipo de atenção que merecem como males em seu próprio direito e como fontes de insegurança humana (HAMPSON, 2008).

Para citar um exemplo da diferença entre as abordagens tradicionalistas e as mais amplas, as primeiras acreditam que o número de mortes atribuídas ao HIV/AIDS documentado é muito alto em partes da África, estremecendo as relações sociais e econômicas nos países gravemente afetados, mas não concordam que isso constitui um problema de segurança, a não ser que a segurança militar esteja diretamente em jogo (ELBE, 2003). Já as abordagens ampliadoras defendem em contrapartida que o HIV/AIDS constitui ameaça para a segurança societal, que os atores globais e regionais securitizaram com sucesso as doenças ou que se deveria dar atenção particular aos problemas de segurança de mulheres e crianças (ELBE, 2006). Assim, “o que está em jogo nos debates de segurança sobre o HIV/AIDS não é apenas a taxa de mortalidade como um evento externo, tampouco as consequências materiais dela advindas, mas a interpretação de tais fatos” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 84).

Um dos críticos das abordagens ampliadoras foi Walt, o qual afirmou que as demandas dessas abordagens eram importantes por mostrarem que:

questões não militares merecem atenção contínua de acadêmicos e tomadores de decisão e que o poder militar não garante o bem-estar. Mas esta receita traz o risco de ampliar os Estudos de Segurança de maneira excessiva; por esta lógica, questões como poluição, doenças, abuso infantil ou recessões econômicas poderiam todas ser vistas como ameaças à segurança. Definir a área desta forma destruiria sua coerência intelectual e tornaria mais difícil o alcance de soluções para qualquer um desses importantes problemas. (Walt, 1991, p. 213)

Segundo esse mesmo autor, os estudos de segurança deveriam se voltar aos “problemas centrais de políticas” e aos “fenômenos que podem ser controlados por líderes nacionais”. O debate entre conceitos de segurança amplos e restritos é contínuo. Enquanto

“os ampliadores apontam para as consequências políticas de se privilegiar a segurança estatal à custa de pessoas marginalizadas, ameaçadas pela pobreza e pela perseguição advinda de seu próprio Estado, aqueles que reivindicam abordagens restritas ressaltam a necessidade de conceitos de segurança para criar argumentos acadêmicos distintos, além de serem guias com o intuito de criar prioridades políticas”. (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 311)

O terreno pós-Guerra Fria não era, no entanto, caracterizado apenas pelo debate por meio da divisão entre os tradicionalistas e os ampliadores-aprofundadores, mas também dentro do próprio campo ampliador-aprofundador, com abordagens diversas em níveis e combinações diferentes (BUZAN; HANSEN, 2012). Uma dessas abordagens é o construtivismo, o qual compartilha premissas fundamentais com as abordagens de segurança humana – a qual será aprofundada mais adiante e cuja ideia, de fato, é construída através da perspectiva construtivista –, como, por exemplo, a premissa de que as ameaças são construídas, não inevitáveis, e que elas podem ser alteradas ou mitigadas. Para os construtivistas, de forma geral, “a realidade resulta das ideias e práticas dos agentes sociais que constroem as estruturas nas quais vivemos, ao mesmo tempo que somos por ela construídos”, ou seja, destaca-se o papel das ideias na construção da realidade social e a mútua constituição entre agentes e estruturas sociais (JATOBÁ, 2012, p. 83) Além disso, uma introspecção característica do construtivismo é o reconhecimento por parte dos Estados que certas formas de organização econômica e política facilitam a paz e a estabilidade nacional e que as condições domésticas afetam o sistema internacional (HAMPSON, 2008).

A teoria elaborada por Nicholas Onuf, o primeiro autor a utilizar a expressão

‘construtivismo’ em seu livro *Worlds of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*, enfatiza a centralidade das regras que estruturam a linguagem para a construção da realidade social, já que um ato só é capaz de participar de uma realidade social se carrega significado, o qual depende da existência de regras (JATOBÁ, 2012). Dessa forma, discurso e ato estão ligados, visto que as ações sociais são expressões dos discursos. Já a teoria social da política internacional de Alexander Wendt, que ajudou a difundir a abordagem construtivista, focaliza a importância das práticas sociais, pois “as propriedades estruturais dos sistemas sociais dependem de sua reprodução pelos agentes sociais, que podem também transformar a estrutura em que vivem” (JATOBÁ, 2012, p. 94). Ainda para o autor, as pessoas agem de acordo com os significados que os objetos (inclusive outros agentes) têm para elas; são os significados coletivos, constitutivos das estruturas sociais, que organizam nossas ações; e esses significados emergem da interação social (JATOBÁ, 2012).

O construtivismo pode ainda se dividir em convencional e crítico. O construtivismo convencional é a abordagem ampliadora menos radical, localizando-se dentro de uma “definição tradicional e restrita dos estudos de segurança”, cuja atividade era pegar o “caso complexo” da segurança estadocêntrica nacional e militar, explicando-a, no entanto, por meio de fatores ideacionais em vez de materiais (KATZENSTEIN, 1996, p. 10-11). Assim, pode-se dizer que os construtivistas convencionais eram tradicionalistas, na medida que aceitavam um conceito de segurança estatal militar e se conformavam à agenda de pesquisa tradicionalista substantiva e epistemológica que defendia que os estudos de segurança e as relações internacionais deveriam se voltar a explicações do comportamento estatal. Para eles, a segurança é um comportamento que deve ser explicado e não, conforme defendiam a maior parte das outras abordagens aprofundadoras, um conceito político e inerentemente contestado (BUZAN; HANSEN, 2012).

Já o construtivismo crítico distingue-se do convencional ao analisar os discursos e as ligações entre a constituição de identidades históricas e discursivas e as políticas de segurança. Eles defendiam que o construtivismo convencional reificava o Estado como objeto de análise, mas, assim como os convencionais, não empregavam explicitamente o conceito de segurança. O construtivismo crítico também apresenta semelhanças com o Pós-estruturalismo¹¹, ao demonstrar interesse pela construção da identidade e a ligação entre as representações e as políticas (BUZAN; HANSEN, 2012).

¹¹ Os Estudos de Segurança Pós-Estruturalistas adotam o conceito de discurso no lugar das ideias e criticam a forma como o estadocentrismo constrange as possibilidades de outros objetos de referência de segurança. Além disso, defendiam que o Outro não era mais uma ameaça, mas uma vítima humanitária necessitando de resgate, o que deu lugar para o Ocidente realizar intervenções em nome do povo.

Outra abordagem foi a realizada pela Escola de Copenhague, criada em 1985 com o objetivo de promover os estudos de paz, a qual traz em seu cerne Barry Buzan e Ole Waever, e que se constituía “em uma posição intermediária entre o estadocentrismo tradicional, de um lado, e as reivindicações em favor da segurança individual ou global dos igualmente tradicionais Estudos Críticos de Segurança¹² e Pesquisa de Paz¹³, de outro” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 322). Entre as suas contribuições mais distintas estão os conceitos de segurança social, que é definida como “a capacidade de uma sociedade persistir com seu caráter essencial sob condições cambiantes e ameaças possíveis ou reais”, sendo a própria sociedade aqui o objeto de referência (WAEVER et al, 1993, p. 23); e securitização, que se refere ao processo de apresentar uma questão em termos de segurança e de construir a sua definição bem-sucedida no discurso (BUZAN; HANSEN, 2012). Assim, a securitização foi situada pela Escola de Copenhague como forma de limitar a excessiva ampliação da segurança em resposta às críticas tradicionalistas sobre os ampliadores (BUZAN; HANSEN, 2012), sendo os atores securitizantes aqueles que securtizam questões ao declarar algo existencialmente ameaçado e os objetos de referência “aquilo que está ameaçado existencialmente e possui uma reivindicação legítima por sobrevivência” (BUZAN et al., 1998, p. 36). A Escola de Copenhague foi, no entanto, também alvo de críticas provenientes das abordagens que reivindicavam uma expansão mais radical do conceito de segurança (BUZAN; HANSEN, 2012).

Com a ampliação do objeto de referência – já que a ordem internacional não pode descansar unicamente na soberania e na viabilidade dos Estados, pois depende também dos indivíduos e seu próprio senso de segurança (HAMPSON, 2008) – também surgiu uma ampliação dos setores ou das áreas às quais a análise de segurança deveria ser aplicada. Uma expansão mais direta de segurança que incluísse e chamasse atenção para o desenvolvimento foi feita dentro do conceito de segurança humana do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, lançado em 1994, como uma tentativa de ampliar as escolhas das pessoas. Segundo esse programa, a “lógica da segurança” deveria ser ampliada para além da defesa territorial, dos interesses nacionais e da dissuasão nuclear, para, assim, incluir “interesses

¹² Os Estudos Críticos de Segurança defendiam que “os indivíduos humanos são a última referência” para a segurança, pois os Estados são fornecedores não confiáveis de segurança e muito diversos para fornecer “uma teoria abrangente de segurança” (BOOTH, 1991, p. 319-20). Para Wyn Jones (1995, p. 309), os Estudos Críticos de Segurança resultam em “situar a experiência desses homens e mulheres e comunidades para quem a atual ordem mundial é causa de insegurança e não de segurança no centro da nossa agenda”. “Isso traz uma visão muito pessimista da segurança global: os Estados tornam os indivíduos inseguros e a estrutura econômica neoliberal chega a exacerbar essa condição” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 313).

¹³ A Pesquisa de Paz busca reduzir ou eliminar a utilização da força nas relações internacionais, destacar e criticar os perigos no debate estratégico e fornecer suporte à segurança individual.

universais” e prevenir conflitos, mas também e crucialmente, configurar um esforço global cooperativo para erradicar a pobreza e o subdesenvolvimento (PNUD, 1994, p. 22). O objeto de referência mudou dos Estados-nação para pessoas, o que significava “preocupar-se com a maneira como as pessoas vivem e respiram em uma sociedade, quão livremente elas exercem suas várias escolhas, quanto acesso elas têm às oportunidades sociais e de mercado – e se elas vivem em conflito ou em paz” (PNUD, 1994, p. 23).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ainda identifica sete componentes da segurança humana, os quais são: segurança econômica, alimentar, sanitária, ambiental, pessoal, comunitária e política. Dessa forma, “uma das características que define a nova natureza dos temas relacionados com a segurança é a sua interdependência”, pois “a ameaça contra um elemento provavelmente se propagará a todos os outros” (OLIVEIRA, 2009, p. 72). De acordo com esse documento, a segurança humana enfrenta duas perspectivas convergentes: segurança contra ameaças crônicas como a fome, as doenças e a repressão (*freedom from want*) – ou seja, a segurança proporcionada pelo desenvolvimento humano –, assim como proteção de mudanças súbitas e nocivas nos padrões da vida cotidiana – ou a proteção contra a violência física –, seja em casa, no emprego ou nas comunidades, sendo exemplo disso as guerras, os genocídios e as limpezas étnicas (*freedom from fear*). Esse mesmo documento identificou o tráfico de drogas, as migrações, o terrorismo e as armas de destruição em massa como as principais ameaças à segurança humana (PNUD, 1994). No entanto, o conceito definido pelo PNUD foi alvo de muitas críticas, tanto de acadêmicos como de Estados, por ter um valor limitado ao possuir uma visão muito abrangente, pois seria quase impossível para policy-makers priorizar sua ampla gama de escolhas (MALIK, 2015).

Rothschild encapsula essa visão ampla quando afirma que a segurança humana aplica-se para baixo para a segurança de grupos e indivíduos; para cima para a segurança de sistemas internacionais; horizontalmente de segurança militar para segurança política, econômica, social, ambiental e humana; e, em todas as direções, para cima para instituições internacionais, para baixo para governos regionais ou locais, lateralmente para organizações não-governamentais, a opinião pública e a imprensa, e para as forças abstratas da natureza ou do mercado (ROTHSCHILD, 1995).

Para Mahbub ul Haq, a segurança humana é um novo paradigma que reflete o fato de que o mundo está entrando em uma nova era, na qual o próprio conceito de segurança vai mudar dramaticamente.

Security will be interpreted as: security of people, not just territory. Security of individuals, not just nations. Security through development, not through arms.

Security of all the people everywhere – in their homes, in their jobs, in their communities, in their environment.¹⁴ (HAQ, 1995, p. 115)

Deu-se início, então, aos debates sobre desenvolvimento e segurança humana implícitos pelas implicações da globalização, tanto na área acadêmica como dentro das instituições internacionais e nos Estados (OLIVEIRA, 2009). No entanto, dentro do próprio escopo da segurança humana, continua a haver uma considerável inquietação metodológica e de definição conceitual sobre o real significado do conceito, assim como sobre as implicações do paradigma da segurança humana para o estudo e prática das Relações Internacionais (HAMPSON, 2008). A grande diferença entre os conceitos está nas ameaças e nos meios de se garantir a segurança, sendo as suas formulações frutos do desenvolvimento teórico das últimas décadas no campo da segurança e dos estudos de paz e conflitos (OLIVEIRA, 2009).

Segundo o Relatório da Comissão sobre a Segurança Humana (Commission on Human Security) de 2003, a segurança humana significa proteger as liberdades fundamentais; significa proteger as pessoas de críticas (graves) e penetrantes (disseminadas) ameaças e situações; significa criar sistemas políticos, sociais, ambientais, econômicos, militares e culturais que juntos fornecem às pessoas os elementos básicos de sobrevivência, ou seja, a segurança humana é definida como a proteção do núcleo vital de todas as vidas humanas, de forma a aumentar as liberdades e realizações humanas (CHS, 2003). Esse mesmo relatório optou por focar em um conjunto mais reduzido de questões que dizem respeito à segurança humana, como as maneiras com que conflitos internos ameaçam a segurança física de não-combatentes; inseguranças humanas decorrentes de doenças evitáveis, lesões e ou doenças crônicas; inseguranças decorrentes da falta de alfabetização básica e acesso à educação; e as inseguranças da pobreza e desigualdades sociais, do gênero econômico (CHS, 2003).

Já para King e Murray, segurança humana significa o número de anos de vida futura gasto fora de um estado de pobreza generalizada (KING; MURRAY, 2001/2). Enquanto isso, Andrew Mack mede a segurança humana em termos dos custos da guerra sobre o sofrimento humano (MACK, 2005). O então secretário-geral da ONU Kofi Annan afirmou em discurso realizado em um workshop internacional sobre segurança humana na Mongólia em 2000, que segurança humana

¹⁴ [Tradução nossa] A segurança vai ser interpretada como: segurança das pessoas, não só do território. Segurança dos indivíduos, não só das nações. Segurança através do desenvolvimento, não através de armas. Seguranças de todas as pessoas em todos os lugares – em suas casas, em seus trabalhos, em suas comunidades, em seu ambiente.

encompasses human rights, good governance, access to education and health care and ensuring that each individual has opportunities and choices to fulfil his or her potential. Every step in this direction is also a step towards reducing poverty, achieving economic growth and preventing conflict.¹⁵ (ANNAN, 2000)

Para Battersby e Siracusa, a segurança humana deve ser concebida como uma abordagem integrada para o bem-estar humano, a qual enfatiza as interrelações entre pobreza, direitos humanos, saúde pública, educação e participação política (BATTERSBY; SIRACUSA, 2009). No entanto, o objetivo da segurança humana implica não somente a proteção das pessoas, mas também seu empoderamento para que possam enfrentar as situações por si mesmas (OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA, 2004). Esses objetivos coincidem com a Declaração do Milênio, já citado anteriormente, aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2000. Como consta no Observatório da Cidadania, o núcleo de proteção da segurança humana é constituído pelo respeito aos direitos humanos, logo, a promoção dos princípios democráticos é um passo para a consecução da segurança humana e do desenvolvimento (OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA, 2004).

Haq especifica ainda mais a segurança humana:

Human security is not a concern with weapons. It is a concern with human dignity. In the last analysis, it is a child who did not die, a disease that did not spread, an ethnic tension that did not explode, a dissident who was not silenced, a human spirit that was not crushed¹⁶. (HAQ, 1995, p. 116)

Outra perspectiva a ser destacada é a de Kim, segundo a qual, de uma perspectiva da segurança humana, há duas formas fundamentais de violência: a violência direta, “matando rapidamente através da guerra”; e a violência indireta, “matando lenta e invisivelmente através da pobreza, fome, doença, repressão e ecocídio” (KIM, 1984, p. 181), as quais, de certa forma, correspondem a *freedom from fear* e *freedom from want*. Cabe aqui também a definição da insegurança, que segundo Walt é a vulnerabilidade diante de outros fazendo uso deliberado da força (WALT, 1991).

Muitas vezes, há uma restrição da segurança humana ao concebê-la somente como a

¹⁵ [tradução nossa] Incorpora os direitos humanos, boa governança, acesso à educação e à saúde, além de assegurar que cada indivíduo tenha as oportunidades e a capacidade de escolha necessárias para desenvolver todo o seu potencial. Cada passo nessa direção é também um passo em direção à redução da pobreza, ao crescimento econômico e à prevenção de conflitos.

¹⁶ [tradução nossa] Segurança humana não é uma preocupação com armas. É uma preocupação com a dignidade humana. Em última análise, ela é uma criança que não morreu, uma doença que não se espalhou, uma tensão étnica que não explodiu, um dissidente que não foi silenciado, um espírito humano que não foi esmagado.

ausência de violência física, esquecendo-se de contemplar os fatores socioeconômicos e/ou ambientais que podem colocar em risco a sobrevivência e a dignidade humana, o que acarreta no declínio da capacidade analítica da proposta (ARMIÑO, 2006-2007).

Assim, Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, defende a adoção da segurança humana,

como um instrumento para repensar o futuro e o próprio desenvolvimento, que não se reduz ao crescimento de renda per capita, mas inclui a expansão das liberdades e da dignidade das pessoas. Sen defende a redefinição das antigas instituições internacionais, criadas na década de 40, e a elaboração de uma agenda para as mudanças necessárias, onde estão incluídos acordos comerciais, leis de patentes, iniciativas de saúde global, educação universal, disseminação tecnológica, políticas ambientais, dívida externa, gestão de conflitos, desarmamento, etc. Em suma, uma agenda para viabilizar a segurança humana. (OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA, 2004, p. 15)

Segundo Osler Hampson, existem 3 conceitos distintos de segurança humana que formam os debates atuais. O primeiro diz respeito a uma concepção de direitos naturais/estado de direito da segurança humana, ancorada no pressuposto fundamental liberal dos direitos individuais básicos da vida, liberdade e busca da felicidade, e da obrigação da comunidade internacional de proteger e promover esses direitos. O segundo possui uma visão de segurança humana humanitária que, por exemplo, informa os esforços internacionais para aprofundar e reforçar o direito internacional, nomeadamente no que diz respeito a genocídio e crimes de guerra, e para abolir armas que são especialmente prejudiciais para os civis e não combatentes. Essa visão de segurança humana está no centro das intervenções humanitárias destinadas a melhorar as condições de vida básicas dos refugiados e daqueles arrancados pelo conflito de suas casas e comunidades. Essas duas visões apresentadas, as quais incidem sobre os direitos humanos básicos e sua privação, estão em contraste com a terceira visão, a qual é mais ampla e sugere que a segurança humana deve ser amplamente construída para incluir danos econômicos, ambientais e sociais, entre outros, para o sustento e bem-estar dos indivíduos. Segundo essa terceira visão, o estado da economia global, as forças da globalização, bem como a saúde do meio ambiente, incluindo a atmosfera e os oceanos do mundo, são todos assuntos legítimos de preocupação em termos de como eles afetam a segurança do indivíduo (HAMPSON, 2008).

Como aponta também Hampson, colocando o indivíduo como o ponto principal de referência, o paradigma da segurança humana assume que a segurança do indivíduo é a chave

para a segurança global. Logo, quando a segurança das pessoas está ameaçada, assim também em um sentido fundamental está a segurança internacional. A partir desse ponto de vista, os desafios globais têm de ser avaliados em termos de como eles afetam a segurança das pessoas e não apenas dos Estados (HAMPSON, 2008). Para isso, segundo Griffin, seria essencial a construção de novas estruturas pós-Guerra Fria para a governação global e a cooperação entre os povos para mudar a ênfase da soberania nacional e da segurança do Estado para os direitos individuais e a segurança humana, tendo em vista que muitas dessas novas ameaças são transnacionais e não se circunscrevem às fronteiras nacionais (GRIFFIN, 1995; OLIVEIRA, 2009). Ou, como argumenta Palme, a segurança internacional deve assentar em um compromisso com a sobrevivência conjunta em vez de a ameaça de destruição mútua (PALME, 1982). No Observatório da Cidadania essa questão é explanada de tal forma:

A segurança humana enfatiza a associação e o esforço conjunto, ou seja, o multilateralismo e a cooperação. O contexto internacional e os resultados da globalização modificaram a escala dos problemas, antes vistos exclusivamente numa perspectiva nacional. Agora estamos confrontados com uma nova ordem internacional, na qual somente a capacidade de interação pode fazer com que os Estados recuperem sua capacidade de trabalhar com outros atores e gerem um sistema capaz de atender às demandas nas instâncias nacional, regional e internacional. (OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA, 2004, p. 15)

No entanto, segundo o relatório sobre Riscos Globais de 2007, apresentado no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, já houve uma grande melhoria na compreensão das interdependências entre riscos globais, a importância de tomar uma abordagem de gestão integrada dos riscos aos grandes desafios globais e à necessidade de tentar lidar com as causas profundas desses riscos, em vez de reagir às consequências (WORLD ECONOMIC FORUM, 2007).

Analisando a evolução da segurança humana desde seu surgimento no PNUD, destaca-se sua adoção pelos Estados, mais destacadamente pela Noruega, Canadá e Japão, e instituições internacionais, além de pela literatura acadêmica que analisa tal mudança no discurso estatal (BUZAN; HANSEN, 2012). Tais governos relacionam a segurança humana aos valores progressistas preeminentes dos anos 1990, sendo eles os direitos humanos, o direito internacional humanitário e o desenvolvimento socioeconômico baseado na equidade (SUHRKE, 1999). As mudanças estruturais globais na década de 1990 também abriram maior espaço para políticas externas normativas baseadas em interesses humanitários, o que modifica a compreensão realista clássica do Estado como preocupado exclusivamente com a

defesa territorial e com os interesses nacionais (SUHRKE, 1999; BUZAN; HANSEN, 2012). O Canadá, por exemplo, especificou então cinco grandes prioridades da sua política externa: proteção de civis e redução do custo humano nos conflitos armados; suporte em operações de paz; prevenção de conflitos e reforço da comunidade internacional para prevenir e resolver os conflitos; governabilidade e responsabilidade dos setores públicos e privados, de forma a estabelecer as normas de democracia e direitos humanos; e segurança pública, responsável pela construção de capacidade e instrumentos internacionais para conter o crescimento das ameaças produzidas pelo crime organizado transnacional (PEREIRA, 2006).

Surge nesse contexto a proposta da “Responsabilidade de Proteger”, o que se traduz na responsabilidade dos Estados e da comunidade internacional de implementar os princípios de segurança que Estados soberanos devem aos seus próprios cidadãos (STEFANACHI, 2013), já que, segundo Oliveira, “o Estado é o meio pelo qual o indivíduo pode ter o seu bem-estar, liberdade e direitos garantidos e efetivados”, tendo em vista que é ele que ratifica tratados e acordos e integra regimes internacionais (OLIVEIRA, 2009, p. 68). A ironia está presente no fato de que, muitas vezes, é o próprio Estado que ameaça a segurança dos indivíduos, tanto através da violência direta como indireta. Em caso de as autoridades nacionais falharem nessa tarefa, a responsabilidade passa para a comunidade internacional. Essa abordagem pode se tornar problemática, no entanto, em razão da “responsabilidade de proteger” também envolver o direito de intervir, ainda mais, uma vez que, na atual topografia de poder, alguns Estados dominantes podem apelar para isso em qualquer lugar e a qualquer hora, além dela reformular e relativizar a soberania estatal (STEFANACHI, 2013). É em torno dessa questão que outra crítica ao conceito de segurança humana é ressaltada por Marlies Glasius, a qual diz respeito ao fato dele ter se tornado uma justificativa de intervenções humanitárias a favor da agenda e dos interesses geopolíticos dos países desenvolvidos que as praticam¹⁷ (GLASIUS, 2008). Como muitas vezes acontece e é evidenciado pela atual crise dos refugiados na Europa¹⁸, os problemas do Sul ou dos países subdesenvolvidos recebem atenção internacional somente a partir do momento que começam a afetar os países ricos:

De que vale o suposto altruísmo inerente às intervenções feitas em nome da segurança humana se os problemas que afetam em especial o Sul (como a pobreza)

¹⁷ Para aprofundar o debate sobre intervenções humanitárias, ver: WHEELER, Nicholas. *Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society*. Nova York: Oxford University Press, 2000; KEOHANE, R. O.; HOLZGREFE, J. L. *Humanitarian Intervention: Ethical, Legal and Political Dilemmas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005;

¹⁸ Para melhor entendimento, ver: Refugiados na Europa: a crise em mapas e gráficos, BBC Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904_graficos_imigracao_europa_rm>. The migration crisis, The Economist. Disponível em: <<http://www.economist.com/migrationcrisis/>>.

só garantem um lugar na agenda internacional se se traduzirem em problemas para o norte (como a imigração clandestina)? (CRAVO, 2009, p. 75)

Enquanto que nos países subdesenvolvidos os principais problemas dizem respeito à fome, pobreza e aos conflitos, nos países industrializados o principal obstáculo à segurança humana está associado à dimensão econômica, em virtude da ausência de parâmetros equitativos na distribuição dos benefícios sociais e na provisão de acesso aos serviços básicos para todos setores da sociedade (OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA, 2004).

Também a segurança humana foi alvo de críticas por ser tão ampla, tornando-se acadêmica e politicamente vazia. Segundo Roland Paris, “se a segurança humana significa quase qualquer coisa, então ela não significa, efetivamente, nada” (PARIS, 2001, p. 93). Essa falta de precisão do conceito acaba por não se tornar uma referência para os policy-makers no momento de priorizar metas e objetivos através de suas políticas e não oferece um guia para os pesquisadores no estudo desta temática, além de poder se tornar justificativa e/ou fundamento de políticas públicas militarizadas (FAVIER, 2007). No Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), inclusive, há a ausência de uma crítica ao Estado e à ordem econômica neoliberal, já que, sendo um documento das Nações Unidas, deve ser aceitável para os Estados. No entanto, apropriações subsequentes da segurança humana vêm “utilizando o conceito de formas diferentes para desafiar o Estado e a atual estrutura político-econômica” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 309). Como ressalta Ahmed, a ampla complexidade do conceito é na verdade intrínseca à grande variedade de fatores que afetam a segurança do objeto de referência (os indivíduos), em vez de ser um indicativo da uma falha do próprio conceito (AHMED, 2004).

Ainda dentro desse aspecto de inclusão do desenvolvimento como uma área a ser abrangida pela segurança humana, é clara a relação entre a mesma e uma crítica à economia neoliberal, “na medida que essa ideologia vem influenciando políticas de desenvolvimento” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 311). Como consequência, argumenta Caroline Thomas, “o processo de globalização está resultando em uma distribuição altamente desigual de ganhos e, sem uma ação concertada, a desigualdade pode se aprofundar ainda mais, com todas as implicações resultantes” (THOMAS, 2001, p. 173-174).

A insegurança humana é uma consequência da estrutura hierárquica do sistema internacional de Estados que operam no âmbito de uma economia capitalista global, em que a segurança econômica para os pobres transnacionais é cada vez mais posta em causa pela segurança econômica para o capital transnacional (TICKNER, 1995). Segundo Swatuk e Vale, o poder de interesses ocultos e relações sociais estabelecidas em apoio das economias

políticas neocoloniais, junto com fissuras de identidades refletidas na raça, classe, Estado, nação e tribo, constituem uma grave se não intransponível barreira para o avanço da segurança humana (SWATUK; VALE, 1999).

Uma das áreas emergentes de pesquisa que é o foco deste trabalho envolve a relação entre a globalização e a segurança humana, ou insegurança, já que as forças da globalização econômica estão transformando a política internacional e reformulando as relações entre Estados e povos, com importantes implicações para a segurança humana, e tendo em vista que o meio de garantir a mesma é o desenvolvimento (HAMPSON, 2008). De fato, foram os processos característicos da globalização que criaram e moldaram a necessidade de definir desenvolvimento e segurança humana, dando uma prioridade normativa para o impacto que diferentes políticas têm sobre o indivíduo (STEFANACHI, 2013).

Além disso, a segurança humana é afetada por uma grande variedade de processos globais, como o esgotamento de recursos renováveis, tráfico de drogas, tráfico humano, a rápida disseminação da tecnologia de comunicações, o crescimento dos mercados capitalistas não-sancionados, a pobreza e desigualdade e a pandemia do HIV/AIDS (KELLER, 2002). Esse impacto é mais evidente na área da saúde pública, já que o declínio dos níveis de saúde e doenças epidêmicas como a AIDS assolam muitos países em desenvolvimento, situação que se encontra parcialmente enraizada no funcionamento da economia global e em políticas de ajustamento estruturais impostas externamente (pelo FMI, entre outros órgãos internacionais, como visto anteriormente), que têm contribuído diretamente para uma deterioração na entrega da saúde pública e nos padrões de vida em geral (LEON; WALT, 2001). Essa privação fornece um contexto de causalidade para muitos conflitos, o que, reciprocamente, aumenta a pobreza e o crime e devasta as economias (AHMED, 2004). Os problemas têm se agravado em razão do planejamento de soluções pelos países e organizações transnacionais que não atacam as causas, senão os efeitos (PEREIRA, 2006). A conexão entre os processos oriundos da globalização e a incidência de conflitos, o que impacta de forma direta a segurança humana, será analisado no próximo capítulo.

3 A NIGÉRIA E A PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA

A Nigéria é o país mais populoso da África com 181.562.056 milhões de habitantes, localizado na África ocidental e subsaariana e compartilha fronteiras terrestres com Benin, Camarões, Chade e Níger. Localiza-se no Golfo da Guiné e possui 853km de litoral (WFB, 2015). É uma república constitucional federalista, compreendendo 36 estados e o Território da Capital Federal, Abuja, desde 1996. O inglês foi instituído como língua oficial em 1960, apesar das 250 diferentes línguas indígenas faladas no país.



Figura 2 – Localização da Nigéria no continente africano

Fonte: CIA, World Fact Book

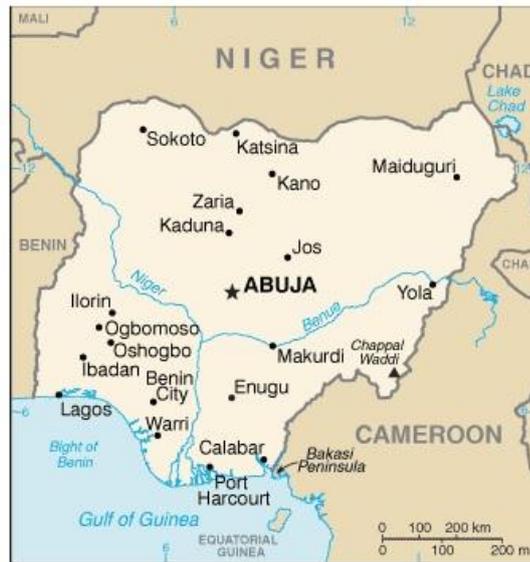


Figura 3 – Mapa da Nigéria

Fonte: CIA, World Fact Book

Os territórios da Nigéria moderna apresentam características geográficas diversas, que vão desde o tropical ao árido (FALOLA; HEATON, 2008). A diversa geografia do país produz uma vasta gama de recursos naturais, no entanto, o é mais famoso por suas grandes reservas de petróleo localizadas no delta do rio Níger. Esse rio, que se estende por 730 milhas (cerca de 1.174km) através da Nigéria e é o terceiro maior da África, têm sido historicamente a principal artéria do comércio e da comunicação da região (FALOLA; HEATON, 2008).

A maioria da população da Nigéria é rural, apesar da urbanização estar ocorrendo em um ritmo acelerado. Muitas de suas cidades estão se tornando grandes e superlotadas, sendo as duas maiores Lagos e Kano (ver mapa) (FALOLA; HEATON, 2008). Sua população é predominantemente jovem. A expectativa de vida é de 52 anos, em razão da pobreza, subnutrição e a falta de instalações e serviços de saúde básicos manterem a expectativa de vida baixa (WFB, 2014).

Em razão da sua grande população, o país se encontra na 11ª posição no ranking mundial de força de trabalho, sendo o trabalho e a habilidade dos nigerianos ao longo da história a principal força motriz da economia (WFB, 2014; FALOLA; HEATON, 2008). A volumosa população da Nigéria é muito diversificada, consistindo-se por mais de 200 grupos

etnolinguísticos diferentes, sendo os três principais grupos étnicos os Hausa, Yoruba e Igbo. Os nigerianos pertencem também a muitas religiões diferentes, mas a grande maioria se identifica ou com o islã sunita (50%), predominante no norte do Estado, ou com o cristianismo (40%) do sul, os outros 10% constituindo-se por religiões indígenas. Culturalmente, os nigerianos são influenciados tanto por suas tradições indígenas como por novos valores e estilos de vida que têm sido incorporados do ocidente, tendo grande destaque a indústria de cinema nigeriana conhecida como Nollywood. A incorporação de ideias e estilos ocidentais ao mesmo tempo que mantendo uma forte base em tradições indígenas, tem tido, no entanto, mais sucesso na esfera cultural do que na política, como veremos mais adiante (FALOLA; HEATON, 2008).

Até pouco tempo atrás, era a agricultura que formava a base das atividades econômicas e o estilo de vida da maioria dos nigerianos, sendo em 1999 ainda 70% da força de trabalho empregada nesse setor (FALOLA; HEATON, 2008; WFB, 1999). No entanto, desde 1970, o petróleo se tornou a commodity mais importante na economia da Nigéria, suas vendas constituindo mais de 90% das receitas de exportação do país e mais de 75% das receitas públicas (FORREST, 1995). Essa dependência do petróleo como a principal fonte de riqueza do país tem contribuído imensamente para a instabilidade econômica desde o final da década de 1970, na medida que flutuações dos preços mundiais de petróleo e os altos níveis de corrupção entre funcionários governamentais tornaram o desenvolvimento sustentável algo ilusório e trouxeram pobreza extrema para a maioria dos cidadãos na Nigéria. O algodão, a borracha e a madeira também têm sido importantes produtos, sendo usados tanto na fabricação doméstica como nos produtos de exportação (FALOLA; HEATON, 2008).

3.1 A Nigéria colonial, sua independência e o atual cenário nacional

As fronteiras atuais da Nigéria foram estabelecidas em 1914 quando o governo colonial britânico amalgamou os protetorados do norte e do sul da Nigéria para formar um Estado colonial unificado. As forças britânicas, ao trazerem o país sob o domínio colonial, foram adaptando instituições políticas locais para satisfazerem suas próprias necessidades. A administração indireta, ou seja, o sistema britânico de governar através de instituições políticas indígenas, permitiu que chefes e elites locais mantivessem sua autoridade local de um aparelho central de administradores coloniais britânicos. O domínio colonial alterou o panorama político da região de várias maneiras, como, por exemplo, ao reunir o que

previamente eram centenas de grupos autônomos e independentes de pessoas sob o único guarda-chuva administrativo de uma Nigéria amalgamada. A base da economia colonial era constituída por commodities, como o óleo de palma, o cacau, o amendoim e o algodão, e era extrativa na sua natureza, projetada para a mineração e colheita das matérias-primas da Nigéria e exportação das mesmas de maneira que beneficiava o governo colonial e as empresas europeias (FALOLA; HEATON, 2008).

Foi uma pequena classe de nigerianos faladores de inglês e educados na Europa que começou a se organizar para pressionar o governo colonial para maior representatividade dos nigerianos no seu próprio governo e para um eventual fim do domínio colonial na Nigéria. Foram movimentos nacionalistas que acabaram se tornando partidos políticos plenos que negociaram a independência do domínio britânico (FALOLA; HEATON, 2008). A Nigéria teve sua independência do Reino Unido em 1º de outubro de 1960.

Na maior parte do período desde a independência em 1960, a política nigeriana tem sido assolada com a instabilidade. O controle de governos estadual e federal se traduz em acesso aos fundos do governo, os quais políticos têm usado corruptamente para estender seu próprio poder e receber apoio nas suas próprias comunidades locais, já que perder o posto no governo significa ser cortado do sistema de patrocínio. Como resultado, as eleições na Nigéria têm sido caracterizadas por altos níveis de violência, o que tem diminuído de tempos para cá, e intimidação, assim como pela manipulação do processo e fraude eleitoral (FALOLA; HEATON, 2008).

A instabilidade e o subdesenvolvimento também têm caracterizado a economia nigeriana desde então, levando a altos níveis de desemprego e deixando a Nigéria incapaz de utilizar seus recursos de trabalho de forma eficaz. Mesmo após a independência, a economia do país continuou dependente da exportação de matérias-primas, provindo do petróleo, a partir de 1970, a maior parte das receitas de exportação. Foi a partir daí que o país obteve um papel mais visível nas relações internacionais. A entrada maciça de receitas de petróleo e empréstimos externos, no entanto, têm facilitado a gestão corrupta e irresponsável dos recursos públicos que tem caracterizado tanto os governos civis como militares desde 1960. A instabilidade política e o declínio econômico da Nigéria com o passar dos anos a deixou marginalizada nas relações internacionais e, em algumas vezes, é evitada como um Estado pária¹⁹ na comunidade internacional (FALOLA; HEATON, 2008).

Por outro lado, a Nigéria pagou quase toda sua dívida externa e poucas novas

¹⁹ Um Estado pária é aquele cuja conduta é considerada fora de sintonia com as normas internacionais de comportamento, levando a seu isolamento mundial. (LAWAL, 2012)

indústrias, como as que envolvem celulares e filmes produzidos localmente, estão crescendo rapidamente. No entanto, para a maioria dos nigerianos, a vida cotidiana permanece uma luta pela sobrevivência, na qual até as necessidades básicas são difíceis de obter. Os altos preços colocaram bens e serviços básicos fora do alcance da maioria dos nigerianos, cuja maioria vive abaixo da linha de pobreza internacional de \$1,25 por dia. Utilidades públicas como eletricidade e água potável são erráticas e distribuídas de forma desigual. Centros de saúde e educação caíram em desuso; medicamentos básicos, equipamentos de saúde e ferramentas educacionais como livros e mesas são escassos e se encontram em mau estado. Funcionários públicos não são remunerados regularmente e a pobreza que ataca a população resulta em altas taxas de criminalidade, conforme as pessoas contrabandeam e roubam para ganhar dinheiro suficiente para sobreviver (FALOLA; HEATON, 2008).

A religião e a etnia permanecem fortes linhas divisórias entre as pessoas; o nigeriano continua atolado na pobreza extrema apesar da imensa riqueza petrolífera do país; e a classe política ainda é mais preocupada com solidificar seu próprio poder do que com governar democraticamente no melhor interesse da maioria da população. Até problemas como esses serem abordados e resolvidos, nas palavras de Falola e Heaton, a Nigéria permanecerá uma terra de potencial não apreciado (FALOLA; HEATON, 2008).

Em abril de 2014, a Nigéria ultrapassou a África do Sul como maior economia africana, no entanto, ainda evidencia caos e barbárie internamente, sendo em razão disso o objeto desse estudo de caso.

3.2 Princípios da conflitualidade africana

O Human Development Report de 2003 descreveu os anos 1990 como uma década de desespero, na qual 54 países ao redor do mundo, muitos deles africanos, sofreram um desenvolvimento ao contrário, se tornando menos desenvolvidos no início do século XXI do que eram em 1990, tendo os conflitos desempenhado um papel significativo neste resultado (UNDP, 2003). As guerras na África – a grande maioria sendo intraestatal, apesar das suas dimensões transnacionais – têm privado a população tanto da *freedom from want* como *freedom from fear*, já que elas não são caracterizadas apenas pela violência, mas são uma condição social e política que afeta a vida daqueles tocados por elas de muitas maneiras diferentes (WILLIAMS, 2011). As causas de mortalidade que não são do combate, especialmente os efeitos do deslocamento, desnutrição e doenças, e que são particularmente

prevalentes quando a guerra destrói a economia, a infraestrutura, e os sistemas de segurança pública de um Estado, são na verdade responsáveis por mais mortes do que a batalha em si, tendo em vista que eles permanecem por muito tempo após o combate ter cessado (WILLIAMS, 2011). Por esses e outros motivos é que a África se constitui um objeto de estudo fundamental quando se diz respeito às inseguranças provocadas pela globalização.

Os eventos da política mundial estão interconectados de maneiras complicadas. De fato, o crescente número, complexidade e intensidade das interconexões entre os seres humanos e entre os seres humanos e o planeta terra são as características definidoras da era contemporânea, sendo esta a maneira a ser abordada o conceito de globalização, com ela dizendo respeito à circulação, ou seja, os processos através dos quais as pessoas e os lugares se interconectam. Dessa forma, a guerra tem sido uma forma historicamente generalizada e significativa de interconexão entre as sociedades. Como observou Tarak Barkawi,

In and through war, people on both sides come to intensified awareness of one another, reconstruct images of self and other, initiate and react to each other's moves. To be at war is to be interconnected with the enemy. Such connections involve social processes and transformations that should be understood under the rubric of globalization... From a war and society perspective, war can be seen as an occasion for interconnection, as a form of circulation between combatant parties. In and through war, societies are transformed, while at the same time societies shape the nature of war²⁰. (BARKAWI, 2006, p. xiii)

As guerras da África são processos sociais complexos que são, simultaneamente, mas em graus variados, locais, nacionais, regionais e globais. Esses diferentes níveis interagem para produzir um conflito em particular. O continente africano e seus conflitos têm sido profundamente afetados por uma série de estruturas, redes, processos, instituições e sistemas de crença globalizantes, e tem recebido mais atenção a partir do fim da Guerra Fria, à medida que não havia mais o conflito entre as duas superpotências sob o holofote para suprimir as questões latentes da periferia. Os processos internacionais têm desempenhado um papel crucial em perpetuar e muitas vezes aumentar os conflitos de três maneiras principais: eles

²⁰ [tradução nossa] Na guerra e através dela, pessoas de ambos os lados tomam consciência um do outro, reconstróem imagens de si e do outro, iniciam e reagem aos movimentos um do outro. Estar em guerra é estar interligado com o inimigo. Tais conexões envolvem processos e transformações sociais que devem ser entendidas sob a rubrica da globalização... A partir de uma perspectiva de guerra e sociedade, a guerra pode ser vista como uma ocasião para interligação, como uma forma de circulação entre as partes combatentes. Na guerra e através dela, sociedades são transformadas, enquanto ao mesmo tempo sociedades moldam a natureza da guerra.

têm afetado a dinâmica do comportamento do Estado e das guerras civis ao conferir soberania a algumas entidades e não outras, ao sustentar modelos particulares de adequadas estruturas estatais, e ao difundir roteiros culturais que tenham um comportamento de Estado informado e guiado (WILLIAMS, 2011). Como coloca Williams,

From the deep structures of global capitalism and the more fickle policies of the international financial institutions, from the diffusion of Christianity and Islam across the continent to the uncertain impact of rapidly globalizing norms about humanitarianism, human rights, anti-imperialism and racial equality, Africa's conflicts have been intimately bound up with the ebb and flow globalizing trends in world politics²¹. (WILLIAMS, 2011, p. 42)

No livro *War & Conflict in Africa* (2011), Paul Williams aborda cinco ingredientes que não necessariamente são causadores das guerras no continente, mas que para a emergência e molde das dinâmicas das mesmas contribuem, já que, além dos conflitos afetarem diretamente aspectos da segurança humana ao disseminar caos, fome e pobreza nas vidas das pessoas, eles provocam mortes em massa, ou seja, provocam o ápice da insegurança humana.

3.2.1 Neopatrimonialismo

O conceito de neopatrimonialismo tem sido usado para explicar as formas de dominação política aparentes dentro dos Estados africanos, sendo em razão disso um conceito vital para o entendimento das raízes de muitos conflitos africanos. Regimes neopatrimonialistas são híbridos, incertos, instáveis e geralmente autoritários sistemas de governação, que envolvem clientelismo e patronagem. Esses regimes encorajam a faccionalização da sociedade e tendem a exibir tendências autoritárias em razão das instituições do Estado serem regularmente usadas para manter os clientes e apoiadores e enfraquecer adversários políticos. A ordem política em sistemas neopatrimonialistas é, assim, inerentemente instável já que repousa sobre ameaças de represálias contra adversários ao invés de satisfação geral com o status quo. Em períodos de crise, a instabilidade aumenta,

²¹ [tradução nossa] A partir das profundas estruturas do capitalismo global e das políticas mais inconstantes das instituições financeiras internacionais, a partir da difusão do cristianismo e do islamismo em todo o continente ao impacto incerto de normas rapidamente globalizantes sobre humanitarismo, direitos humanos, anti-imperialismo e igualdade racial, os conflitos da África têm sido intimamente ligados com o fluxo e refluxo das tendências globalizantes na política mundial.

especialmente quando o neopatrimonialismo se confronta com um segmento da população que está tanto marginalizada como organizada. É nessas circunstâncias que a probabilidade de conflito armado aumenta (WILLIAMS, 2011).

Sistemas neopatrimoniais são geralmente entendidos como uma mistura híbrida de lógicas burocráticas e personalizadas de governança. Segundo Clapham, neopatrimonialismo é uma forma de organização na qual relacionamentos de um amplo tipo patrimonial permeia um sistema político e administrativo que é formalmente construído em linhas racionais-legais (CLAPHAM, 1985). Ou seja, funcionários ocupam cargos em organizações burocráticas com poderes que lhe são formalmente definidos, mas os exercem como uma forma de propriedade privada. Ainda em outras palavras, são os interesses pessoais do governante que regem as tomadas de decisões, enquanto que procedimentos burocráticos formais raramente são um impedimento para os desejos do presidente e das elites políticas, havendo a apropriação privada de recursos públicos por esses agentes (WILLIAMS, 2011).

Já Erdmann e Engel definiram neopatrimonialismo como um tipo de dominação política que é caracterizada pela insegurança sobre o comportamento e o papel das instituições do Estado e seus agentes (ERDMANN; ENGEL, 2007). Essa insegurança estrutura a reprodução do sistema. Instituições formais do Estado não podem cumprir seu propósito universalista de bem-estar público, que ao invés disso é decidido por interesses particularistas (WILLIAMS, 2011). Quando elites políticas por acaso seguem os procedimentos racionais-legais, é em razão de as regras formais coincidirem com seus interesses, tratando as constituições e instituições formais com seriedade somente quando lhes convém.

Para Paul Richards, o principal ponto negativo de governos neopatrimoniais é a tendência crônica para a faccionalização entre aqueles que ‘desfrutam’ e aqueles que se sentem excluídos (RICHARDS, 1996). Nesse sentido, o neopatrimonialismo divide sociedades e torna as subsequentes divisões cada vez mais importantes em termos políticos, econômicos e sociais (WILLIAMS, 2011). Tendo em vista que o neopatrimonialismo, segundo Paul Richards, tende a aumentar a diferença entre a elite no poder e os marginalizados, ele é a demonstração do processo de desigualdade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos intensificado pela globalização no âmbito nacional (RICHARDS, 1996).

Em resumo, regimes neopatrimoniais podem ser pensados como misturas híbridas de políticas burocráticas e informais caracterizadas por grau significativo de incerteza e faccionalização (WILLIAMS, 2011). Essa faccionalização da sociedade que o

neopatrimonialismo inevitavelmente produz deixa esse tipo de sistema em um risco significativo de instabilidade, principalmente quando os governantes já não são capazes de afirmar o seu domínio sobre homens fortes locais em sua rede de patrocínio (WILLIAMS, 2011).

Nicolas van de Walle fez a importante observação de que o sistema de administração racional-legal moderno a nível nacional – apesar de ainda ser infundido com ideias tradicionais sobre fisiologismo e clientelismo (WILLIAMS, 2011) – não está fechado a forças internacionais. O que o autor chamou de negócio de desenvolvimento internacional – e que inclui instituições financeiras internacionais e várias corporações transnacionais, bem como ONGs humanitárias e de desenvolvimento – também desempenha um papel importante no estabelecimento de regras do sistema e no financiamento de insurgentes, provocando uma suspeita local sobre quem realmente estaria por trás das rebeliões (VAN DE WALLE, 2001).

Analistas argumentam que o neopatrimonialismo é a característica fundamental da política na África, e que todo Estado da África subsaariana, com exceção da África do Sul, sofreu de pelo menos alguma forma de neopatrimonialismo em razão de não possuírem um serviço público profissional e incorrupto (BRATTON; VAN DE WALLE, 1994; CHABAL; DALOZ, 1998). Na maioria dos países africanos, a elite arrebatou o Estado pós-colonial para si e o embarcou contra o povo. Eles abraçaram todas as opressivas leis coloniais e mudaram muito pouco, com exceção do tamanho das suas contas bancárias (DOWDEN, 2008).

Segundo Williams há dois caminhos neopatrimoniais para a violência. O primeiro é associado com períodos de crises econômicas e políticas. Assim, um caminho para o conflito armado ocorre a partir de uma série crise econômica, a qual enfraquece a habilidade do regime em satisfazer os seus apoiadores (WILLIAMS, 2011). Entre 1979 e 1999, decisões de política econômica na África podem ser entendidas como resultantes da combinação das tendências neopatrimoniais do Estado, sua baixa capacidade (especialmente o pessoal administrativo) e seus preconceitos ideológicos, e as sinergias negativas entre esses três fatores que evoluíram ao longo do tempo após a independência (VAN DE WALLE, 2001). Essas decisões intensificam divisões entre as elites urbanas e as massas rurais e entre diferentes regiões dentro do Estado, as quais, mais tarde, forneceriam um solo fértil para insurgentes recrutarem simpatizantes (WILLIAMS, 2011). Bratton e van de Walle colocam que o encolhimento de oportunidades econômicas e recompensas de exclusão, consequências da atual ordem global onde somente uma minoria da população é beneficiada através da privatização do poder e da riqueza, são uma receita volátil para a agitação social (BRATTON; VAN DE WALLE, 1997). Contribuem também para a instabilidade do governo

neopatrimonial e a conseqüente tendência para conflitos, as sucessivas crises econômicas que atualmente raramente se limitam a um só país, difundindo-se ao acompanhar as forças da globalização.

Já as crises políticas podem gerar frustração quando são negadas às pessoas a capacidade de influenciar os processos políticos que as afetam, demonstrada pela tendência da maioria dos regimes neopatrimoniais de sufocar uma oposição política legítima, através do uso de coerção direta ou ao controlar outras instituições como o judiciário e/ou a mídia. A população local acaba com poucos meios legítimos para desafiar o governo vigente pacificamente (WILLIAMS, 2011). Para Clapham, os movimentos de guerrilha do continente africano derivam basicamente de aspirações políticas bloqueadas e em alguns casos de desespero reativo (CLAPHAM, 1998). De jeito semelhante, Boas e Dunn afirmam que as guerrilhas da África são melhores pensadas como manifestações de raiva contra a ‘máquina’ do Estado neopatrimonial disfuncional (BOAS; DUNN, 2007). Esses mesmos autores argumentam também que essas insurgências resultam de experiências comuns enraizadas nos excessos de corrupção, violência, pobreza e marginalização que ocorrem dentro dos Estados neo-patrimoniais mais disfuncionais do continente e, como veremos mais adiante, dentro da Nigéria. Dentro desse contexto, regimes que criaram grandes grupos de jovens descontentes ao não atender suas necessidades e os deixaram com poucos meios de alcançar uma melhoria material ou de status, são pensados em ser particularmente suscetíveis a rebeliões violentas (BOAS, 2007).

O segundo caminho é associado com os desafios colocados pela democratização. Democracias parciais com faccionalismo são um tipo de regime excepcionalmente instável e possuem um maior risco de grave instabilidade política, o faccionalismo ocorrendo, segundo definição da *Political Instability Task Force*, quando a competição política é dominada por grupos étnicos ou paroquiais que regularmente competem por influência política a fim de promover agendas particularistas e favorecer membros de grupos em detrimento de agendas comuns ou seculares (GOLDSTONE et al, 2010; 2005). Segundo Williams, o momento mais provável que um país vai experimentar grave instabilidade política é quando ele começa sua transição de uma autocracia para uma democracia parcial, as massas buscando assim instituições mais representativas e inclusivas, sendo isso o que aconteceu em muitas partes do continente africano ao fim da Guerra Fria com a vitória do ocidente e a conseqüente maior pressão para democratizar (WILLIAMS, 2011). A mudança na família tradicional e as reivindicações por maior igualdade sexual e das mulheres, por exemplo, influenciadas pelo avanço das comunicações globais nas últimas décadas – princípios essenciais da democracia –

também contribuíram para essa tendência.

A transição para a democracia na Nigéria foi bastante conturbada, com sucessivos golpes militares que supostamente tinham como propósito restaurar a estabilidade, eliminar a corrupção e preparar o país para uma transição de volta para um governo civil (FALOLA; HEATON, 2008). Como veremos a seguir, foi longa e custosa para a população a trajetória até que isso de fato aconteceu e, mesmo assim, quando ocorreu, não foi bem condizente com as expectativas da população.

Pode-se dizer que a saga da transição para um regime democrático na Nigéria iniciou com o golpe militar que depôs o chefe de Estado Buhari em 1985 e deu início ao novo regime militar de Babangida, já que ele aconteceu com a justificativa, além da inabilidade do regime anterior de trazer a economia sob controle e apresentar tendências autoritárias que resultaram em um escasso registro de direitos humanos, do seu fracasso em estabelecer um plano para transferir o poder de volta para uma administração civil (FALOLA; HEATON, 2008).

Apesar de Babangida declarar a transição para um regime democrático ser um dos seus principais objetivos, o processo de transição se mostrou longo e desconcertante. O chefe de Estado consistentemente manipulava o processo de transição, iniciado em 1986, ao alterar prazos e procedimentos e, frequentemente, proibindo políticos e funcionários do governo de fazer parte do processo político, justificando suas ações em nome da prevenção da corrupção e construção de um sistema democrático mais estável. Para muitos, no entanto, isso apenas significava que Babangida estava disposto a usar qualquer pretexto para comprometer o processo de transição e manter sua posição política. As eleições presidenciais para determinar o seu substituto foram adiadas inúmeras vezes e finalmente aconteceram em 1993 com dois partidos – criados com a manipulação do Estado assim tornando a transição antidemocrática – concorrendo, cujos processos de nomeação também foram fraudados. A eleição considerada para a maioria como a mais livre, justa e pacífica que já ocorreu no país, resultou na vitória de Abiola²². Babangida, no entanto, anulou o resultado, afirmando, entre outras justificativas, que os dois partidos usaram fundos ilegalmente para comprar votos e que os mecanismos de eleição nacional não eram seguros o suficiente para impedir irregularidades eleitorais. Essa decisão resultou em protestos, motins e demonstrações tanto por parte da população como dos políticos, deixando o país em caos. A fim de reprimir a violência e inquietação, Babangida concordou em entregar o poder a um conselho provisório de governação, o qual, ao não entregar o poder de imediato a Abiola legitimando o processo democrático e as eleições

²² Um rico empresário Yoruba que adquiriu significância política como dono do grupo Concord de jornais (FALOLA; HEATON, 2015).

realizadas, demonstrou sua fraqueza e levantou questões sobre sua legitimidade, o que tornou fácil um novo golpe militar (FALOLA; HEATON, 2008).

Em novembro de 1993, chegou ao poder Abacha, sendo o governante da Nigéria pós-independência mais impopular em razão da sua severa opressão em nome do poder pessoal, do contínuo declínio da economia nigeriana e do rebaixamento da Nigéria para o status de um Estado pária nas relações internacionais. Muitos viram o golpe militar como um retrocesso a um regime autocrático e um distanciamento da democracia. Inicialmente, Abacha demonstrou certo potencial para ser um verdadeiro reformador com a intenção de corrigir os erros do regime de Babangida. No entanto, ele de imediato também eliminou todas as instituições democráticas e iniciou uma campanha para eliminar toda oposição e ameaça ao seu regime, incluindo ativistas políticos, jornalistas e até antigos oficiais militares. As organizações da sociedade civil não estavam dispostas a tolerar as atitudes do chefe de Estado, iniciando uma nova série de protestos e motins, além de greves e paralisações, que obtiveram uma resposta rápida e violenta de Abacha. O líder avançou com a transição para um regime civil, mas de uma forma que garantia a sua volta ao poder através do patrocínio e intimidação. Com a sua morte em junho de 1998, no entanto, oficiais militares entregaram o poder ao general Abubakar, que colocou o país em um acelerado curso para uma transição democrática, permitindo o registro de partidos políticos (todos os anteriores foram dissolvidos por ele) para dar início ao processo (FALOLA; HEATON, 2008).

Os regimes militares foram todos caracterizados por seus altos níveis de opressão e coerção, em razão da supressão de críticas em nome da promoção da estabilidade. Eles também presidiram o entrincheiramento mais intenso da corrupção na Nigéria, através da qual oficiais do governo saquearam cofres do governo às custas da população, fazendo com que muitos nigerianos se voltassem para atividades corruptas e ilegais para ganhar dinheiro suficiente para sobreviver; e buscaram manter o poder através da opressão, coerção e da manipulação do processo de transição democrática. Enquanto alguns poucos nigerianos se tornaram ricos através de práticas corruptas, a maioria permaneceu na pobreza extrema (FALOLA; HEATON, 2008).

O autoritarismo desses regimes militares é tanto uma causa como consequência da emergência das organizações da sociedade civil encabeçadas pelos nigerianos que se tornaram menos dispostos a tolerar regimes que falharam em governar nos melhores interesses dos seus cidadãos. Essas organizações proliferaram tanto para fornecer uma fonte alternativa de serviço e suporte paralelo ao governo enfermo como para pressionar o governo para mudanças significativas, ou seja, se organizaram em um esforço para ter suas necessidades

abordadas e suas vozes ouvidas. Todas essas organizações, no entanto, possuíam agendas diferentes, o que contribuía para a exacerbação das tensões sociais e frequentemente para a irrupção de violência (FALOLA; HEATON, 2008).

Em fevereiro de 1999 ocorreram as eleições, relativamente pacíficas mas manchadas por acusações de más práticas eleitorais, que levaram Obasanjo, do *People's Democratic Party* e primeiro presidente civil da Quarta República, ao poder, o mesmo se reelegendo em 2003. Enquanto ele obteve algum sucesso em ao menos retardar o declínio econômico do país, ele não o fez de uma maneira que melhorou os padrões de vida da maioria dos nigerianos. Pouco esforço foi feito para abordar os muitos males sociais que continuam a atormentar a Nigéria, incluindo as tensões étnicas e religiosas, e a situação política no delta do rio Níger (que será abordada mais a frente) que degenerou em caos. As classes de elite de empresários e funcionários do governo continuaram a enriquecer e se fortalecer às custas da maioria pobre da Nigéria, ao ponto da corrupção se tornar um aspecto normal do dia-a-dia dos nigerianos. Isso proporcionou ao país um ranking como um dos países mais corruptos do mundo segundo o grupo de vigilância internacional *Transparency International* (FALOLA; HEATON, 2008).

Nas eleições de 2007, pela primeira vez na história do país, um regime civil entregou o poder para outro, para o de Yar'Adua. As eleições, no entanto, continuam marcadas por controvérsias, com acusações de irregularidades, fraude e corrupção. Desde a volta ao governo civil em 1999, alguns males das situações políticas, econômicas e sociais nigerianas têm visto melhoras mínimas, porém o governo ainda precisa realizar melhorias substanciais na vida cotidiana da maioria dos nigerianos e trazer instituições verdadeiramente democráticas para o país. Desde então, políticos passaram a reconhecer mais o poder das organizações da sociedade civil a fim de manter sua legitimidade e garantir uma reeleição, ao mesmo tempo que muitos líderes dessas organizações foram cooptados pelo governo, ou seja, foram atraídos pelos objetivos políticos do governo e por ele corrompidos a fim de neutralizar as massas. Além disso, a democracia continuou questionada à medida que os presidentes eleitos entre 1999 e 2011 eram todos do mesmo partido (*People's Democratic Party*). As eleições de março de 2015, no entanto, levaram ao poder um político de outro partido, o *Congress for Progressive Change*, o atual presidente Buhari (FALOLA; HEATON, 2008).

Como exposto, a população nigeriana foi a grande prejudicada pela transição democrática, à medida que os governos favoreciam apenas as elites e marginalizavam ainda mais os pobres. Essa situação levou à insatisfação das massas, que frequentemente entravam

em conflito com o governo e entre si e eram reprimidas violentamente pelos regimes. A democracia, no entanto, precisa de tempo para se consolidar, havendo muito ainda a ser feito no país no que diz respeito a esse aspecto. Se implementada rápida demais ou baseada em modelos, principalmente ocidentais, que não levam em consideração a realidade do país, ela é frequentemente vulnerável para colapsar.

3.2.2 Recursos

As guerras na África muitas vezes são referidas como guerras por recursos lutadas por indivíduos gananciosos com o fim de acumular riqueza através da extração de recursos naturais do continente, como petróleo, pedras preciosas, minerais e madeira (WILLIAMS, 2011). Alguns analistas sugerem que a diminuição do patrocínio pelas superpotências após a Guerra Fria exacerbou essa tendência ao encorajar os beligerantes africanos a se tornarem autofinanciados e buscarem novos imperativos estratégicos (KEEN, 1998). Outros argumentam que as rebeliões africanas sempre foram explicadas pelas circunstâncias atípicas que geram oportunidades rentáveis (COLLIER; HOEFFLER, 2004). Elas não deixam de ser muitas vezes, no entanto, formas de adquirir aquilo que o governo falha em lhes prover, sendo os sistemas políticos assim um fator crucial na elevação do risco de conflitos armados, além das elites estatais e seus apoiadores explorarem recursos para benefício próprio. Como coloca Williams, recursos, assim como pessoas, dinheiro e armas são necessários para sustentar um regime e iniciar uma rebelião, quaisquer que sejam seus objetivos e motivações (WILLIAMS, 2011).

A transformação da natureza em commodities comercializáveis é um processo profundamente político, envolvendo a definição dos direitos de propriedade, a organização do trabalho e a alocação dos lucros, ou seja, requer não apenas a dádiva da natureza, mas a construção de uma economia política de recursos (LE BILLON, 2001). Nesse aspecto, as corporações transnacionais são essenciais à medida que facilitam a compra e venda das commodities.

A UNEP (United Nations Environment Programme) classificou a relação entre recursos naturais e conflito armado de três maneiras. Primeiro, lutas pelo controle de recursos contribuem para a eclosão do conflito quando a riqueza derivada deles não era repartida equitativamente; quando havia competição por recursos escassos, incluindo terras, florestas e

água; e quando os Estados eram dependentes da exportação de um conjunto restrito de produtos primários, causando instabilidade econômica. Segundo, recursos naturais contribuem para o financiamento e sustentação dos conflitos, geralmente ao tornar os insurgentes economicamente viáveis e ao encorajar os partidos a garantirem os ativos que permitem continuar sua luta. E terceiro, o acesso contínuo a recursos rentáveis minam as perspectivas de pacificação (UNEP, 2009). Desse modo, recursos podem não só contribuir para a eclosão de conflitos, mas também para a sua perpetuação. De modo geral, são contextos de privação relativa e condições de má governação e instabilidade política que aumentam a probabilidade de conflito armado, já que as estruturas políticas domésticas são cruciais na determinação de como os recursos são colocados em uso (WILLIAMS, 2011).

Tendo isso em vista, recursos de conflito são definidos como recursos naturais cuja exploração e comércio sistemático em um contexto de conflito contribuem para, beneficiam, ou resultam na comissão de sérias violações aos direitos humanos e violações do direito internacional comunitário, afetando diretamente a segurança humana (GLOBAL WITNESS, s/d).

Dentro desse contexto, existem duas hipóteses amplas e contraditórias no que diz respeito às causas ou erupção de conflitos armados. A primeira é a de que a escassez de importantes recursos aumenta o risco de guerra, já que grupos irão lutar para garantir acesso aos recursos naturais necessários para a sua sobrevivência. A escassez, no entanto, pode ser tanto uma causa para a emergência de conflitos como uma consequência deles. Entre os exemplos desses recursos na África estão o encolhimento de pastagens, a desertificação de terras agrícolas produtivas ou a redução dos recursos hídricos. Já a segunda hipótese diz respeito à abundância de recursos valiosos aumentar o risco de guerra, já que recursos são geralmente pensados em estender conflitos em razão de o lucro fornecer um poderoso desincentivo de paz e intensificar a luta em torno de áreas ricas em recursos (WILLIAMS, 2011). Há, no entanto, certo problema de análise nessa abordagem, já que o que pode ser escasso em um nível global, pode ser abundante em um nível local, e vice e versa.

Indivíduos os quais são privados de recursos e auxílio são mais propensos a pegar armas contra seus governos. A partir disso, Gurr define privação relativa como a discrepância entre o que as pessoas pensam que merecem (expectativas de valor) e o que elas de fato acham que conseguem (capacidades de valor). Desse modo, as pessoas ficam frustradas quando não desfrutam daquilo que elas legitimamente têm direito. Se essas frustrações são sentidas por períodos prolongados ou intensamente o suficiente, elas geram raiva que pode ser

expressa violentamente. Segundo Gurr, o potencial para violência coletiva varia fortemente com a intensidade e escopo da privação relativa entre membros de uma coletividade (GURR, 1970). Dessa forma, os recursos habilitam e capacitam atores particulares. Inseridos em um contexto no qual autocratas corruptos tem a vantagem, os recursos vão reforçar o seu poder e gerar ressentimentos entre aqueles aos quais foram negados o acesso a seus benefícios (WILLIAMS, 2011).

Alguns recursos, mais especificamente passaram a ganhar uma maior atenção com a globalização. Segundo Iliffe, a demografia pode ter se tornado, durante a segunda metade do século XX, o motor histórico chefe da mudança na África, sendo a superpopulação um fator que possivelmente contribua para a emergência de conflitos na região, apesar da sua desaceleração nas recentes décadas pelo impacto do HIV/AIDS (ILIFFE, 1995; CLAPHAM, 2006). Ainda no que diz respeito à relação entre a questão demográfica e as guerras, é necessário ressaltar a combinação de crescentes níveis de urbanização e os baixos níveis de PIB per capita (GOLDSTONE, 2002), além da relação entre a protuberância de jovens (o número de pessoas jovens na população) e o baixo crescimento econômico (produzindo subemprego e desemprego) (URDAL, 2006).

Receberam mais atenção também nas últimas décadas as transformações ambientais, as quais têm levado a um número cada vez maior e à maior intensidade das tragédias ambientais, afetando a segurança humana de formas gigantescas. Os ecossistemas estão colapsando sob os impactos inter-relacionados da degradação dos solos, do desmatamento e das mudanças climáticas, muitos deles conectados com a proliferação das empresas multinacionais e com os maiores índices de industrialização e urbanização (WILLIAMS, 2011). A degradação dos solos, por exemplo, afeta a segurança humana na medida que gera redução na produção de alimentos e uma maior ameaça de secas e inundações.

Um tipo de conflito que envolve recursos e que é muito comum são os conflitos entre agricultores e pastores sobre recursos de terra e água (MAZO, 2009). No que diz respeito à água, partes da África sofrem de uma severa escassez da mesma, o que deve se intensificar com o aquecimento global e que possivelmente pode gerar conflitos que refletem o medo das pessoas sobre o futuro (UNDP, 2006). Sobre a questão da terra, as tensões têm se concentrado nas partes mais úteis do continente, a utilidade variando de acordo com a visão dos grupos. Enquanto que potenciais pátrias nacionais são consideradas cruciais para alguns grupos, independente de minerais, petróleo ou outras commodities se localizarem ali, para outros a utilidade da terra é diretamente relacionada com seu valor comercial (WILLIAMS, 2011). Assim, as terras da África são cruciais por vários motivos, desde o fato de, por recursos se

encontrarem nela, seu controle ser vital para muitos tipos de extração de recursos, até a questão de a agricultura permanecer a base de muitas atividades econômicas do continente, sendo de grande importância também o valor espiritual da terra como um local sagrado que deve ser preservado para gerações futuras (WILLIAMS, 2011). Analistas propuseram assim uma variedade de meios pelos quais a propriedade, gestão e controle da terra estão ligados ao conflito, entre eles a escassez de terra útil, disputas de fronteiras e reivindicações conflitantes sobre partes específicas da terra, desequilíbrio racial de propriedade de terra, o choque de considerações espirituais com realidades econômicas e políticas, queixas sobre políticas de regulação do governo e o aumento da densidade populacional, em especial quando um rápido influxo de forasteiros ocorre (ALAO, 2007).

O desenvolvimento de tecnologias nas últimas décadas que permitissem uma maior e melhor extração dos recursos naturais está intimamente ligado à aceleração da globalização e do modelo de produção capitalista. Na Nigéria, um dos maiores produtores de petróleo da África, é destaque o conflito que se desenvolve no delta do rio Níger, sendo ele um exemplo de conflito gerado pela privação da população de recursos. A região é uma das mais ricas zonas de petróleo do mundo que detém cerca de 90% das reservas de petróleo e gás natural do país e que é responsável por 95% das receitas de exportação do país e mais de 80% da receita do governo federal (STAKEHOLDER DEMOCRACY NETWORK, s/d). A população ali localizada – a qual possui um sentimento de imposição desde o século XIX quando comerciantes europeus impediam a sua participação no então lucrativo comércio de óleo de palma (SDN, s/d) –, no entanto, é uma das mais pobres e a região uma das menos desenvolvidas e mais conflituosas da Nigéria, o aumento da exploração do petróleo a deixando também econômica e socialmente abatida em razão da extensa degradação ambiental (WATTS, 2004; 2007). O recurso com o maior potencial para tornar a Nigéria um Estado rico e forte, também alimentou as chamadas de divisão étnica, subdesenvolvimento econômico e corrupção institucional desde os anos 1960, sendo um exemplo claro da maldição dos recursos²³ (FALOLA; HEATON, 2008).

²³ A tese da maldição dos recursos ou doença holandesa procura explicações para as causas dos conflitos violentos, demonstrando como enormes dotações de recursos naturais em vez de iluminar as perspectivas de desenvolvimento, paradoxalmente motivam as pessoas a lutar pelos recursos ou servem como incentivo para que grupos armados se envolvam em conflitos a fim de explorar a oportunidade de saquear (OBI, 2009).



Figura 4 – Delta do rio Níger

Fonte: United States Institute of Peace, 2005

As raízes do conflito no delta do rio Níger estão na história das lutas por autodeterminação, autonomia local e democracia de minorias étnicas na região que eram deixadas de lado frente aos grupos étnicos dominantes que afirmavam seu poder nos níveis regionais e nacionais, monopolizando o controle do recolhimento e distribuição das receitas de petróleo, ou seja, as minorias eram, e ainda são, mantidas na pobreza enquanto que a riqueza extraída das suas terras era usada para financiar o Estado e governos federais, além de enriquecer empresas estrangeiras (OBI, 2009). Essa centralização do poder sobre o petróleo explica porque o delta do Níger tem sofrido negligência por décadas, caracterizada não somente pela marginalização em relação às receitas de petróleo, mas também no que diz respeito a infraestrutura de má qualidade, altas taxas de desemprego, altos níveis das taxas de infecção por HIV/AIDS e altos níveis de pobreza, chegando a situação ser comparada a um ‘colonialismo interno’ (OBI, 2009; UNDP, 2006).

São demandas das minorias da região a autodeterminação para o controle dos recursos dentro do território do delta do Níger, compensação por danos infligidos no território pela produção de petróleo (poluição, degradação e perda dos meios de subsistência, já que a agricultura é a principal atividade da população regional) e um maior acesso à participação das receitas do petróleo. Os povos da região também são discriminados na distribuição federal de oportunidades políticas e socioeconômicas, de direitos a serviços sociais e de desenvolvimento de forma geral. Essas demandas foram ignoradas pelos vários regimes militares que também reprimiram os protestos. Mesmo com a volta ao regime democrático em 1999, o qual buscou ganhar legitimidade e desmobilizar os grupos de protesto ao fornecer patrocínio para a elite local e cooptar a liderança dos grupos ativistas e de protestos, houve a

militarização da resistência das minorias étnicas e escalada de violência na região em virtude da contínua piora das condições socioeconômicas, da cooptação de alguns grupos armados por políticos locais e da crescente frustração e descontentamento entre os jovens de que a democracia não abordava as causas das suas queixas e as demandas por um maior bem-estar em um contexto de extração contínua de petróleo e gás da sua região (OBI, 2009).

Outro fenômeno intensificado pela globalização nas últimas décadas é a proliferação das empresas multinacionais, as corporações mais ricas e poderosas do mundo, as quais, entre outros motivos, se instalam nos países em desenvolvimento para a extração de recursos e, no caso da Nigéria, são dominantes na indústria do petróleo, possuindo o monopólio de capital e tecnologia (OBI, 2009). Entre as principais multinacionais do setor petrolífero presentes na Nigéria, e que foram atraídas ao delta do Níger em razão do seu petróleo apresentar baixo teor de enxofre e por isso ser de fácil refino, estão as norte-americanas Exxon/Mobile e ChevronTexaco, a anglo-holandesa Royal Dutch Shell e as francesas Total e Agip, tendo sido a Shell a primeira a chegar na região do delta do Níger em 1956 e mantendo sua liderança até hoje ao representar quase metade da produção diária de petróleo do país (OBI, 2001). As companhias de petróleo influenciam no conflito da região de tal forma que, quando interesses globais nos países em desenvolvimento ricos em petróleo são ameaçados – o que de fato acontece hoje em virtude da produção de petróleo cair como resultado da violência na região –, elas e seus governos de origem apoiam os Estados locais na eliminação dessas ameaças através de uma combinação de repressão dos protestos locais e cooptação de alguns líderes (OBI, 2009).

Essas empresas também são responsáveis pela degradação ambiental que acompanham suas perfurações na região em razão das suas más regulações pelo Estado, ou seja, fraca aplicação da lei, e formas não-sustentáveis de exploração e produção, envolvendo queima de gás, poluição do petróleo e da água, queimadas e emissão de monóxido de carbono. Os vazamentos de óleo ameaçam a terra e as vias navegáveis, enquanto que a queima de gás natural polui o ar a níveis perigosos (SDN, s/d). As próprias instalações e infraestrutura representam sérios perigos para as comunidades que cercam as instalações de petróleo, já que explosões de oleodutos são comuns e frequentemente matam passantes inocentes (FALOLA; HEATON, 2008).

Como visto anteriormente, a corrupção tem sido extravagante no país, conforme políticos e oficiais do governo usam a riqueza do petróleo da Nigéria para beneficiar seus próprios bolsos. O fato de que as receitas de petróleo advêm principalmente de empresas multinacionais estrangeiras levou ao estabelecimento de um ‘Estado rentista’ na Nigéria, ou

seja, um Estado em que o governo é unicamente dependente de rendas para iniciativas estatais que lhe são pagas por companhias estrangeiras, situação que, como já visto, torna o país economicamente instável. Em razão disso, o governo nigeriano tem pouco incentivo para governar no melhor interesse dos cidadãos, já que seu poder e dinheiro não derivam da população, mas sim de companhias de petróleo estrangeiras que pagam o governo pelo privilégio de perfurar o território nigeriano, o mesmo tornando-se assim cada vez mais corrupto e ineficiente (FALOLA; HEATON, 2008). A corrupção presente no setor petrolífero nigeriano tem relação direta com as formas neopatrimoniais de governo, profundamente enraizadas na história do país, cujas políticas públicas são orientadas a facilitar a exploração e produção de petróleo ao invés de melhorar a situação da população. Essa aliança entre o Estado nigeriano e as empresas multinacionais também tem sido confrontada por protestos e resistência local, na medida que ela desapropria os recursos do país (OBI, 2009).

A resistência do governo e das empresas extrativistas em abordar a distribuição injusta da riqueza do petróleo levou à mobilização das massas (SDN, s/d). Os protestos pacíficos e resistências dos anos 1970 falharam em provocar alguma mudança significativa e evoluíram para cada vez mais frequentes insurgências representadas por ataques ao Estado e a companhias de petróleo nos anos 1990, à medida que se tornava claro para as minorias étnicas que aqueles que detinham o poder sobre o delta do Níger não iriam ouvir suas demandas nem respeitar os seus direitos, sobrando apenas a violência como recurso (OBI, 2009). Também contribuiu para as maiores demandas e protestos em termos políticos e ambientais dos movimentos de resistência da região um favorável discurso pós-Guerra Fria sobre os direitos das minorias e ambientais (OBI, 2009).

O povo Ogoni é uma das comunidades étnicas afetadas negativamente pela produção de petróleo. Sua subsistência girava em torno da pesca, tendo sido de extrema importância um ambiente despoluído. Apesar da sua pequena população, o território em que viviam produzia cerca de metade do petróleo extraído anualmente na Nigéria. A posição dos Ogoni como uma pequena minoria em um grande estado significava que nenhuma receita federal e muito pouca receita do Estado da produção de petróleo era destinada para melhorar suas condições de vida. Eles tinham a intenção, portanto, de ganhar um maior controle sobre seu ambiente e um maior acesso às receitas originadas em seu território, criado por Ken Saro-Wiwa para esse propósito o Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni. Protestos em janeiro de 1993 se transformaram em motins, enquanto que jovens ativistas começaram a promover o uso de violência tática contra funcionários e instalações de companhias de petróleo. Saro-Wiwa e outros oito líderes do movimento foram presos em maio de 1994, para serem julgados

injustamente e executados em novembro de 1995, o que foi severamente condenado por grupos internacionais de direitos humanos (FALOLA; HEATON, 2008). A partir de 1997, foi o Conselho da Juventude Ijaw que continuou a luta, mas foi igualmente reprimido pelo ainda então governo militar (OBI, 2009).

Atualmente, o grupo militar mais potente a se engajar na resistência local, mas alvejando uma audiência global, é o Movimento para a Emancipação do Delta do Níger (MEDN), que tomou para si as dores do grupo Ijaw e tem ganho muita atenção internacional por suas ameaças de prejudicar as exportações de petróleo nigeriano. O MEDN lançou ataques ousados a instalações petrolíferas onshore e offshore, sequestraram trabalhadores estrangeiros de petróleo, detonaram explosivos perto de compostos de petróleo, lutaram na terra e no mar contra as forças militares da Nigéria e divulgaram suas atividades em várias mídias globais, estimulando uma onda de criminalidade na região (OBI, 2009). O movimento foi classificado *Memorial Institute for Prevention of Terrorism* (Instituto Memorial para a Prevenção do Terrorismo) como um grupo terrorista ativo que usa meios violentos para apoiar os direitos do povo Ijaw no delta do Níger, tendo como objetivo final a expulsão das companhias petrolíferas estrangeiras e nigerianos não-indígenas da terra dos Ijaw (MIPT, 2006). Enquanto esse perfil rotula o movimento como uma ameaça terrorista iminente para os interesses energéticos ocidentais, uma outra visão posiciona sua emergência na terrível mistura de privação econômica, ditadura militar e agravamento da crise ambiental no delta do Níger, além da contínua busca de 50 anos dos Ijaw por justiça social e ambiental (OKONTA, 2007). Jomo Gbomo, o porta-voz do movimento, em entrevista com Brian Ross, elucidou os objetivos do grupo:

The Movement for the Emancipation of the Niger Delta (MEND) is an amalgam of all arm bearing groups in the Niger Delta fighting for the control of oil revenue by indigenes of the Niger Delta who have had relatively no benefits from the exploitation of our mineral resources by the Nigerian government and oil companies over the last fifty years²⁴. (ROSS, 2007)

Tendo em vista que a Nigéria é uma nação dependente do seu petróleo, qualquer ato capaz de resultar em um rompimento da produção de petróleo é percebido como uma ameaça à sobrevivência e bem-estar do país. Já as multinacionais ocidentais de petróleo veem os ataques a eles como uma ameaça a seus interesses comerciais (OBI, 2009). Juntando esses

²⁴ [tradução nossa] O Movimento para a Emancipação do Delta do Níger é uma amálgama de todos os grupos portadores de armas no Delta do Níger que lutam pelo controle das receitas de petróleo pelos indígenas do Delta do Níger, os quais tiveram relativamente nenhum benefício da exploração dos nossos recursos minerais por parte do governo nigeriano e das empresas petrolíferas ao longo dos últimos cinquenta anos.

dois aspectos, ao evitar a busca por uma solução, um regime de repressão estatal e violência corporativa gera mais violência popular e criminal, ilegalidade, apropriações ilegais e insegurança (IKELEGBE, 2006). As atividades de grupos armados e de forças de segurança na região resultam em uma situação perturbadora dos direitos humanos.

Em 2006, a Nigéria era o exportador de petróleo líder na África e o oitavo maior do mundo em volume. No entanto, como é colocado pelos autores Falola e Heaton, o crescimento da economia do petróleo tem sido tanto uma benção como uma maldição para a Nigéria. O petróleo trouxe receitas enormes, tornando a Nigéria um país muito rico em termos de aumento das receitas globais e dando ao país um forte potencial de crescimento econômico equitativo e desenvolvimento sustentável a longo prazo. Todavia, ao mesmo tempo, as receitas do petróleo têm sido extremamente mal administradas, resultando com que apenas um número muito reduzido de pessoas se beneficiem com a riqueza petrolífera da Nigéria. A grande maioria da população continua a viver na pobreza, vendo poucos resultados tangíveis da riqueza petrolífera do país (FALOLA; HEATON, 2008). A globalização, ao contribuir para o desenvolvimento de novas tecnologias e para a melhor extração de recursos naturais, tem criado oportunidades para que países subdesenvolvidos cresçam economicamente mas que, devido à corrupção e ganância, acabam não englobando a maior parte da população mundial, gerando uma polarização da sociedade.

3.2.3 Soberania

A soberania é um dos recursos mais importantes da África e é disputada em uma base regular. Os benefícios provenientes da soberania e a contínua importância da autodeterminação desempenham um papel significativo na definição e prossecução de uma variedade de conflitos africanos (WILLIAMS, 2011). Segundo Williams, a África presenciou relativamente poucas guerras travadas com o propósito expresso de criar novos Estados – quando ocorriam, giravam em torno de negócios inacabados da descolonização –, mas experienciou um número considerável de conflitos lutados com referência à ideia mais ampla de autodeterminação, como por exemplo para tornar os Estados existentes lugares melhores para as minorias marginalizadas viverem e para as mesmas ganharem uma maior influência no governo do Estado (WILLIAMS, 2011). Além disso, o maior impulso por trás desse tipo de luta é geralmente se tornar a classe local dominante e obter maior acesso aos benefícios da

soberania (ENGLEBERT, 2009).

Como abordada pela discussão da dinâmica excludente e instável do neopatrimonialismo anteriormente, uma vida política sem acesso ao sistema de patronagem da soberania era geralmente difícil, sobrando assim poucas opções aos grupos excluídos em casos extremos a não ser usar a força, ou para criar um novo Estado ou para adquirir o direito a opinião nas estruturas de governação sob as quais vivem, podendo essa última opção incluir reformas significantes do Estado em relação à descentralização das instituições, provisões de direitos para as minorias ou regiões autônomas (WILLIAMS, 2011).

Cabe primeiro, no entanto, expor a definição de soberania e autodeterminação. Soberania é intimamente ligada à ideia da condição de ser reconhecido como uma nação independente. A Convenção de Montevideú sobre os Direitos e Deveres dos Estados de 1933 concluiu que, para ser reconhecido como tal, uma entidade necessitava de uma população permanente, um território definido, um governo e a capacidade de entrar em relações com outros Estados. Outras definições, porém, incluíram a capacidade do governo para executar determinadas tarefas, sendo a mais famosa o argumento de Max Weber de que a prova de fogo de um Estado eficaz é se o seu governo nacional pode ou não reivindicar o monopólio da força legítima no território que está sob a sua jurisdição (WEBER, 1964). Como visto no capítulo sobre a globalização, um dos fatores exacerbados pela globalização e que afeta a soberania de um Estado é justamente a perda do monopólio da força em virtude da emergência de novos atores na arena nacional e internacional, situação que ocorre em muitos países da África.

Segundo Williams, existem duas dimensões do conceito (WILLIAMS, 2011). A soberania empírica se refere à habilidade dos governos de cumprir certas funções relacionadas à segurança e bem-estar e de excluir outros Estados das suas relações domésticas. É essencialmente sobre o quão bem os governos podem exercer controle. Já a soberania jurídica se refere à condição no direito internacional em que um Estado é reconhecido como soberano por outros Estados soberanos e entidades jurídicas internacionais relevantes e seu governo é reconhecido como a autoridade legítima. Como os Estados falidos, conceito que será explorado mais a frente, da África comprovam, enquanto a soberania jurídica é mantida, a inabilidade do governo em controlar seu território, sua população e seus negócios não coloca significativamente em risco sua soberania (WILLIAMS, 2011).

Já a autodeterminação, durante os anos 1950 e 1960 na África, era ligada à questão da descolonização e à ideia de que as colônias tinham o direito de escolher a independência, sendo gradualmente aceita nesse contexto como um direito legal (HIGGINS, 1994).

Higgins ressalta assim que o ponto central sobre a autodeterminação era que ela oferecia uma gama adequada de opções para pessoas dependentes e que era dado a elas a oportunidade de expressar a sua escolha.

O significado de autodeterminação no direito internacional, e em menor escala na política internacional, tem mudado, no entanto, consideravelmente desde a fase inicial da descolonização, contribuindo para isso a rejeição da visão pelas cortes internacionais da autodeterminação como um direito executável. A autodeterminação não é o direito de um Estado. Ela tem se tornado um princípio muito mais processual e limitado para garantir que os povos possam participar de forma mais significativa na governança estatal. Foi redefinida, assim, de um direito para as colônias se tornarem independentes para o princípio de que os povos tinham um direito de serem ouvidos. Isso ajuda a explicar o alto número de conflitos travados na África que dizem respeito à autodeterminação, a fim de fazer com que os Estados funcionem melhor para os grupos atualmente marginalizados do poder (WILLIAMS, 2011).

A globalização intrinsecamente resulta em fronteiras mais porosas, fazendo com que os processos e atores se desloquem mais facilmente entre os países, enfraquecendo assim o poder e a autoridade dos Estados e criando um mundo sem fronteiras. A emergência de novos atores, econômicos ou políticos, constituem um efeito das forças globais nos países e são característicos das guerras modernas ou ‘novas guerras’²⁵, ameaçando diretamente a soberania dos Estados. Esses atores externos incluem organizações privadas de segurança, mercenários, senhores de guerra, comerciantes e empresas internacionais envolvidas em várias formas de extração de recursos, fornecedores de armas, grupos criminosos organizados, ONGs humanitárias e de desenvolvimento e as populações deslocadas que elas auxiliam, e poderes extra africanos em busca de interesses estratégicos e econômicos no continente africano (OBI, 2009; WILLIAMS, 2011). Forças e estruturas internacionais, como o comércio mundial de bens de conflito, as políticas extremamente polêmicas promovidas por instituições financeiras internacionais e a prática de adotar negócios internacionais com quase-Estados²⁶, aumentam o risco de guerra no continente africano (WILLIAMS, 2011). Além disso, as fronteiras relativamente porosas dos Estados evidentes em muitas zonas de guerra da África,

²⁵ As guerras modernas, cujas ascensão é explicada pela globalização e difusão dos estados falidos, não são mais travadas principalmente entre Estados e seus grandes e profissionais exércitos, mas envolvem uma série de atores não-estatais, nas quais grande parte da violência é dirigida contra civis. Além disso, elas são travadas em nome da política de identidade, sendo ela étnica, religiosa ou tribal (PILBEAM, 2015). Ou seja, elas são novas em termos de atores, objetivos, métodos e financiamentos. Muitos aspectos presentes nos conflitos na Nigéria abordados neste trabalho são característicos das novas guerras. Para aprofundar a leitura, ver: KALDOR, Mary. In *Defence of New Wars. Stability*, 2013, p. 1-16.

²⁶ Robert Jackson descreve os quase-Estados como entidades políticas as quais é concedido soberania jurídica, apesar da sua falta de legitimidade doméstica (JACKSON, 1990).

combinadas com a incapacidade de muitos regimes de efetivamente projetar poder sobre todo o seu território, significa que muitas vezes há relativamente poucos impedimentos para efeitos colaterais ou a interferência indesejada de poderes externos (WILLIAMS, 2011).

Essas forças externas impactam profundamente os países, sendo exemplo disso as pressões para implementação da agenda de reforma do mercado anti-Estado, promovida pelo FMI, Banco Mundial e outros doadores (OBI, 2009). Como visto no capítulo sobre globalização, o FMI compromete a soberania do Estado ao controlar sua economia e também sua política. A Nigéria tem um longo histórico de sucumbir e se impor ao FMI. No mandato de Babangida (1985-1993) o governo cedeu a um acordo proposto pela agência, levando à privatização de muitas empresas, o que permitiu a interferência estrangeira nos negócios nigerianos e o aumento da percepção de dependência de credores e financiadores ocidentais. Já nos governos de Abacha (1993-1998) e Obasanjo (1999-2007) houve o estabelecimento de medidas próprias para a recuperação da economia, justificadas pelo fato das medidas impostas pelo FMI não considerarem a realidade da Nigéria e a fim de evitar que a Nigéria tivesse uma imagem de nação disposta a comprometer sua soberania por ajuda ocidental (LEWIS, 2006; CASTELLS, 1999). Nos dois casos, no entanto, o declínio dos serviços públicos continuou e a qualidade de vida da população deteriorou.

Em um mundo cada vez mais globalizado, a corrida internacional para a exploração dos recursos da África tem se intensificado (OBI, 2009). Como a Nigéria é um ator muito importante no mercado mundial de energia, ela acaba atraindo a atenção e o interesse de muitos governos e empresas multinacionais. Os atores locais do país podem ser simultaneamente atores globais ao conectar redes globais ou usar tecnologia de informação e mídia global para influenciar mercados de petróleo, ao mesmo tempo que multinacionais petroleiras são domesticadas no contexto do delta do Níger, tomando decisões que afetam ou perturbem a vida local (OBI, 2009). Nesse caso e como visto anteriormente, a Nigéria abre mão de parte de sua soberania a favor das multinacionais petroleiras, visto que o país é extremamente dependente delas economicamente, de forma que o governo coloca as demandas das empresas estrangeiras antes das da população, contribuindo para a instabilidade do país. Ocorre um processo transnacional de extração e desapossamento (OBI, 2009).

Outro ator que emergiu e que será abordado mais profundamente na próxima seção é o grupo Boko Haram. Em agosto de 2014 o grupo proclamou um califado²⁷, com a cidade de

²⁷ O califado é um sistema de governo criado pelos seguidores do profeta Maomé, sendo o califa o seu sucessor como chefe da nação e líder da comunidade de muçulmanos, tendo ele o poder de aplicar a lei islâmica (sharia). (PRESSE, 2014)

Gwoza como sede, no nordeste da Nigéria. Além da cidade, o Boko Haram controla zonas inteiras dessa região do país, colocando em dúvida a extensão da soberania do país. Em resposta ao anúncio, no entanto, o porta-voz das Forças Armadas, Chris Olukolade, declarou que a soberania e a integridade territorial do Estado nigeriano permanecem intactas, o que não condiz com a realidade (PRESSE, 2014). Muitos dos insurgentes da África se tornaram transnacionais, utilizando território fora do seu Estado de destino para mobilizar e sustentar suas atividades (WILLIAMS, 2011). Algumas insurgências inclusive assumiram características de Estados em importantes aspectos, como por exemplo ao seus participantes terem controle físico de um território e de uma população; ao serem beneficiários de ajuda internacional, especialmente da distribuída por ONGs; e ao terem relações diplomáticas com Estados externos. Assim, atores não estatais as vezes possuíam mais dos atributos da soberania empírica do que os governos internacionalmente reconhecidos contra os quais lutavam (WILLIAMS, 2011).

Esses tipos de atores como o Boko Haram surgem, entre outros motivos, pela questão da autodeterminação mencionada anteriormente, como uma opção ao governo para garantir os direitos que esses falhavam em prover à população.

3.2.4 Etnia e religião

Nesta seção são analisadas em conjunto a etnia e a religião por apresentarem fatores semelhantes na forma como são exacerbadas pela globalização e se manifestam nos conflitos na África.

Identidades étnicas podem ser entendidas como um tipo de radar social, um dispositivo de percepção através do qual as pessoas veem onde elas estão em relação ao ambiente humano (HALE, 2004). Remontando à palavra grega para ‘nação’ – *ethnos* – etnia geralmente se refere a um grupo de pessoas que se percebem compartilhando certos pontos de referência étnicos, como descendência comum, história, destino e cultura, os quais geralmente indicam alguma mistura de linguagem, aparência física e o regulamento ritual da vida, especialmente a religião (HALE, 2004).

Como conceito relacional, o conteúdo substantivo de uma identidade étnica sempre se desenvolve em relação a um ‘outro’. Segundo Esman, etnia não tem significado a não ser em termos relacionais, sendo sempre necessário um ‘outro’. Quando não há um ‘outro’,

identidades e conflitos focam em grupos de parentesco, diferenças regionais ou interesses econômicos (ESMAN, 2004). A etnia dos grupos pode evidenciar e variar de acordo com as capacidades econômicas e políticas dos indivíduos, umas sendo compostas por pessoas economicamente mais poderosas e outras possuindo um grau maior de interação com o Estado. Como visto anteriormente, essa separação geralmente é um dos principais fatores que contribuem para a emergência de conflitos.

Na África pós-Guerra Fria, as identidades étnicas mais proeminentes têm suas raízes nos encontros modernos entre as fontes coloniais e locais. Enquanto que as potências coloniais rotineiramente exploravam os moradores locais, sua chegada também injetou novas fontes de riqueza e poder no continente, intensificando assim as lutas sociais que já estavam em curso por costume, poder e propriedade. Assim, enquanto eles tentavam se proteger contra os efeitos destrutivos do colonialismo, os africanos também lutavam para tirar proveito das novas oportunidades por ele proporcionado (WILLIAMS, 2011). É possível fazer uma relação desse aspecto com a atualidade, na qual grupos fundamentalistas desejam manter seus princípios e sua cultura em um cenário mundial cada vez mais interseccionado, mas desejam os benefícios trazidos pela globalização, como a tecnologia.

No que diz respeito à ocorrência de violência por motivos étnicos, há algo sobre a etnia que, sob as circunstâncias certas, gera violência organizada. Geralmente é a etnia somada a um mecanismo, fator, desenvolvimento, atributo ou tendência que pode explicar um surto de violência organizada, sendo esse fator adicional frequentemente elites manipulativas e algum tipo de crise econômica ou política, como uma queda acentuada nos preços de commodities ou o assassinato de uma importante figura política (WILLIAMS, 2011).

Alguns analistas argumentam que ela acontece quando elites sedentas de poder manipulam uma variedade de instituições, usando símbolos para evocar emoções de forma geral, para incentivar um medo generalizado de alguma outra etnia e criar incentivos para que o público tome medidas defensivas ostensivas a fim de afastar a origem da ameaça (WILLIAMS, 2011). Dessa forma, a etnia pode ser construída ou implantada estrategicamente por atores de modo a moldar os contornos da paisagem política, através da organização e financiamento de certos grupos étnicos. Nesse contexto, a maioria das pessoas comuns tentam permanecer neutras, o que geralmente se traduz em passividade em face das autoridades existentes (WILLIAMS, 2011). Há também uma neutralidade por parte de algumas pessoas diante dos grupos étnicos em conflito, cujas ações e/ou inações ajudam a facilitar, organizar e administrar os burocratas das atrocidades. Se ver diante de atrocidades cometidas pelos rebeldes e não fazer nada a respeito para ajudar os necessitados afetados pelo conflito, é tão

pior quanto se envolver diretamente no mesmo.

Segundo Williams, as guerras étnicas são geralmente resultado de lutas por poder político entre elites cujas ações não refletem simplesmente identidades étnicas estáticas, mas ao invés disso moldam as identidades e as consequências políticas que fluem a partir delas. No entanto, a construção de identidades étnicas específicas para apoiar agendas políticas particulares têm frequentemente sido um importante ingrediente das guerras na África, existindo uma conexão entre estratégias de regime e violência organizada (WILLIAMS, 2011).

Já um estudo recente, que afirma cobrir todos os grupos étnicos politicamente relevantes entre 1946 e 2005, concluiu que grupos étnicos são mais propensos a se rebelar quando mais representantes do mesmo grupo étnico são excluídos do poder do Estado, quando a capacidade de mobilização do grupo é alta e quando o grupo já experienciou conflito no passado, ou seja, etnia adicionada à marginalização, organização e um histórico de violência é uma importante parte da dinâmica que leva à erupção de guerras civis (CEDERMAN; WIMMER; MIN, 2010). Outros analistas notam que a combinação entre reivindicações étnicas e territoriais parece ser uma mistura particularmente explosiva para a ocorrência de um violento conflito étnico. Assim, e como já visto na seção sobre recursos, onde identidades étnicas são em parte baseadas em reivindicações do mesmo trecho de território, uma escalada violenta de suas disputas sobre direitos e autodeterminação é mais provável (WOLF, 2007).

Williams ainda identifica dois caminhos pelos quais enquadramentos particulares de identidades étnicas podem gerar violência: disputas inter- e intra-étnicas (WILLIAMS, 2011). As primeiras ocorrem quando o conflito armado toma a forma de um grupo étnico contra o outro, as variantes comuns dessa violência incluindo o dilema de segurança (onde a lógica do medo é primordial), preocupações de status (onde a lógica da injustiça compele grupos a se rebelarem), ambições hegemônicas (onde uma lógica de desprezo para com outros leva o grupo hegemônico a manter o domínio através de repressão violenta) e aspirações de elite (onde a etnia é utilizada pelas elites para manipular seguidores a se envolver em violência contra um inimigo externo percebido) (BYMAN, 2002). Já o segundo caminho envolve violência dentro de um mesmo grupo étnico, derivando o conflito armado de um desejo de purificar o grupo em questão em face de tentativas moderadas para degradá-lo (FEARON; LAITIN, 2000). Nesse caso, há uma luta política dentro do grupo étnico incumbente entre extremistas e moderados, cujo eixo podem incluir diferenças políticas, regionais, econômicas e religiosas (FEARON; LAITIN, 2000). Assim, o fato de habitantes compartilharem a mesma

etnia não é garantia de harmonia interna. Facções competem ainda pelo direito de controle das instituições e recursos coletivos do grupo, para falar com autoridade em seu nome e para representá-lo para pessoas de fora (ESMAN, 2004). Também é comum o conflito entre etnias que compartilham a mesma língua e religião e que possuem altos níveis de casamento entre si (WILLIAMS, 2011).

Segundo Collier e Hoeffler, as características sociais da África testemunharam a crescente tendência de conflito africano na década de 1990 como devido ao efeito contingente de circunstâncias econômicas em vez de profundos problemas da África em sua estrutura social (COLLIER; HOEFFLER, 2002). Ou seja, grande número de conflitos recentes em que é possível observar características étnicas, ocorre em razão das mesmas serem somadas a efeitos econômicos no continente. Além disso, acredita-se que as guerras étnicas tenham tido esse aumento na era pós-Guerra Fria em razão da periferia e a regionalização receberem mais atenção mundial

Crenças religiosas também desempenharam um importante papel em influenciar dinâmicas de grupo e comportamento individual e, no início do período do pós-Guerra Fria, a religião era frequentemente discutida como uma força ressurgente na política mundial (WILLIAMS, 2011). Como já mencionado no capítulo anterior, existe a tese de Samuel Huntington de que a história da humanidade é, em essência, um choque de civilizações recorrente em grande parte definido em termos de religião. Ele alega que civilizações são responsáveis por uma variedade de conflitos de linhas falhas na África, nos quais a identidade mais significativa para qualquer ser humano é quase sempre definida pela religião (HUNTINGTON, 1998). Seu trabalho faz parte de uma longa tradição que vê crenças, práticas e organizações religiosas como propensas à violência, tendo em vista que a religião é absolutista, divisiva e irracional (CAVANAGH, 2009). É absolutista em razão de ser relativamente fácil para os crentes que pensam saberem a verdade para reivindicar superioridade sobre, e assim sancionar a violência contra, os não-crentes que permanecem na ignorância; é divisiva porque incentiva um pensamento binário como por exemplo nós contra eles, o bem contra o mal, e, portanto, pode justificar uma luta total contra seus inimigos; e é insuficientemente racional na medida em que, uma vez que as crenças religiosas não podem ser provadas ou refutadas, não há nenhuma base racional em que as disputas podem ser resolvidas (CAVANAGH, 2009).

Williams conceitua religião como uma forma particular de sistema ou um sistema de crença, o componente chave que se relaciona com a fé em conexões entre o mundo material e um mundo invisível e espiritual (WILLIAMS, 2011). Diferentes crenças religiosas podem ser

interpretadas para justificar todos os tipos de comportamento, inclusive rancorosos atos de ódio, violência e opressão. Assim, a abertura da religião para a interpretação lhe dá uma qualidade variável que pode ser usada para legitimar a violência. Ressalta-se também que o processo através do qual organizações religiosas são formadas acaba envolvendo a política, podendo a relação entre organizações religiosas e estruturas de governança ajudar a explicar os altos riscos de conflitos armados em alguns casos africanos (WILLIAMS, 2011).

A religião é associada com os conflitos na medida que os meios através dos quais as pessoas pensam em todos os níveis sobre poder estão enraizados em ideologias religiosas (ELLIS, 1999). Mais particularmente, a religião contribui para a eclosão de conflitos quando grupos particularmente absolutistas e divisivos de elites políticas utilizam organizações religiosas para promover suas violentas agendas (WILLIAMS, 2011). Além disso, havendo diferentes interpretações de uma religião, sendo ela absolutista, o risco de confronto é também muito alto. Atores e instituições religiosas inclusive podem contribuir para a intensificação do conflito pela legitimação religiosa ou incitamento à violência (BASEDAU; DE JUAN, 2008).

Outro grande ponto de análise envolvendo os conflitos é como os grupos étnicos e religiosos atraem seguidores e o porquê de as pessoas seguirem os extremistas. Nesse caso, emoções como raiva, medo, ódio e amor são mais importantes do que cálculos racionais. O sentimento de pertencimento a um grupo com o qual se identifica etnicamente ou religiosamente é muito forte e algo pelo qual vale a pena lutar e cometer atrocidades, as pessoas encontrando para isso certos símbolos e vínculos particularmente evocativos. Além disso, as pessoas também são forçadas por seus líderes a participarem das guerras, já que caso se recusem, retaliações virão. Outro fator que contribui para maiores seguidores de grupos extremistas é que, através de financiamento internacional ou como visto anteriormente através da exploração de recursos, eles acabam provendo as necessidades básicas para os marginalizados pelo Estado.

Como já visto, da mesma forma que o colonialismo encorajou os africanos a pensarem etnicamente e religiosamente, a globalização e sua tendência de homogeneização exacerbaram uma necessidade de reafirmação dos valores e identidades. As tensões étnicas, nacionalistas e religiosas constituem uma reação às dinâmicas da globalização, à medida que aqueles que se sentem excluídos e alienados do, ou até mesmo ameaçados pelo, projeto modernizante e universalizante – e muitas vezes ocidentalizante – da globalização respondem ao mesmo ao procurar por segurança nas identidades enraizadas na tradição e no passado, ou seja, no fundamentalismo (PILBEAM, 2015). A África, um continente com fortes tradições e crenças, foi responsável por 47% dos conflitos étnicos do mundo em seu pico em 2001 e 2002

(WILLIAMS, 2011).

Na Nigéria, é comum o conflito entre muçulmanos e cristãos, tendo ele se intensificado e aumentando a violência depois de 1999, na sequência da decisão por doze estados do norte de impor a lei Sharia²⁸ para seus códigos penais. Na maioria dos casos essa decisão foi instigada por políticos locais a fim de reforçar sua popularidade com populações predominantemente muçulmanas. Juntamente com o movimento subsequente de não-muçulmanos fora desses estados, confrontos violentos começaram a emergir ao longo dos anos seguintes em uma variedade de cidades. Esses motins e as represálias subsequentes causaram um grande número de fatalidades à medida que indivíduos eram alvo por causa de sua filiação religiosa (WILLIAMS, 2011).

No que diz respeito à instituição da lei Sharia nos estados do norte da Nigéria, recebeu atenção internacional e provocou agitação civil os casos de Safiyatu Husaini e Amina Lawal em 2002 que foram sentenciadas à morte por apedrejamento por terem tido filhos fora do casamento. A primeira ganhou um recurso e foi absolvida das acusações e a segunda teve a condenação anulada. No entanto, muitas mulheres são condenadas também injustamente e não escapam das severas penalidades impostas pela lei Sharia. O aumento de tensões no norte da Nigéria se deu à medida que os cristãos criticaram a crueldade da lei enquanto muçulmanos argumentaram que os novos códigos legais trouxeram reduções significantes nas taxas de criminalidade (FALOLA; HEATON, 2008).

Assim, uma situação bastante latente na Nigéria e que tem sido causa de regulares enfrentamentos entre as populações cristãs e muçulmanas diz respeito à pressão para que o governo nigeriano adere mais a normas mais islâmicas de governação contra a prevenção de uma islamização da Nigéria. A politização da religião que ocorre quando organizações da sociedade civil muçulmanas e cristãs discordam sobre as políticas do governo intensifica as tensões entre as religiões, o que ocasiona o aumento de ocorrência de violência. Um exemplo disso ocorreu no governo de Babangida em 1986, quando ele tornou a Nigéria um membro oficial da Organização da Conferência Islâmica, o que provocou a fúria e a oposição ao seu regime na comunidade cristã nigeriana (FALOLA; HEATON, 2008).

As causas da violência, no entanto, eram mais estreitamente relacionadas com outros ingredientes, tais como os legados históricos da migração relacionada com a mineração e a

²⁸ A lei Sharia deriva dos ensinamentos do Corão e da Sunna (a prática do profeta Maomé). Ela denota um modo de vida islâmico que é mais do que um sistema de justiça criminal. A Sharia é um código religioso baseado no qual se vive. Dentro da lei Sharia, há um conjunto específico de crimes conhecidos como os delitos Hadd, para os quais existem penalidades específicas, na maioria das vezes extremas e severas, como apedrejamento para adultério e amputação para roubo (STEINER, 2002).

colonização na região; controle sobre trabalhos do governo e instituições, que têm sido cruciais para a alocação de recursos do Estado, especialmente aqueles das receitas de petróleo; concorrência feroz por empregos e acesso a instituições de ensino superior; e a manipulação deliberada das identidades étnicas e religiosas por políticos locais e outros líderes comunitários. As difíceis condições socioeconômicas são de grande importância na injustiça sentida pelos participantes na violência (WILLIAMS, 2011). Como coloca a Human Rights Watch,

As poverty and unemployment have both become more widespread and sever in Nigeria, competition for scarce opportunities to secure government jobs, education, and political patronage has intensified dramatically. Religious, political, and ethnic disputes often serve as mere proxies for the severe economic pressures that lie beneath the surface²⁹. (HRW, 2009, p. 3)

Além dos grupos já mencionados anteriormente, como o Conselho de Juventude Ijaw e Movimento para a Emancipação do Delta do Níger, outro grupo que tem recebido atenção nacional e internacional é o Boko Haram, fundado por Mohammed Yusuf em 2002 na cidade de Maiduguri, o qual pregava a criação de uma república islâmica integrista no norte da Nigéria e a ruptura completa com a cultura ocidental, a qual seria a fonte de todos os males sofridos pelo país (PÚBLICO, 2014).

O grupo promove uma versão do Islã que torna proibido que muçulmanos participem em qualquer atividade política ou social associada com a sociedade ocidental, cuja presença – não só dela, mas todas as culturas têm se propagado para todos os cantos – tem se intensificado ao redor do mundo com o processo de globalização. A tradução do nome do grupo, dado pela população local, da língua Hausa, Boko Haram, significa justamente isso: a educação ocidental é proibida. Seus integrantes, no entanto, preferem que o grupo seja chamado de Jama'atu Ahlis Lidda'awati wal-Jihad, que em árabe significa “pessoas comprometidas com a propagação dos ensinamentos do profeta e jihad”. Essa resistência à educação ocidental é evidente nos muçulmanos da região desde quando o califado de Sokoto, que governava partes do que agora é o norte da Nigéria, Níger e o sul de Camarões, caiu sob o controle britânico em 1903, o grupo possuindo assim parte do apoio da população local. O Boko Haram inicialmente era focado em se opor à educação ocidental, no entanto, tem como objetivo político também criar um Estado islâmico, já que considera o Estado nigeriano como

²⁹ [tradução nossa] Ao a pobreza e o desemprego se tornarem mais difundidos e graves na Nigéria, a concorrência para oportunidades escassas para garantir empregos no governo, educação e clientelismo político se intensificou dramaticamente. Disputas religiosas, políticas e étnicas muitas vezes servem como meras desculpas para as graves pressões econômicas que se encontram abaixo da superfície.

sendo governado por não-crentes mesmo quando o país teve um presidente muçulmano, ampliando também sua campanha militar visando Estados vizinhos, o que é facilitado pelas fronteiras porosas (CHOTHIA, 2015). Acredita-se que o grupo tem se financiado principalmente através de resgates de sequestros, assaltos a bancos e outras atividades ilegais (SMITH, 2014).

Quando da morte de Yusuf sob a custódia da polícia em 2009, o grupo se manteve fora dos holofotes por cerca de um ano, as forças de segurança da Nigéria declarando assim o Boko Haram como extinto, mas ele reemergiu em 2010 quando iniciou sua rebelião mais intensa a fim de criar um Estado islâmico. Os insurgentes se reagruparam sob o líder Abubakar Shekau e intensificaram sua insurreição, que é exacerbada pela pobreza, desesperança e desemprego no norte da Nigéria, lançando ataques em massa contra aldeias e cidades, saqueando, matando e sequestrando mulheres e crianças e recrutando homens e meninos para o seu exército. O Boko Haram foi designado como um grupo terrorista pelos EUA em 2013 em meio a temores de que ele tinha desenvolvido ligações com outros grupos militantes, como a Al-Qaeda, para travar uma jihad³⁰ global. Em meio à crescente preocupação com a escalada de violência, o então presidente Goodluck Jonathan declarou estado de emergência em maio de 2013 em três estados no norte da Nigéria onde a presença do Boko Haram era mais forte: Borno, Yobe e Adamawa (CHOTHIA, 2015). Segundo Roman Loimeier, pesquisador de etnologia da Universidade de Göttingen, na Alemanha, o Boko Haram alcançou um novo patamar em suas ações terroristas: ao ficarem sob pressão, de 2013 para cá, começaram a agir contra a população civil muçulmana, a fim de amedrontá-la e força-la a não colaborar com as autoridades (MELITO, 2015). Assim, mesmo para a maioria muçulmana do norte do país, o grupo é considerado radical, não representando para eles o Islã (FREITAS, 2015).

A violência do grupo tem sido respondida com mais violência pelo exército, resultando em acusações generalizadas de violações dos direitos humanos, incluindo detenções indiscriminadas, assassinatos extrajudiciais e queima de casas (SMITH, 2014). Todo esse cenário tem intensificado a insegurança humana no país, ao desalojar famílias em todo o nordeste do país e inseri-las no grande grupo de refugiados. Estima-se que o Boko Haram tenha causado, nos últimos 5 anos, cerca de 13 mil mortos – sendo 10 mil apenas em 2014 – e 1,5 milhões de refugiados (MELITO, 2015).

³⁰ Jihad em árabe significa 'esforço' ou 'luta'. No Islã, poderia ser a luta interna de um indivíduo contra instintos mais básicos, a luta para construir uma boa sociedade muçulmana ou uma guerra pela fé contra os incrédulos (BBC NEWS, 2014).

O líder do Boko Haram, Abubakar Shekau declarou apoio ao líder do Estado Islâmico, Abu Bakr al-Baghdadi, quando este se autoproclamou ‘califa’ e ‘líder dos muçulmanos em todo o mundo’, se posicionando assim contra a Al-Qaeda (PRESSE, 2014). O Estado Islâmico aceitou seu compromisso, nomeando o território sob controle do Boko Haram como o Estado Islâmico da Província do Oeste da África e como parte do califado mundial que estava tentando estabelecer. Em março de 2015, no entanto, o grupo perdeu todas as cidades sob o seu comando quando uma coalizão regional, composta por tropas da Nigéria, Camarões, Chade e Níger, foi formada para lutar contra eles. É muito cedo, no entanto, para declarar o fim do grupo. As ameaças que o Boko Haram apresenta desaparecerão somente se o governo da Nigéria conseguir reduzir a pobreza crônica da região e construir um sistema de educação que ganhe o apoio dos muçulmanos locais (CHOTHIA, 2015).

A premissa do grupo de se assumir como uma organização contra a educação ocidental foi usada também como argumento para o sequestro de 276 estudantes entre 16 e 18 anos de uma escola cristã no estado de Borno em abril de 2014, das quais 57 conseguiram fugir na mesma noite. O episódio atraiu para o grupo condenação internacional e desencadeou a campanha no Twitter #BringBackOurGirls (‘tragam de volta nossas meninas’), que sensibilizou e captou a atenção para a situação do país de pessoas ao redor de todo o mundo. Por anos, o grupo já vinha sequestrando jovens mulheres e meninas em todo o Estado, estuprando-as, forçando-as a se casar e a trabalhar como escravas. Nenhuma das 219 estudantes mantidas em cativeiro foram libertadas até hoje (HAMMER, 2015).

3.2.5 Conclusão da seção

De modo geral, após décadas de agitação social, governança opressiva e marginalização, os conflitos na África e no mundo todo aumentaram no pós-Guerra Fria em razão da maior intensidade da globalização. Os novos instrumentos de comunicação disseminados por ela permitiram um despertar do espírito crítico nas pessoas, à medida que elas agora tinham com o que comparar a sua situação e a do seu país – o mundo –, além de terem um maior conhecimento sobre os seus direitos como cidadão e humano. Esse espírito crítico “surge das condições miseráveis de vida material, do desemprego dos jovens, de decepções econômicas e políticas, da busca de um pensamento livre” (ROCHE, 2012, p. 48). A violência, nesse contexto, surge como um meio para acumular riqueza, poder e prestígio.

Todos esses princípios da conflitualidade africana dependem do contexto político – apesar de serem considerações econômicas que muitas vezes moldam os cálculos e comportamentos dos partidos para um conflito – e estão interligados, não sendo assim possível classificar uma guerra como sendo econômica, política, de recursos, étnica ou religiosa. A causa disso são as relações dos Estados e sociedades mais emaranhadas e transnacionalizadas de hoje. As guerras são sistemas sociais complexos, não são eventos isolados e envolvem múltiplas causas, as quais podem ser combinadas em uma variedade de formas diferentes (WILLIAMS, 2011). Política, economia e cultura não são aspectos isolados de uma sociedade; elas se influenciam e misturam de formas que as vezes é indiscernível (FALOLA; HEATON, 2008).

O ambiente de pobreza e desigualdade presente na maior parte do continente africano, exacerbados pela globalização e sua lenta resposta aos problemas dos países subdesenvolvidos – o que é irônico, tendo em vista que uma de suas características é a rapidez com que dissemina os processos –, é um fator presente em todas os conflitos na África. Mais especificamente, foi possível observar inúmeras consequências para a segurança humana nos estudos de caso da Nigéria apresentados.

Apesar das forças globais estarem de tal forma presentes nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais de um país, de forma que seria impossível neste trabalho abordar todas as conexões existentes entre eles, especialmente ao analisar um país com tantos problemas como a Nigéria, espera-se que os casos abordados possam iluminar como a globalização afeta os aspectos que, em determinadas situações, levam ao conflito e à maior insegurança humana.

3.3 A globalização na Nigéria e a consequente insegurança humana

Um dos problemas mais desafiadores que pode ser tanto a causa como consequência dos tipos modernos de conflito é o dos Estados falidos (PILBEAM, 2015). A globalização tem criado circunstâncias nas quais Estados enfrentam desafios significativos para a sua autoridade e legitimidade, que podem estar enfraquecendo em graus variáveis à medida que são incapazes de garantir ordem e estabilidade social. Uma das mais conhecidas fontes para a medição da falha de um Estado é um relatório anual do Fund for Peace (Fundo para a Paz) criado em 2005, uma organização sem fins lucrativos com sede em Washington DC,

inicialmente chamado de Failed States Index (Índice de Estados Falidos) e a partir de 2014 denominado Fragile States Index (FSI) (Índice de Estados Frágeis) (PILBEAM, 2015). A organização Fund for Peace define um Estado falido de tal forma:

A state that is failing has several attributes. One of the most common is the loss of physical control of its territory or a monopoly on the legitimate use of force. Other attributes of state failure include the erosion of legitimate authority to make collective decisions, an inability to provide reasonable public services, and the inability to interact with other states as a full member of the international community³¹. (PILBEAM, 2015, p. 113)

Ou seja, um Estado vai falir em circunstâncias nas quais deixa de cumprir as funções essenciais que são esperadas dele (PILBEAM, 2015). Dessa forma, o FSI inclui vários elementos para medir a vulnerabilidade de um Estado para falir. São 12 indicadores usados para a medição, englobando características sociais, econômicas, políticas e militares: crescentes pressões demográficas; movimento maciço de refugiados ou de pessoas deslocadas internamente; legado de ressentimento de grupos que buscam vingança; fuga humana crônica e sustentada; desenvolvimento econômico desigual entre grupos; declínio econômico grave e/ou acentuado; criminalização e/ou deslegitimação do Estado; deterioração progressiva dos serviços públicos; suspensão ou aplicação arbitrária do Estado do Direito e generalizado abuso de direitos humanos; o aparelho de segurança funciona como ‘um Estado dentro de um Estado; ascensão de elites faccionadas; e intervenção de outros Estados ou atores políticos externos. Para esses indicadores é dado uma pontuação de 1 a 10, baseada em uma grande quantidade de dados (incluindo de jornais, discursos e de relatórios governamentais e não-governamentais), sendo 1 mais estável e 10 menos estável. Somados, eles resultam na classificação do país, sendo aqueles com a maior pontuação mais propensos à falência do Estado (FFP, 2015). A figura 5 demonstra a fragilidade no mundo em 2015, estando os países em tom avermelhado em alerta muito alto e sendo os países em tom azulado muito sustentáveis.

³¹ [tradução nossa] Um Estado que está falhando tem muitos atributos. Um dos mais comuns é a perda de controle físico do seu território ou o monopólio do uso legítimo da força. Outros atributos da falência do Estado incluem a erosão da autoridade legítima para tomar decisões coletivas, uma incapacidade de fornecer serviços públicos razoáveis, e a incapacidade de interagir com outros Estados como um membro pleno da comunidade internacional.

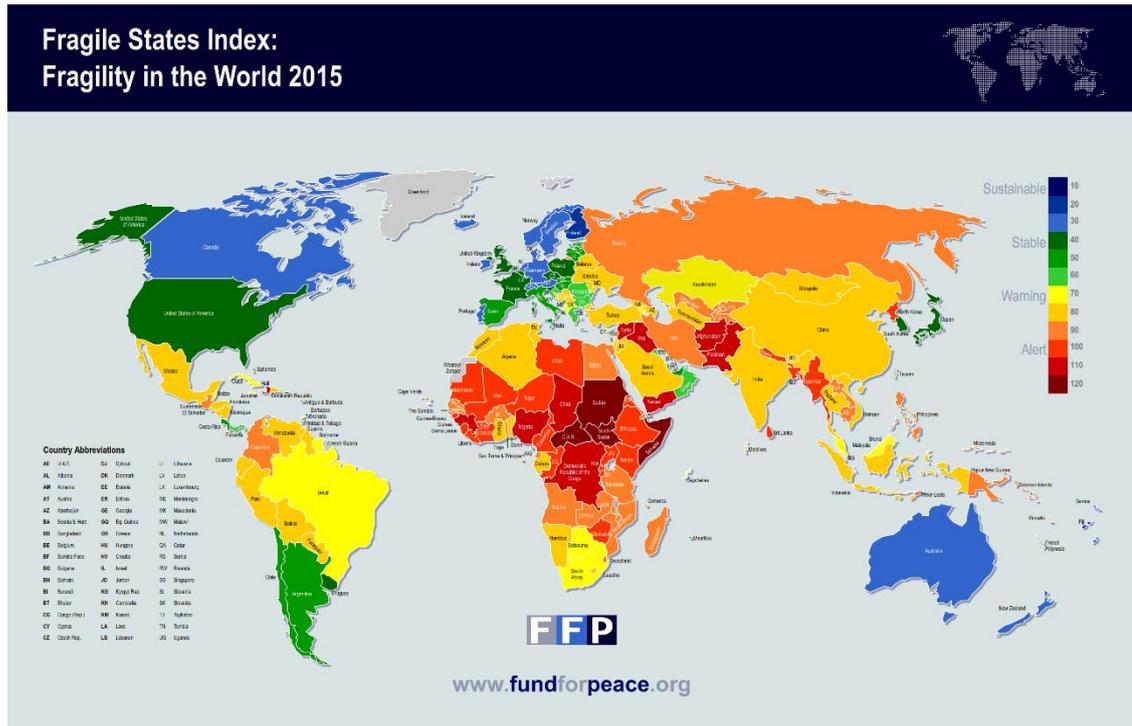


Figura 5 – Índice dos Estados Frágeis: Fragilidade no mundo 2015

Fonte: Fund For Peace, 2015

Como é possível observar, as nações africanas preenchem um número desproporcional de primeiros lugares do índice, existindo inúmeras razões para isso, entre elas o impacto negativo da liberalização econômica e desregulação e os legados do colonialismo, como a criação artificial das fronteiras, ou seja, é possível observar o papel da globalização em enfraquecer os Estados a partir de muitos desses indicadores (PILBEAM, 2015). Durante o período de 1955-2009, aproximadamente 40% de todos os eventos globais de falha de Estado ocorreram na África (WILLIAMS, 2011). Nesse ranking, a Nigéria se encontra na 14ª posição de 178 países, somando 102.4 pontos de um total de 120 pontos, sendo de grande relevância especialmente os indicadores que dizem respeito ao ressentimento de grupos, ao aparelho de segurança e à ascensão de elites facionadas (FFP, 2015).

A falência do Estado tem muitas implicações. Infelizmente, ela geralmente significa grande sofrimento para as pessoas que vivem lá. Significa um fracasso não só de garantir a segurança em um sentido tradicional, mas também de atender as necessidades para a segurança humana (PILBEAM, 2015). A fome, a doença e a insegurança econômica sempre representaram uma maior ameaça do que a guerra e o terrorismo para a maioria dos habitantes da África, o que demonstra como as prioridades da segurança tradicional não são suficientes

para explicar as preocupações dos africanos (HOUGH, 2015).

Outro índice de extrema importância é o Human Development Index (Índice de Desenvolvimento Humano) criado pelo United Nations Development Programme (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), para classificar o progresso de um país. Esse índice combina a renda, expectativa de vida e nível de escolaridade para criar um quadro mais minucioso para saber se a riqueza de um Estado está sendo utilizada para o benefício do seu povo. Nesse índice, a Nigéria se encontra na 152ª posição de um total de 187 países, na categoria de baixo desenvolvimento humano, o que, sendo a Nigéria a maior economia africana, demonstra que é preciso muito mais do dinheiro para alcançar a segurança humana (UNDP, 2014). Nela, poderia haver uma mudança extrema se a corrupção e a falta de instituições fortes fossem erradicadas do país, alocando a riqueza para o desenvolvimento de outros setores.

Enquanto o ritmo de crescimento da Nigéria é maior que 6% desde 2006, a taxa de desemprego está acima dos 20% e cerca de 60% da população vivem com menos de \$1 por dia, o que evidencia o país de extremos, definido pelo economista Jim O'Neill, que é a Nigéria. Esse mesmo economista, responsável pela criação do termo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), criou em 2013 a expressão MINT (México, Indonésia, Nigéria e Turquia) para fazer referência ao que acredita serem as próximas economias emergentes. A infraestrutura do país é extremamente problemática, assim como a segurança, a educação e a saúde (CARNEIRO, 2014). Destaca-se o número de pessoas vivendo com HIV/AIDS no país, cerca de 3.200 milhões (2º no ranking mundial), e a mortalidade por essas mesmas doenças, 174.300 em um ano, ocupando o 1º lugar no ranking mundial (WFB, 2014).

A África subsaariana não foi englobada pela globalização. A maioria da África tem sido incapaz de realizar o seu potencial, desenvolver e retirar sua população da pobreza e vulnerabilidade devido à persistência de interesses econômicos globais (HOUGH, 2015). Apesar da sua riqueza, a Nigéria continua a combater graves problemas políticos, econômicos e sociais que estão profundamente enraizados na história única e complexa do país (FALOLA; HEATON, 2008).

CONCLUSÃO

A globalização, que originalmente levava a ideia da propagação do desenvolvimento para todas as regiões do mundo através da tecnologia e da ciência, está aumentando a

desigualdade entre as regiões, países e classes sociais. As oportunidades e recompensas estão sendo cada vez mais distribuídas desigualmente, concentrando o poder e a riqueza em um pequeno grupo de pessoas, nações e corporações.

Neste trabalho foi visto como a globalização, desde os seus primeiros tempos, contribuiu para a disposição do atual cenário internacional ao facilitar a colonização e exploração dos continentes pelos europeus, o que se constituiu como uma barreira para o desenvolvimento e modernização dessas nações, isolando-as do mundo desenvolvido. Esses países, dessa forma, foram inseridos no processo de globalização já em desvantagem em relação aos países desenvolvidos.

Dessa mesma forma, o capitalismo e sua divisão de trabalho que acompanharam a difusão da globalização também contribuíram e contribuem até hoje para a presente situação de subdesenvolvimento de alguns países e de suas populações, através da incessante busca por lucro às custas de e não englobando os marginalizados do processo de globalização. Instituições como o FMI têm imposto e influenciado esses países a adotarem medidas tanto econômicas como políticas, aos quais, em situações emergenciais, não resta nenhuma alternativa a não ser se submeter aos interesses dessas organizações e dos mais ricos e poderosos. Dessa forma, a economia capitalista global, através do tratamento desigual no comércio internacional, gera uma desvantagem estrutural para os Estados menos desenvolvidos, marginalizando-os ainda mais social e economicamente. Isso, inevitavelmente, enfraquece a segurança humana e contribui para a sua instabilidade sócio-política doméstica. Conclui-se que é a localização hierárquica na divisão do trabalho mundial de um país que determina o seu nível de desenvolvimento.

O desenvolvimento do conceito de segurança humana, a partir da década de 1980 e mais fortemente na década de 1990, contribuiu de tal forma para a compreensão das consequências negativas da globalização à medida que chamou a atenção para assuntos antes em segundo plano ao tornar o indivíduo o objeto de referência dos estudos de segurança internacional, por exemplo. Sendo a globalização capaz de proporcionar um desenvolvimento humano capaz de proteger as pessoas das ameaças crônicas e de guerra, ela é indispensável ao se abordar as problemáticas da segurança humana presentes ao redor do mundo. Como visto, ao mesmo tempo em que havia a otimista previsão inicial da globalização de promover o desenvolvimento do mundo, de forma geral, a segurança humana, hoje, é comprometida por uma variedade de processos globais que a acompanham, como as medidas neoliberais, o esgotamento de recursos renováveis e a maior desigualdade.

O continente africano demonstra todos esses aspectos ao ter sido expropriado de suas

riquezas, que poderiam ter feito do mesmo uma grande potência, e da sua gente pelo tráfico de escravos, e ao ser dividido em territórios negligenciando os povos que ali viviam na época da colonização. Até hoje a África se encontra sob o controle das grandes potências, organizações e corporações mundiais, submetendo-se aos interesses econômicos das mesmas para não acabarem em situação pior, sendo forçadamente incluídos ao circuito global.

Como demonstrado através do estudo de caso, a Nigéria, apesar de ser a maior economia da África, apresenta muitos conflitos internos influenciados pela globalização que tem impactos diretos na segurança humana da sua população, tanto através das mortes como dos impactos dos mesmos na sociedade, comprometendo serviços públicos e infraestruturas, gerando fome, pobreza e refugiados, e propagando doenças. As maiores reivindicações por uma transição para a democracia de regimes neopatrimoniais e por maior representatividade e igualdade de direitos como consequência do maior acesso à tecnologia e das informações que ela proporciona, foram acompanhadas na Nigéria por vários regimes militares autoritários, corruptos e violentos até que fosse possível ver uma evolução em 1999 com a volta a um regime civil. Até hoje, no entanto, é posto em dúvida a extensão da democracia no país, cujos governos são constantemente acusados de corrupção e negligência com a população.

Ao mesmo tempo da conturbada transição para a democracia, era latente o conflito na região do delta do Níger, a mais rica em petróleo do país, onde minorias étnicas reivindicavam por maior autonomia local, uma maior parte da distribuição das receitas do petróleo e compensações por danos infligidos no território. As grandes corporações transnacionais, que se instalaram no país à medida que o capitalismo e o liberalismo eram adotados pelos países e submeteram o governo nigeriano aos seus interesses à medida que o mesmo é extremamente dependente das receitas petrolíferas, têm deixado a população da região marginalizada às recompensas pelo petróleo extraído dali e comprometido o meio ambiente, essencial para a agricultura – base das atividades econômicas dos grupos –, fatos que levaram a população à pegar em armas a fim de suas reclamações serem ouvidas, o que tem levado a péssimas consequências para a segurança humana.

Enquanto isso, a soberania não só da Nigéria, mas de todos os países do mundo têm sido cada vez mais comprometida à medida que novos atores internacionais surgem no cenário nacional e internacional, consequência da capacidade da globalização tanto de difusão como de desterritorialização ao deixar as fronteiras mais porosas. A Nigéria ao longo de sua história tem apresentado uma relação conturbada com o FMI, um desses atores internacionais, ao se afastar da mesma alegando ser contra sua submissão e contra delegar parte da sua soberania à essa organização, mas por vezes cedendo às imposições da mesma. O país, no

entanto, acaba por ceder mesmo assim parte da sua soberania ao se submeter ao grande grupo de multinacionais petrolíferas instaladas no país, mais especificamente na região do delta do Níger, por ser, como já mencionado, tão dependente delas economicamente, colocando as demandas das mesmas sobre o bem-estar da população, deixando-a mais marginalizada política, econômica e socialmente, ou seja, deixando-a na situação degradante em que ela já se encontra.

Já no que diz respeito à etnia e religião, aspectos enraizados profundamente no país, a Nigéria apresenta conflitos tanto entre cristãos e muçulmanos, as duas grandes maiorias religiosas, a respeito da adoção por alguns estados da lei islâmica Sharia, como entre o grupo islâmico de maior destaque nacional e de cada vez maior importância internacionalmente Boko Haram e o governo nigeriano. O grupo extremista prega a ruptura completa com a cultura ocidental, a qual têm se espalhado com a globalização como um modelo a ser seguido pelo resto do mundo, e em justificativa a isso tem lançado ataques, saqueando, matando e sequestrando para seus propósitos, recebendo a reprovação até mesmo da população muçulmana.

Como é possível observar durante a leitura do presente trabalho, a globalização exerce efeitos sobre muitos diferentes aspectos de variadas maneiras, que ao se conectarem – outra característica globalizante – contribuem para a eclosão de conflitos e para a deterioração da segurança humana, de certa forma impedindo que os processos globais tenham os efeitos positivos que podem de fato produzir. Assim, que a globalização não tem exercido todo o seu potencial inicialmente apresentado ao gerar melhoras insuficientes não condizentes com o mesmo e tem aumentado a desigualdade no mundo não restam dúvidas. Para futuras pesquisas restam ser abordadas soluções para que se atinja a capacidade máxima da globalização e para que suas oportunidades sejam distribuídas mais igualmente a fim de alcançar todas as regiões. Um início para tal pesquisa poderia se dar com Peter Singer, sua política para consertar o mundo e seu conceito de utilitarismo baseado na ideia de que as pessoas que convivem com o excedente têm uma obrigação moral em ajudar aqueles que vivem com necessidades.

REFERÊNCIAS

- AHMED, Nafeez Mosaddeq. **The globalization of insecurity: how the international economic order undermines human and national security on a world scale**. *Historia Actual Online*, n. 5, Outubro 2004, p. 113-126.
- ALAO, Abiodun. **Natural Resources and Conflict in Africa**. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2007.
- ALBROW, Martin. 1990. **Globalization, Knowledge and Society**. Londres: Sage Publications, p. 3-13.
- ALCOFORADO, Fernando Antonio Gonçalves. 2003. **A globalização da economia mundial**. In: Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia. Universitat de Barcelona.
- ANNAN, Kofi. **Secretary-General Salutes International Workshop On Human Security In Mongolia**. Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2000/20000508.sgsm7382.doc.html>>. Acessado em: 11 de setembro de 2015.
- ARAVENA, Francisco Rojas. **Seguridad Humana: Concepto emergente de la seguridad del siglo XXI**. IN: ARAVENA, Francisco Rojas. GOUCHA, Moufida (eds). *Seguridad Humana, Prevención de Conflictos y Paz em América Latina y el Caribe*. Santiago, Chile: Flacso-Chile/UNESCO, 2002.
- ARMIÑO, Karlos Pérez. **El concepto y el uso de la seguridad humana: análisis crítico de sus potencialidades y riesgos**. *Revista CIBOD d'Afers Internacionals*, nº 76, dez 2006-jan 2007, p. 59-77.
- ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century**. Verso, 2010.
- BARKAWI, Tarak. **Globalization and War**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2006.
- BASEDAU, Matthias; DE JUAN, Alexander. **The 'Ambivalence of the Sacred' in Africa: The Impact of Religion on Peace and Conflict in Sub-Saharan Africa**. Hamburg: GIGA Working Paper No. 70, 2008.
- BATES, Robert H. **When Things Fell Apart: State Failure in Late-Century Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BATTERSBY, P.; SIRACUSA, J. M. **Globalization and Human Security**. Nova York: Rowman and Littlefield Publishers, 2009.
- BBC NEWS. **What is jihadism?** BBC, 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-30411519>>. Acessado em: 16 de outubro de 2015.

BEKOE, Dorina. **Strategies for Peace in the Niger Delta**. United States Institute Of Peace, 2005. Disponível em: <<http://www.usip.org/publications/strategies-peace-in-the-niger-delta>>. Acessado em: 14 de outubro de 2015.

BERGESEN, Albert. 1982. **The Emerging Science of the World-System**. International Social Science Journal, vol. XXXIV, nº 1, Unesco, p. 23-36.

BOAS, Morten. **Marginalized youth**. In: BOAS, Morten; DUNN, Kevin C. (eds), African Guerrillas. Boulder, CO: Lynne Rienner, 2007.

BOAS, Morten; DUNN, Kevin C. **African guerrilla politics**. In: BOAS, Morten; DUNN, Kevin C. (eds), African Guerrillas. Boulder, CO: Lynne Rienner, 2007.

BOOTH, Ken. **Strategy and Emancipation**. Review of International Studies, v. 17, n. 4, 1991, p. 313-26.

BRATTON, Michael; VAN DE WALLE, Nicolas. **Democratic Experiments in Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

BRATTON, Michael; VAN DE WALLE, Nicolas. **Neopatrimonial regimes and political transitions in Africa**. World Politics, 46/4, 1994, p. 453-489.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era**. Londres: Harvester Wheatsheaf, 2ª edição, 1991.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear: The National Security Problem in International Relations**. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1983.

BUZAN, Barry; WAEVER, Oli; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

BYMAN, Daniel. **Keeping the peace: Lasting Solutions to Ethnic Conflict**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2002.

CAMILLERI, Joseph A.; FALK, Jim. 1992. **The End of Sovereignty?** Inglaterra: Edward Elgar Publishing.

CARNEIRO, Lucianne. **Nigéria é a maior economia da África, mas vive caos social**. O Globo, 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/nigeria-a-maior-economia-da-africa-mas-vive-caos-social-12521128>>. Acessado em: 19 de outubro de 2015.

CASTELLS, Manuel. **Nigéria: petróleo, etnia e predação militar**. In: CASTELLS, Manuel. Fim de Milênio – Tempo de Mudança. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVANAGH, William T. **The Myth of Religious Violence**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CEDERMAN, Lars-Erik; WIMMER, Andreas; MIN, Brian. **Why do ethnic groups rebel?** World Politics, 62/1, 2010, p. 87-119.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Nigeria**. World Fact Book, s/d.

CHABAL, Patrick; DALOZ, Jean-Pascal. **Africa Works**. Oxford: James Currey, 1998.

CHOTHIA, Farouk. **Who are Nigeria's Boko Haram Islamists?** BBC Africa, 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-13809501>>. Acessado em: 16 de outubro de 2015.

CLAPHAM, Christopher. **Introduction**. In: CLAPHAM, Christopher (eds), **African Guerrillas**. Oxford: James Currey, 1998.

CLAPHAM, Christopher. **The political economy of African population change**. *Population and Development Review*, 32, 2006, p. 96-114.

CLAPHAM, Christopher. **Third World Politics: An Introduction**. Abingdon: Routledge, 1985.

COLLIER, Paul; HOFFLER, Anke. **Greed and grievance in civil war**. *Oxford Economic Papers*, 56/4, 2004, p. 563-595.

COLLIER, Paul; HOFFLER, Anke. **On the incidence of civil war in Africa**. *Journal of Conflict Resolution*, 46/1, 2002, p. 13-28.

COMMISSION ON HUMAN SECURITY. **Human Security Now: Protecting and Empowering People**. Nova York: United Nations, 2003.

CRAVO, Teresa de Almeida. **O Conceito de Segurança Humana: Indícios de uma mudança paradigmática?** In: NASSER, Reginaldo (org.). **Os Conflitos Internacionais em múltiplas dimensões**. São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação, 2009.

DANFULANI, Umar Habilar Dadem; FWATSHAK, Sati U. **Briefing: the September 2001 events in Jos, Nigeria**. *African Affairs*, 101, 2002, p. 243-255.

DIAS, Tatiana Silva de Almeida. **O Choque de Civilizações na Política Internacional Contemporânea**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1122/1/2008_TatianaSilvaAlmeidaDias.pdf>. Acessado em: 20 de outubro de 2015.

DOWDEN, Richard. **Africa**. Londres: Portobello Books, 2008.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. **A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina**. S/d.

ELBE, Stefan. **HIV/AIDS and the Changing Landscape of War in Africa**. *International Security*, v. 24, n. 2, 2003, p. 159-77.

ELBE, Stefan. **Should HIV/AIDS be Securitized? The Ethical Dilemmas of Linking HIV/AIDS and Security**. *International Studies Quarterly*, v. 50, n. 1, 2006, p. 119-44.

ELLIS, Stephen. **The Mask of Anarchy: The Destruction of Liberia and the Religious Dimension of an African Civil War**. Londres: Hurst, 1999.

- ENGLEBERT, Pierre. **Africa: Unity, Sovereignty and Sorrow**. Boulder, CO: Lynne Rienner, 2009.
- ERDMANN, Gero; ENGEL, Ulf. **Neopatrimonialism reconsidered**. *Commonwealth & Comparative Politics*, 45/1, 2007, p. 95-119.
- ESMAN, Milton J. **An Introduction to Ethnic Conflict**. Cambridge: Polity, 2004.
- FALETTO, Enzo. **Burocracia y Estado em América Latina**. Santiago: Programa Flacso, n° 14, 1981.
- FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew M. **A History of Nigeria**. Cambridge University Press, 2008.
- FAVIER, Paula Eugenia. **Seguridad Humana: Un nuevo acercamiento al concepto de seguridad**. 2007.
- FEARON, James D.; LAITIN, David D. **Violence and the social construction of ethnic identity**. *International Organization*, 54/4, 2000, p. 845-877.
- FORREST, Tom. **Politics and Economic Development in Nigeria**. Boulder, CO: Westview Press, 1995.
- FREITAS, Guilherme. **Boko Haram expande território no Norte da Nigéria e se alia a grupos terroristas estrangeiros**. *O Globo*, 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/livros/boko-haram-expande-territorio-no-norte-da-nigeria-se-alia-grupos-terroristas-estrangeiros-15201775>>. Acessado em: 17 de outubro de 2015.
- FUENTES, C.F.; ARAVENA, F. R. **Promoting Human Security: Ethical, Normative and Educational Frameworks in Latin America and the Caribbean**. Paris: UNESCO, 2005.
- FUJII, Lee Ann. **Killing Neighbors: Webs of Violence in Rwanda**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2009.
- FUND FOR PEACE. **Fragile States Index**. Fund for Peace, 2015. Disponível em: <<http://fsi.fundforpeace.org/>>. Acessado em: 18 (dezoito) de outubro de 2015.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Editora Record, 6ª ed, 2007.
- GLASIUS, Marlies. **Human Security from Paradigm Shift to Operationalization: job description for a human security worker**. *Security Dialogue*, vol. 39, n° 1, Fevereiro 2008, p. 31-54.
- GLOBAL WITNESS. **Definition of Conflict Resources**. Disponível em: <www.globalwitness.org/pages/en/definition_of_conflict_resources.html>. Acessado em: 25 de setembro de 2015.
- GOLDSTONE, Jack A. **Population and security: how demographic change can lead to violent conflict**. *Journal of International Affairs*, 56/1, 2002, p. 3-21.
- GOLDSTONE, Jack, et al. **A global forecasting model of political instability**. *American Journal of Political Science*, 54/1, 2010, p. 190-208.

GOLDSTONE, Jack, et al. **A global forecasting model of political instability**. Dissertação apresentada no encontro anual da Associação Americana de Ciência Política. Wasghinton, DC, 2005.

GRIFFIN, Keith. **Global prospects for development and human security**. Canadian Journal of Development Studies, XVI, 1995, p. 359-370.

GURR, Ted. **Why Men Rebel**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1970.

HALE, Henry. **Explaining ethnicity**. Comparative Political Studies, 37/4, 2004, p. 458-485.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1ª edição, 1992.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations**. Cambridge University Press, 2005.

HAMMER, Joshua. **Escape from Boko Haram**. Smithsonian Magazine, 2015. Disponível em: <<http://www.smithsonianmag.com/history/escape-from-boko-haram-180956333/?no-ist>>. Acessado em: 17 de outubro de 2015.

HAMPSON, Osler. **Human Security**. In: WILLIAMS, Paul. Security Studies: An Introduction. Routledge, 2008.

HANSEN, Lene. **Security as practice: Discourse Analysis and the Bosnian War**. Londres: Routledge, 2006.

HAQ, Mahbub ul. **Reflections on Human Development**. Nova York: Oxford University Press, 1995.

HARRIS, Rich; PROVOST, Claire. 2013. **Millennium development goals: big ideas, broken promises?** The Guardian. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/global-development/interactive/2013/sep/24/millennium-development-goals-data-interactive>>. Acessado em: 22 de junho de 2015.

HIGGINS, Rosalyn. **Problems and Process: International Law and How We Use It**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

HOUGH, Peter. **Security in Africa**. In: HOUGH, Peter; MALIK, Shahin; MORAN, Andrew; PILBEAM, Bruce. International Security Studies – Theory and Practice. Routledge, 2015.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Arbitrary Killings by Security Forces: Submission to the Investigative Bodies on the November 28-29, 2008 Violence in Jos, Plateau State, Nigeria**. Nova York: HRW, 2009.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. Nova York: Simon & Schuster, 1998.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 17ª ed, 2013.

IKELEGBE, A. **The economy of conflicts in the Oil Rich Niger Delta Region of Nigeria**. African and Asian Studies, Vol. 5, No. 1, 2006.

ILIFFE, John. **Africans: The History of a Continent**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

JACKSON, Robert H. **Quasi-States: Sovereignty, International Relations and the Third World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

KATZENSTEIN, Peter. **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. Nova York: Columbia University Press, 1996, p. 1-32.

KEEN, David. **The Economic Functions of Violence in Civil Wars**. Adelphi Paper 320. Oxford: Oxford University Press, 1998.

KELLER, Edmond J. **Globalization and Human Security: Framing the Issues**. Globalization Research Center-Africa, Universidade da Califórnia, Los Angeles, Maio 2002.

KIM, Samuel S. **Global Violence and a Just World Order**. Journal of Peace Research, XXI-2, Junho 1984.

KING, Gary; MURRAY, Christopher J. L. **Rethinking Human Security**. Political Science Quarterly, v. 116, n. 4, 2001/2, p. 585-610.

LASSWELL, Harold D. **Politics: Who Gets What, When and How**. Nova York: McGraw-Hill, 1936.

LAWAL, Olawale. **Pariah State System and Enforcement Mechanism of International Law**. Journal of Alternative Perspectives in the Social Sciences, vol. 4, nº. 1, 2012.

LE BILLON, Philippe. **The political ecology of war: natural resources and armed conflicts**. Political Geography, 20, 2001, p. 561-584.

LEON, David A.; WALT, Gill. **Poverty, Inequality and Health: An International Perspective**. Nova York: Oxford University Press, 2001.

LEWIS, Peter. **The Dysfunctional State of Nigeria**. In: BIRSDALL, Nancy; VAISHNAV, Milan; AYRES, Robert. Short of the Goal: U.S. Policy and Poorly Performing States. Washington, DC: Center for Global Development, 2006.

MACEWAN, Arthur. **Notes on U.S. Foreign Investment and Latin America**. Monthly Review, vol. 45, nº 8, New York, 1994, p. 15-26.

MACK, Andrew. **Human Security Report 2005: War and Peace in the 21st Century**. New York: Oxford University Press, 2005.

MAGNOLI, Demétrio; SERAPIÃO JR, Carlos. **Comércio exterior e negociações internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

MALIK, Shahin. **Human Security**. IN: International Security Studies – Theory and Practice. Routledge, 2015.

MARTINS, Antonio. **Grécia X Troika: confronto adiado**. Carta Capital, Fevereiro 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/grecia-x-troika-confronto-adiado-8078.html>>. Acessado em: 24 de Agosto de 2015.

MARX, Karl. **Discurso pronunciado na festa de aniversário do People's Paper**. Karl Marx e Friedrich Engels, Textos, 3 vols. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, vol. III, 1977.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858**. 3 vols., Siglo Veintiuno Editores, México, 2º vol, 1971-1976.

MATHEWS, Jessica Tuchman. **Redefining Security**. Foreign Affairs, 68, 1998, p. 162-77.

MAZO, Jeffrey. **Climate Conflict**. Adelphi Paper 409. Abingdon: Routledge, 2009.

MCARTHUR, John. **Own the Goals: What the Millennium Development Goals Have Accomplished**. Brookings, 2013. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/research/articles/2013/02/21-millennium-dev-goals-mcarthur>>. Acessado em: 22 de junho de 2015.

MELITO, Leandro. **Boko Haram: entenda a trajetória do grupo terrorista nigeriano**. Empresa Brasil de Comunicação, 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/01/boko-haram-entenda-a-trajetoria-do-grupo-terrorista-nigeriano>>. Acessado em: 17 de outubro de 2015.

MEMORIAL INSTITUTE FOR PREVENTION OF TERRORISM. **Group Profile: Movement for the Emancipation of the Niger Delta (MEND)**. MIPT, 2006.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. **O Consenso de Washington**. S/d.

MUÑOZ, Heraldo. **Cambio y Continuidad en el Debate sobre la Dependencia y el Imperialismo**. Estudios Internacionales, v. 11, nº 44, outubro-dezembro 1978.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Nova York: 2000.

OBI, Cyril. **Global, State and Local intersections: power, authority and conflict in the Niger delta oil communities**. In: CALLAGHY, T. KASSIMIR, R. LATHAM, R. (eds). Intervention and Transnationalism in Africa: Global-Local Networks of Power. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

OBI, Cyril. **Nigeria's Niger Delta: Understanding the Complex Drivers of Violent Oil-related Conflict**. Africa Development, Vol. 34, No. 2, 2009, p. 103-128.

Observatório da Cidadania. **Obstáculos à segurança humana**. 2004.

OKONTA, Ike. **Niger Delta: behind the mask, Ijaw Militia Fight the Oil Cartel**. World War 4 Report, 2007. Disponível em: <<http://ww4report.com/node/2974>>. Acessado em: 11 de outubro de 2015.

OLIVEIRA, Ariana Bazzano de. **O fim da Guerra Fria e as novas concepções de Segurança Internacional**. I Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS, Setembro 2008.

OLIVEIRA, Ariana Bazzano de. **O fim da Guerra Fria e os estudos de segurança internacional: o conceito de segurança humana**. Aurora, ano III, nº 5, 2009, p. 68-79.

PALME, Olaf. **Introduction**. In: The Report of the Independent Commission on Disarmament and Security Issues, Common Security: A Blueprint for Survival. Londres: Pan, 1982.

PARIS, Roland. **Human Security: Paradigm Shift or Hot Air?** International Security, v. 26, n. 2, 2001, p. 87-102.

PAZ, Octavio. **A outra voz**. São Paulo: Editora Siciliano, 1993.

PEREIRA, Juan Pablo Fernández. **La Seguridad Humana – un derecho emergente**. Barcelona: Editora Ariel, 2006.

PILBEAM, Bruce. **New wars, globalisation and failed states**. IN: HOUGH, Peter; MALIK, Shahin; MORAN, Andrew; PILBEAM, Bruce. International Security Studies – Theory and Practice. Routledge, 2015.

PRESSE, France. **Entenda o que é um califado**. G1, Globo, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/06/entenda-o-que-e-um-califado.html>>. Acessado em: 16 de outubro de 2015.

PRESSE, France. **Grupo extremista Boko Haram proclama califado na Nigéria**. G1, Globo, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/08/grupo-extremista-boko-haram-proclama-califado-na-nigeria.html>>. Acessado em: 16 de outubro de 2015.

PÚBLICO. **Boko Haram anuncia a criação de um estado islâmico no Nordeste da Nigéria**. Jornal Público, 2014. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/boko-haram-anunciam-a-criacao-de-um-estado-islamico-no-nordeste-da-nigeria-1667540>>. Acessado em: 16 de outubro de 2015.

RENO, William. **The changing nature of warfare and the absence of state-building in West Africa**. In: DAVIS, Diane E.; PEREIRA, Anthony W. (eds), Irregular Armed Forces and their Role in Politics and State Formation. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

RICHARDS, Paul. **Fighting for the Rain Forest: War, Youth and Resources in Sierra Leone**. Oxford: James Currey, 1996.

ROCHE, Alexandre. **Tensões da Primavera do mundo árabe-sunita: entre o wahabismo conservador e o espírito crítico, entre a política do petróleo e a independência econômica**. Porto Alegre: Ciências e Letras, n. 51, 2012, p. 47-56.

ROSS, Brian. **News Exclusive: Online Interview with a Terrorist**. ABC News, 2007. Disponível em: <<http://abcnews.go.com/Blotter/BrianRoss/story?id=2778701&page=1>>. Acessado em: 11 de outubro de 2015.

ROSS, Michael L. **A closer look at oil, diamonds, and civil war**. Annual Review of Political Science, 9, 2006, p. 265-300.

ROTHSCHILD, E. **What is Security**. Daedalus, vol. 124, no. 3, 1995, p. 53-98.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. 2000

SCHILLING, Voltaire. **Século XX - Globalização, ontem e hoje**. S/d. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/seculo/2002/10/10/001.htm>>. Acessado em: 16 de junho de 2015.

SILVA, Gustavo Javier Castro. **A teoria da dependência: reflexões sobre uma teoria latino-americana**. S/d.

SMITH, Mike. **Factsheet: Explaining Nigeria's Boko Haram and its violent insurgency**. Africa Check, 2014. Disponível em: <<https://africacheck.org/factsheets/factsheet-explaining-nigerias-boko-haram-and-its-violent-insurgency/>>. Acessado em: 17 de outubro de 2015.

SONTAG, Susan. **Ensaaios sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Editora Arbor, 1981.

STAKEHOLDER DEMOCRACY NETWORK. **The Niger Delta**. S/d. Disponível em: <<http://www.stakeholderdemocracy.org/about-the-niger-delta/>>. Acessado em: 14 de outubro de 2015.

STEFANACHI, Bogdan. **Human security within the context of globalization – the individual as international (global) actor**. Vol. XX, 1, 2013.

STEINER, Susie. **Sharia law**. The Guardian, 2002. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2002/aug/20/qanda.islam>>. Acessado em: 21 (vinte e um) de outubro de 2015.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Editora Futura, 4ª ed, 2003.

SUHRKE, Astri. **Human Security and the Interests of the State**. Security Dialogue, v. 30, n. 3, 1999, p. 265-76.

SWATUK, Larry A.; VALE, Peter. **Why democracy is not enough: Southern Africa and human security in the twenty-first century**. Alternatives, 24, 1999, p. 361-389.

THOMAS, Caroline. **Global Governance Development and Human Security: Exploring the Links**. Third World Quarterly, v. 22, n. 2, 2001, p. 159-75.

TICKNER, J. Ann. **Re-visioning Security**. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve. International Relations Theory Today. Oxford: Polity Press, 1995.

TOMASSINI, Luciano. **Teoría y Práctica de la política Internacional**. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1989.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 1994**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 2003**. Nova York: UNDP, 2003.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 2006**. Nova York: UNDP, 2006.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 2014**. Nova York: UNDP, 2014. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acessado em: 19 de outubro de 2015.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Post-2015 Sustainable Development Agenda**. UNDP, s/ d. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/mdgoverview/post-2015-development-agenda.html>>. Acessado em: 22 de junho de 2015.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME NIGERIA. **Niger Delta Human Development Report**. Abuja: UNDP, 2006.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **From Conflict to Peacebuilding: The Role of Natural Resources and the Environment**. Nairobi: UNEP, 2009.

URDAL, Henrik. **A clash of generations? Youth bulges and political violence**. *International Studies Quarterly*, 50/3, 2006, p. 607-629.

VAN DE WALLE, Nicolas. **African Economies and the Politics of Permanent Crisis, 1979-1999**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

WAEVER, Oli. et. al. **Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe**. Londres: Pinter, 1993.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The politics of the world-economy**. Cambridge University Press, 1984.

WALT, S. M. **The Renaissance of Security Studies**. *International Studies Quarterly*, 35, 1991, p. 211-239.

WATTS, Michael. **Petro-insurgency or criminal syndicate? Conflict and violence in the Niger Delta**. *Review of African Political Economy*, 34/114, 2007, p. 637-660.

WATTS, Michael. **Resource curse? Governmentality, oil and power in the Niger Delta, Nigeria**. *Geopolitics*, 9/1, 2004, p. 50-80.

WEBER, Max. **The Theory of Social and Economic Organization**. Ed. Talcott Parsons. Nova York: Free Press, 1964.

WILLIAMS, Michael C. **The Institutions of Security: Elements of a Theory of Security Organizations**. *Cooperation and Conflict*, v. 32, n. 3, 1997, p. 287-307.

WILLIAMS, Paul D. **War and Conflict in Africa**. Cambridge: Polity Press, 2011.

WILLIAMS, Paul. **Security Studies – An Introduction**. Routledge, 2008.

WOLF, Stefan. **Ethnic Conflict: A Global Perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Agenda Outlook 2013**. World Economic Forum, Genebra, Suíça, 2013. Disponível em:

<http://www3.weforum.org/docs/WEF_GAC_GlobalAgendaOutlook_2013.pdf>. Acessado em: 8 de novembro de 2015.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Risks 2007: A Global Risk Network Report**. Disponível em: <www.weforum.org/pdf/CSI/Global_Risks_2007.pdf>. Acessado em: 15 de outubro de 2015.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Outlook on the Global Agenda 2015**. World Economic Forum, Genebra, Suíça, 2015. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/GAC14/WEF_GAC14_OutlookGlobalAgenda_Report.pdf>. Acessado em: 8 de novembro de 2015.

WYN JONES, Richard. **“Message in a Bottle”? Theory and Praxis in Critical Security Studies**. Contemporary Security Policy, v. 16, n. 3, 1995, p. 299-319.

YIN, Robert. **Estudo de caso – Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2^a ed., 2001.